



GUINÉ-BISSAU

Dezembro de 2023

TERCEIRA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDOS DE AUMENTO DO ACESSO, DE DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E DE ALTERAÇÃO DE UM CRITÉRIO DE DESEMPENHO, E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO —COMUNICADO DE IMPRENSA; RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO; ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A GUINÉ-BISSAU

No contexto da terceira avaliação ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e dos pedidos de aumento do acesso, de dispensa do cumprimento de critérios de desempenho e de alteração de um critério de desempenho e da avaliação das garantias de financiamento, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa.**
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI após as discussões concluídas a 3 de outubro de 2023 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi finalizado a 10 de novembro de 2023 com base na informação disponível na altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida**, elaborada pelos membros do pessoal do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Administrador** para a Guiné-Bissau.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções das autoridades a nível de políticas nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services

PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090

Telephone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201

E-mail: publications@imf.org Website: <http://www.imf.org>

Preço: 18 USD por exemplar impresso

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**



Conselho de Administração do FMI conclui a terceira avaliação ao abrigo do acordo de Facilidade de Crédito Alargado para a Guiné-Bissau e aprova o desembolso de 8,2 milhões de USD

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- A decisão do Conselho de Administração do FMI permite um desembolso imediato de 8,23 milhões de USD (cerca de 6,16 milhões de DSE) para ajudar a satisfazer as necessidades de financiamento do país.
- O Conselho de Administração aprovou também o pedido relativo ao aumento do acesso no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) de 37,96 milhões de dólares dos Estados Unidos (28,4 milhões de DSE) para 53,14 milhões de dólares (39,76 milhões de DSE ou 140% da quota).
- O novo governo está firmemente empenhado em aplicar as políticas subjacentes ao programa apoiado pelo FMI.

Washington, DC – 29 de novembro de 2023: O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a terceira avaliação ao abrigo do acordo da [Facilidade de Crédito Alargado](#) (ECF) com a Guiné-Bissau. O acordo trienal, aprovado no dia 30 de janeiro de 2023, visa garantir a sustentabilidade da dívida, melhorar a governação e reduzir a corrupção, criando simultaneamente espaço orçamental para um crescimento inclusivo. A conclusão da avaliação permite o desembolso de 6,16 milhões de DSE (cerca de 8,23 milhões de dólares) para ajudar a satisfazer as necessidades de financiamento da balança de pagamentos e das finanças públicas do país, num contexto de deterioração significativa dos termos de troca da Guiné-Bissau e de agravamento das condições de financiamento regionais. O montante total desembolsado ao abrigo do acordo na sequência da terceira avaliação é de 13,27 milhões de DSE (cerca de 17,7 milhões de dólares).

De acordo com a terceira avaliação realizada ao abrigo do programa apoiado pelo ECF, o país teve um desempenho mais fraco do que o previsto devido a um contexto externo e interno difícil. As autoridades continuam empenhadas em implementar políticas fortes e estão a tomar medidas para garantir o cumprimento das metas definidas para o final de dezembro de 2023. Aquando da conclusão da avaliação, o Conselho de Administração também aprovou o pedido das autoridades relativo ao aumento do acesso no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) de 28,4 milhões de DSE (cerca de 37,96 milhões de dólares dos Estados Unidos) para 39,76 milhões de DSE (cerca de 53,14 milhões de dólares ou 140% da quota). O Conselho de Administração concedeu igualmente uma dispensa de cumprimento dos critérios de desempenho relativos ao limite mínimo das receitas fiscais internas, ao limite máximo dos salários, ao limite mínimo do saldo orçamental primário interno e ao cumprimento do critério de desempenho contínuo relativo ao limite máximo dos novos atrasados externos. Além disso, o Conselho de Administração aprovou o pedido de alteração do critério de desempenho do saldo primário interno definido para o final de dezembro de 2023 e concluiu a avaliação das garantias de financiamento.

A economia continua a recuperar em 2023 e projeta-se um crescimento de 4,2%, semelhante ao ano anterior. Prevê-se que a inflação atinja 8% em 2023, devido à subida dos preços dos produtos alimentares. O défice orçamental global deverá situar-se em 5,6% do PIB em 2023,

refletindo em parte as derrapagens das despesas durante o período das eleições legislativas. Prevê-se que a dívida pública diminua para 76,5% do PIB em 2023, graças a um défice orçamental mais baixo, a uma apreciação da moeda nacional e a um PIB nominal mais elevado. Em termos prospetivos, a melhoria da mobilização de receitas internas e a contenção das despesas correntes salariais e não salariais serão fundamentais para apoiar a consolidação orçamental e colocar a dívida pública numa trajetória descendente firme.

No seguimento da reunião do Conselho de Administração, o Sr. Bo Li, Diretor-Geral Adjunto e Presidente Interino do Conselho, fez a seguinte declaração:

O êxito da Guiné-Bissau na realização das últimas eleições legislativas e na formação atempada do novo governo merece ser louvado. No entanto, o país está a enfrentar choques económicos agudos devido às fracas exportações de caju, ao aumento da inflação dos bens alimentares e ao agravamento das condições de financiamento regionais. A implementação sustentada da agenda de reformas ao abrigo do acordo ECF será crucial e o firme compromisso das autoridades para com os objetivos do programa é visto de forma favorável. O aumento do acesso ao abrigo do ECF, juntamente com o aumento do apoio prestado pelos parceiros de desenvolvimento, ajudará a cobrir as necessidades da balança de pagamentos.

O desempenho do programa foi mais fraco do que o previsto, mas as autoridades adotaram medidas corretivas e um projeto de orçamento para 2024 em conformidade com os parâmetros do programa. As autoridades estão a racionalizar rigorosamente as despesas não prioritárias, a mobilizar receitas suplementares e a controlar rigorosamente a massa salarial. São necessários esforços contínuos nestes domínios e uma consolidação orçamental sustentada para garantir a sustentabilidade da dívida. O novo governo está a conduzir reformas estruturais para mitigar os riscos orçamentais nos setores da energia e financeiro, bem como na governação e no Estado de direito, que são fundamentais para o êxito do programa. A implementação de políticas destinadas a promover a diversificação agrícola e económica desempenha igualmente um papel importante.

O país continua a registar progressos no reforço das auditorias externas, dos contratos públicos e da eficácia da luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. O Tribunal de Contas publicou o relatório de auditoria solicitado pelo Alto Comissariado para a COVID-19. As autoridades continuam a publicar informações sobre os beneficiários efetivos de todos os contratos públicos. Está em curso um conjunto de reformas legislativas para modernizar o regime de declaração de bens e melhorar o quadro anticorrupção e de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Guiné-Bissau: Principais indicadores económicos e financeiros, 2020–2028

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Proj.								
(variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Contas nacionais e preços									
PIB real a preços de mercado	1.5	6.4	4.2	4.2	5.0	5.0	5.0	5.0	4.5
PIB real <i>per capita</i>	-0.7	4.1	1.9	2.0	2.8	2.9	2.9	2.9	2.4
Deflator do PIB	-1.0	2.7	7.3	7.2	3.1	2.8	2.8	2.8	2.8
Índice de preços no consumidor (média anual)	1.5	3.3	7.9	8.0	3.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Setor externo									
Exportações, FOB (francos CFA)	-15.6	35.1	-14.3	-14.8	36.4	5.8	3.6	5.1	5.1
Importações, FOB (francos CFA)	-9.9	9.7	25.3	-0.1	5.1	2.2	2.5	5.3	3.8
Termos de troca (deterioração = -)	-3.9	-6.5	-10.1	-9.6	13.4	2.5	1.9	2.7	1.8
Taxa de câmbio efetiva real (depreciação = -)	2.0	1.3	-2.1
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média)	574.8	554.2	622.4
Finanças públicas									
Receitas, excl. donativos	-5.5	22.7	3.4	15.8	12.2	10.2	10.2	10.1	8.5
Despesas	33.8	8.9	-4.6	15.0	2.3	2.1	7.9	9.4	7.9
Despesas correntes	14.5	3.5	8.0	14.0	-4.2	-1.5	7.9	8.4	6.8
Despesas de capital	96.7	19.3	-25.1	17.6	17.2	8.8	8.0	11.1	9.8
Moeda e crédito									
Crédito interno	-1.7	17.2	26.6	8.3	12.3	9.1	6.6	5.9	5.6
Crédito ao governo (líquido)	-19.7	55.3	32.8	7.4	9.5	1.9	-5.3	-5.9	-5.5
Crédito à economia	5.9	5.0	23.7	8.8	13.7	12.6	11.8	10.2	9.1
Ativos internos líquidos	-13.8	19.6	52.1	10.4	15.0	10.9	7.7	6.8	6.4
Agregado monetário (M2)	9.1	20.9	3.5	8.6	8.2	5.7	6.5	6.5	7.4
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)									
Investimento e poupança									
Investimento bruto	17.5	18.3	18.1	18.1	19.2	20.0	20.7	21.5	22.5
D/q: investimento público	5.8	6.4	4.3	4.5	4.9	4.9	4.9	5.1	5.2
Poupança interna bruta	3.3	7.6	0.2	1.0	5.6	7.5	8.9	10.2	11.7
D/q: poupança pública	-7.6	-5.5	-4.6	-4.5	-2.0	-1.4	-1.4	-1.3	-1.2
Poupança nacional bruta	15.0	17.5	8.5	9.3	14.2	15.2	16.3	17.3	18.5
Finanças públicas									
Receitas, excl. donativos	11.4	12.8	11.8	12.3	12.7	13.0	13.3	13.5	13.6
Despesa primária interna	16.0	14.7	15.0	14.4	13.1	12.3	12.6	12.7	12.8
Saldo primário interno	-4.6	-1.9	-3.2	-2.1	-0.4	0.7	0.7	0.8	0.8
Saldo global (base de compromissos)									
Incluindo donativos	-9.6	-5.9	-6.1	-5.6	-3.5	-3.0	-3.0	-3.0	-3.0
Excluindo donativos	-13.6	-12.2	-9.5	-9.7	-8.0	-6.6	-6.4	-6.4	-6.3
Conta corrente externa									
Conta corrente externa	-2.6	-0.8	-9.6	-8.9	-5.0	-4.8	-4.4	-4.2	-4.0
Excluindo transferências correntes oficiais	-5.7	-3.4	-11.4	-11.6	-8.2	-7.1	-6.4	-6.3	-6.0
Stock de dívida pública e com garantia pública¹									
Stock de dívida pública e com garantia pública ¹	77.7	78.8	80.4	76.5	74.1	71.5	69.3	67.3	65.7
D/q: dívida externa	41.1	40.3	39.2	34.9	33.3	31.6	29.5	27.5	25.9
Por memória:									
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	875.2	956.3	1069.2	1194.4	1292.9	1395.6	1506.4	1626.0	1746.8
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	21.8	24.5	25.2
(em percentagem do agregado monetário)	33.2	30.2	30.6

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Cobertura alargada para incluir os atrasados antigos.



GUINÉ-BISSAU

10 de novembro de
2023

TERCEIRA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDOS DE AUMENTO DO ACESSO, DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO, ALTERAÇÃO DE UM CRITÉRIO DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. O contexto sociopolítico da Guiné-Bissau manteve-se estável durante a transição para um novo governo liderado pela oposição, mas o país enfrenta um choque externo adverso. O desempenho decepcionante das exportações de castanha de caju aumentou substancialmente o déficit da conta corrente, enquanto o financiamento é limitado por condições financeiras regionais mais restritivas. Os elevados preços dos produtos alimentares estão a dar origem a riscos de insegurança alimentar. Neste contexto, as autoridades solicitaram um aumento do acesso de 40% da quota (11,36 milhões de DSE) para satisfazer necessidades de financiamento prementes, elevando o acesso total do programa para 140% da quota (39,76 milhões de DSE). O programa apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) tem catalisado o muito necessário financiamento em condições altamente concessionais, em especial para o apoio orçamental adicional.

Desempenho do programa. O desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF foi inferior ao esperado. Quatro dos oito critérios de desempenho quantitativos para junho de 2023 não foram cumpridos. O critério de desempenho quantitativo relativo ao saldo primário interno não foi cumprido devido à significativa derrapagem das despesas discricionárias durante o período eleitoral. No entanto, o novo governo demonstrou o seu forte empenho na consolidação orçamental e na manutenção da sustentabilidade da dívida. As autoridades têm vindo a racionalizar rigorosamente as despesas não prioritárias, mobilizando receitas adicionais e controlando fortemente a massa salarial. Com a adoção de medidas corretivas, o orçamento de 2023 assegura uma trajetória de consolidação considerável, não obstante uma conjuntura extremamente difícil. Além disso, o novo governo tem vindo a insistir na implementação de reformas estruturais destinadas a apoiar reformas fundamentais nos setores financeiro e da energia e a promover a governação e o Estado de direito.

Opinião do corpo técnico. O corpo técnico congratula-se com o forte empenho das autoridades nos objetivos do programa e apoia os pedidos de aumento do acesso e de

conclusão da terceira avaliação com base em medidas corretivas que manterão o país numa trajetória de consolidação orçamental sólida. No entanto, subsistem riscos de uma revisão em baixa das perspectivas. O corpo técnico recomenda às autoridades que acelerem as reformas relativas à mobilização das receitas, aos controlos das despesas, à mitigação dos riscos orçamentais e à melhoria da eficiência da despesa, tendo em conta o limitado espaço orçamental.

Aprovado por
Montfort Mlachila
(AFR) e **Alison**
Holland (SPR)

Uma equipa do FMI composta por Jose Gijon (Chefe), Pedro Juca Maciel, Yugo Koshima, Harold Zavarce (todos do AFR), Koon Hui Tee (FAD), Yazan Al-Karablieh (SPR), Babacar Sarr (Representante residente) e Gaston Fonseca (Economista local) manteve discussões com as autoridades. A missão reuniu-se com o Presidente, Sissoco Embaló, o Presidente da Assembleia Nacional, Simões Pereira, o Presidente do Conselho Executivo da Assembleia Nacional, Duarte Barros, o Primeiro-Ministro, João Martins, o Ministro da Economia e Finanças, Suleimane Seidi, a Ministra da Administração Pública, Tomásia Lopes Moreira, a Diretora Nacional do BCEAO, Zenaida Cassama, o Presidente do Tribunal de Contas, Amadu Tidjane Baldé, e funcionários dos Ministérios da Agricultura, da Saúde, da Educação, da Justiça, da Economia e Finanças, bem como do Instituto Nacional de Pesquisa Agrária, do Centro de Acesso à Justiça, da Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira e do Instituto Nacional de Estatística. Além disso, a missão reuniu-se com representantes dos setores privado e público, e importantes parceiros bilaterais e internacionais. A missão realizou-se entre os dias 20 de setembro e 3 de outubro de 2023. Romão Varela (Assessor do Administrador, OED) participou nas discussões sobre políticas. Vicky Pilouzoue e Fey Derrouis e Tomas Picca (todos do AFR) contribuíram para a elaboração do presente relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
DESEMPENHO DO PROGRAMA	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE	6
PERSPETIVAS E RISCOS	7
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	8
A. Políticas macroeconómicas	8
B. Reformas em matéria de governação e Estado de direito	12
MODALIDADES DO PROGRAMA E OUTRAS QUESTÕES	13
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	15
FIGURAS	
1. Crescimento e padrões de vida	18

2. Evolução económica a nível mundial _____	19
3. Evolução orçamental, externa e monetária _____	20

QUADROS

1. Principais indicadores económicos e financeiros, 2020–2028 _____	21
2a. Balança de pagamentos, 2020–2028 _____	22
2b. Necessidades e fontes de financiamento externo, 2020–2028 _____	23
3a. Operações consolidadas da administração central, 2020–28 (em mil milhões de FCFA) _____	24
3b. Guiné-Bissau: Operações consolidadas da administração central, 2020–2028 (em percentagem do PIB) _____	25
4. Síntese monetária, 2020–2026 _____	26
5. Principais indicadores de solidez financeira, 2017–22 _____	27
6 Indicadores da capacidade de reembolso ao FMI, 2023–35 _____	28
7. Perfil do detentor de dívida pública, 2022–2024 _____	29
8. Faseamento atual e calendário proposto de desembolsos ao abrigo do acordo da ECF, 2023–2025 _____	30

ANEXOS

I. Risk Assessment Matrix _____	31
II. Strengthening Social and Priority Sectors _____	34
III. Recent Projects for Agricultural Diversification _____	38
IV. Action Plans for Governance-Related Reforms _____	41

APÊNDICE

I. Carta de Intenções _____	46
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras _____	49
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento _____	67

CONTEXTO

1. A Guiné-Bissau manteve a estabilidade sociopolítica durante a transição para um novo governo liderado pela oposição. Apesar da longa história de instabilidade política e dos atuais desafios em matéria de segurança na região da UEMOA, as eleições legislativas tiveram lugar com êxito em 4 de junho de 2023. A nova Assembleia Nacional foi constituída em julho e o novo governo tomou posse em 8 de agosto. O orçamento para 2023 será aprovado pela Assembleia Nacional em novembro de 2023, em conjunto com o plano de ação de curto prazo do novo governo (o designado “Plano de Emergência”).

2. O país enfrenta um ambiente externo adverso. O desempenho decepcionante das exportações de castanha de caju e os preços mais elevados dos produtos alimentares criaram um grave choque dos termos de troca. O financiamento tem sido limitado pela maior restritividade das condições financeiras regionais. Todos estes fatores criaram necessidades da balança de pagamentos muito superiores ao previsto na segunda avaliação. Uma diminuição das receitas provenientes das vendas de castanha de caju e os preços elevados dos produtos alimentares importados estão também a colocar riscos significativos de insegurança alimentar, em especial para a população mais vulnerável.

3. O novo governo está fortemente empenhado nos objetivos do programa de uma consolidação orçamental sólida e de manutenção da sustentabilidade da dívida. Apesar da derrapagem das despesas durante as eleições e as pressões sociais para um aumento da despesa, o orçamento para 2023 mantém uma meta de consolidação substancial. O novo governo tem vindo a racionalizar as despesas não prioritárias, aumentando a arrecadação das receitas fiscais e controlando rigorosamente a massa salarial. As autoridades continuam a implementar políticas essenciais para abordar o problema com a empresa de serviços públicos, melhorar a estabilidade financeira e promover as reformas da governação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

4. Quatro dos oitos critérios de desempenho quantitativos para junho de 2023 foram cumpridos. O limite mínimo para as receitas fiscais não foi cumprido por 0,4% do PIB devido a receitas da castanha de caju inferiores ao previsto. O limite máximo da massa salarial ficou 0,2% do PIB aquém da meta devido a poupanças inferiores ao esperado, resultantes do recenseamento dos funcionários públicos em 2022. O limite mínimo do saldo primário interno não foi cumprido por 2,3% do PIB, devido a uma derrapagem significativa das despesas não relacionadas com salários durante o período eleitoral. Para além de uma transferência para a empresa de serviços públicos (5,2 mil milhões de FCFA), verificou-se um aumento súbito das despesas discricionárias (3,1% do PIB) entre abril e julho de 2023, constituídas sobretudo por despesas de viagens presidenciais não

orçamentadas e pela aquisição de equipamento de segurança¹. O limite máximo dos atrasados externos não foi cumprido por 0,6 mil milhões de FCFA devido ao atraso no pagamento do serviço da dívida externa, que já foi pago². O governo tem vindo a implementar uma série de medidas corretivas relativas aos critérios de desempenho quantitativos não cumpridos (ao abrigo do n.º 25).

5. Dois dos três indicadores de referência estruturais para junho de 2023 foram cumpridos. Propõe-se que, para março de 2024, seja reprogramado um indicador de referência estrutural com base num plano plurianual de pessoal, a ser alinhado com o orçamento de 2024. Ademais, foram cumpridos dois indicadores de referência estruturais para setembro e dezembro de 2023 e outro para setembro de 2023 foi concluído com um ligeiro atraso. Entre julho e setembro de 2023, não foi cumprido um indicador de referência estrutural contínuo relativo ao serviço da dívida externa. Um indicador de referência estrutural contínuo relativo ao Comité Técnico de Arbitragem das Despesas Orçamentais (COTADO) não foi cumprido entre julho e agosto de 2023, mas o COTADO retomou as suas atividades em setembro com procedimentos revistos e reforçados de controlo das despesas (n.º 13).

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

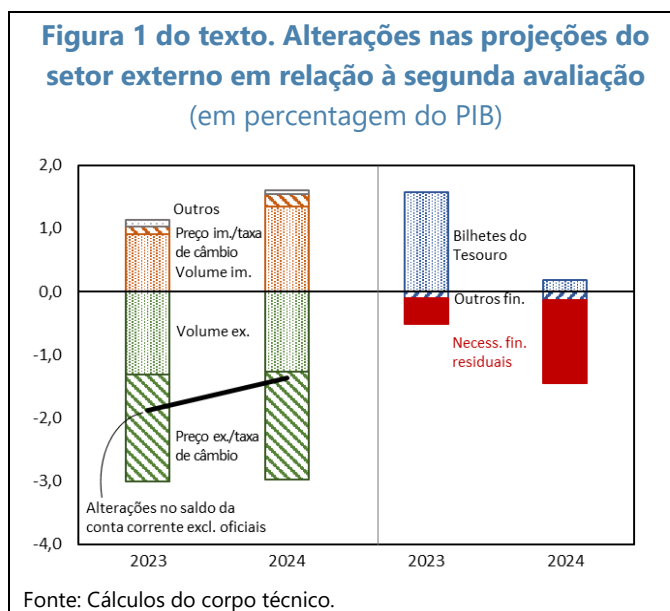
6. Projeta-se que o crescimento seja inferior ao esperado em 2023 e que a inflação permaneça elevada. Para 2023, prevê-se que o crescimento se modere para 4,2%, face aos 4,5% projetados na segunda avaliação, devido ao impacto negativo sobre o consumo da diminuição das receitas provenientes das vendas de castanha de caju. No entanto, será parcialmente compensado por um aumento da agricultura de subsistência, que tem sido apoiada por uma boa precipitação, e por maiores investimentos privados, incluindo no setor da energia. A inflação média deverá situar-se em 8,0% em 2023, impulsionada pela inflação dos produtos alimentares e pelo aumento súbito dos preços internacionais do arroz, decorrente da proibição parcial da Índia às exportações de arroz em julho de 2023.

¹ Todas estas despesas discricionárias não orçamentadas foram autorizadas pelo então Ministro das Finanças, com base no artigo 49.º da Lei da GFP regional, que permite despesas não orçamentadas para casos de força maior, sem limitações.

² Este atraso de pagamento verificou-se devido à falta de priorização do serviço da dívida externa na gestão de tesouraria. A partir da segunda avaliação, foi emitido um despacho ministerial para obrigar o Tesouro a dar prioridade ao serviço da dívida externa com acompanhamento do Comité de Tesouraria. Ver [Relatório nacional n.º 2023/328](#).

7. Os desequilíbrios externos previstos são superiores ao esperado em 2023 e 2024 (Figura 1 do texto).

No que diz respeito à segunda avaliação, as projeções em matéria de exportações foram reduzidas em 3,0% do PIB em 2023 e 2024, devido à diminuição dos preços internacionais da castanha de caju, o que também reduziu os volumes de exportação, dado o pequeno valor acrescentado da castanha de caju em bruto. O impacto da diminuição das exportações deverá ser parcialmente compensado por menores importações, uma vez que os dispendiosos produtos alimentares importados foram substituídos por produtos alimentares de produção nacional. O défice da conta corrente (excluindo as transferências oficiais) aumentará 1,9% e 1,4% do PIB em 2023 e 2024 face à segunda avaliação. O financiamento através da emissão de títulos do Tesouro será limitado, em especial em 2024, devido à maior restritividade das condições de financiamento a nível regional. Estima-se que as necessidades residuais de financiamento ascendam a 0,4% e a 1,3% do PIB em 2023 e 2024 e deverão ser satisfeitas através do aumento solicitado e de apoio orçamental adicional.



8. A solidez do setor bancário melhorou em 2022. À exceção de um grande banco subcapitalizado, o setor bancário apresenta níveis de fundos próprios adequados, cumprindo os critérios prudenciais regionais. O rácio crédito não produtivo bruto/total de empréstimos diminuiu de 19,4% em 2021 para 10,4% em 2022 devido, essencialmente, à regularização dos atrasados cruzados do governo com os devedores do banco subcapitalizado. As vulnerabilidades financeiras decorrentes da exposição do setor bancário à dívida soberana e às taxa de câmbio permanecem baixas³.

PERSPETIVAS E RISCOS

9. As perspetivas a médio prazo mantêm-se globalmente inalteradas. A médio prazo, o crescimento deverá acelerar para cerca de 5%, apoiado pela normalização das exportações de castanha de caju, por um maior envolvimento dos doadores e por reformas em matéria de governação que melhorarão o ambiente de negócios e impulsionarão os investimentos. A inflação deverá convergir para cerca de 2%. O défice da conta corrente deverá registar uma melhoria gradual devido à consolidação orçamental e aos termos de troca mais favoráveis.

³ Em 2022, o setor bancário nacional detinha 12% do total dos ativos em dívida da administração central e local, enquanto a exposição às empresas públicas era de apenas 2%.

10. Subsistem riscos significativos de revisão em baixa das perspectivas (Anexo I). Os riscos decorrem da continuação de um choque nos termos de troca, de uma maior restritividade das condições financeiras regionais e de condições meteorológicas adversas. A curto prazo, um maior impacto da diminuição do rendimento proveniente das vendas de castanha de caju poderá abrandar ainda mais o crescimento. A Guiné-Bissau continua a estar exposta a riscos de instabilidade política, o que limitará os esforços de consolidação orçamental. A materialização dos passivos contingentes nas empresas públicas e no sistema bancário aumentará os custos orçamentais⁴. Se estes riscos se materializarem, as autoridades deverão continuar a racionalizar as despesas e procurar obter apoio adicional dos doadores, nomeadamente um apoio orçamental adicional por parte das IFI.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

A política orçamental manterá uma forte trajetória de consolidação através da racionalização das despesas não prioritárias e da mobilização de receitas adicionais. As políticas continuarão a centrar-se nas reformas destinadas a fazer face aos riscos nos setores da energia e financeiro e a melhorar a governação e o Estado de direito.

A. Políticas macroeconómicas

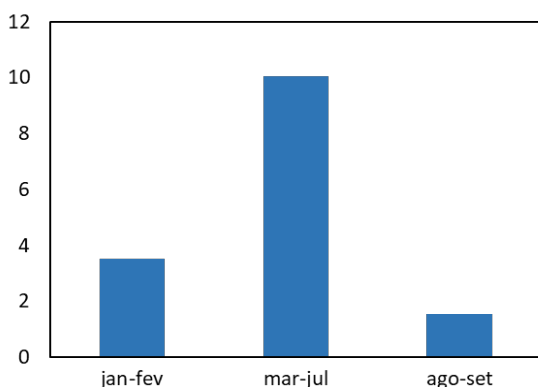
Política orçamental

11. Em comparação com a segunda avaliação, prevê-se que o défice primário interno aumente 1,9% do PIB em dezembro de 2023, mas continue na trajetória de consolidação.

Desde agosto de 2023, o novo governo tem vindo a racionalizar rigorosamente as despesas não prioritárias. A despesa discricionária mensal foi reduzida ao mínimo, inferior a um quinto do nível entre março e julho de 2023 (Figura 2 do texto). Estão a ser realizados novos ajustamentos através da mobilização de receitas, em especial através da profissionalização da DGCI (n.º 13). Prevê-se que as receitas fiscais cumpram o critério de desempenho quantitativo para dezembro de 2023, não obstante a diminuição das receitas da castanha de caju. A manutenção rigorosa da nova política de não contratação reduzirá a massa salarial para cumprir o critério de desempenho quantitativo. Estas medidas deverão baixar o défice em 0,9% do PIB em menos de seis meses (Figura 3 do texto). Os ajustamentos iniciais continuam a ser significativos, melhorando o défice primário interno em 1,1% do PIB a partir de 2022.

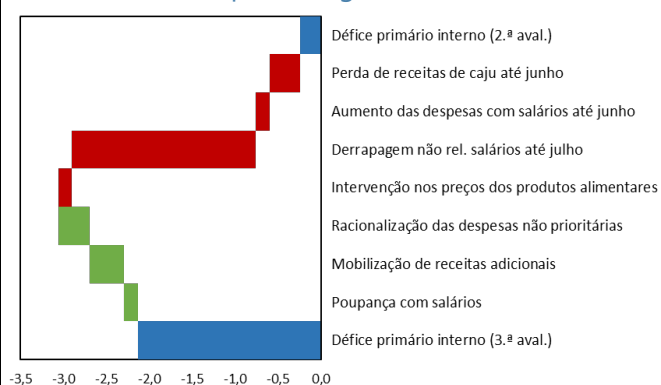
⁴ As principais fontes dos riscos relacionados com as empresas públicas incluem as faturas devidas à Karpower, cujo plano de pagamento foi recentemente acordado sem custos orçamentais adicionais para 2023 (ver nota de rodapé 5). A ASD inclui passivos contingentes de 3,2% do PIB para as empresas públicas e 2% do PIB para o banco subcapitalizado, para além de 5% do PIB para os mercados financeiros.

Figura 2 do texto. Despesas discricionárias médias mensais, 2023
(em mil milhões de FCFA)



Fonte: Ministério da Economia e Finanças, cálculos do corpo técnico.

Figura 3 do texto. Variações do saldo primário interno face à segunda avaliação, 2023
(em percentagem do PIB)



Fonte: Ministério da Economia e Finanças, cálculos do corpo técnico.

12. A consolidação orçamental deverá acelerar em 2024. A proposta de orçamento para 2024, que será apresentada à Assembleia Nacional em dezembro de 2023, está a ser elaborada em conformidade com os parâmetros do programa (um novo indicador de referência estrutural). As projeções atualizadas incluem -0,4% do PIB do saldo primário interno em 2024, uma deterioração de 0,8% do PIB em relação à segunda avaliação devido à liquidação das faturas da Karpower e aos custos da rescisão antecipada do contrato de aquisição de energia (0,5% do PIB) e aos custos das eleições presidenciais previstas para o final de 2024 e intervenções limitadas no setor da proteção social (0,3% do PIB). No entanto, a prossecução dos esforços de mobilização de receitas, de controlo da massa salarial e de racionalização das despesas não prioritárias melhorarão o saldo primário interno em 1,8% do PIB em relação a 2023. A médio prazo, o défice global e a dívida pública diminuirão para menos de 3% e 70% do PIB até 2025 e 2026, respetivamente, em linha com os critérios da UEMOA.

13. As autoridades têm vindo a implementar medidas corretivas para cumprir a meta orçamental:

- **Mobilização de receitas** (MPEF n.º 9). As autoridades demonstraram uma forte adesão às reformas da Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI). As receitas fiscais (excluindo os impostos relacionados com a castanha de caju) ultrapassaram a meta de 1,3 mil milhões de FCFA até junho. Para consolidar a profissionalização da DGCI, as autoridades introduzirão uma avaliação quantitativa do desempenho, com base na qual os administradores com o pior desempenho serão reafetados a cargos fora da DGCI e substituídos por novos administradores recrutados através de um concurso público. A aplicação fiscal tem sido uma das ligações mais fracas da DGCI. Dos 149 grandes contribuintes, apenas 9 foram auditados no primeiro semestre de 2023, recuperando poucas receitas adicionais, e entre julho e setembro não foi realizada qualquer auditoria. As autoridades reativarão o programa de auditoria fiscal auditando 25 grandes contribuintes selecionados em função dos riscos, centrando-se na divergência dos montantes de IGV pagos nas alfândegas e incluídos nas declarações de impostos nos 12 meses seguintes. No que diz respeito às receitas não fiscais, a venda de licenças 5G foi ligeiramente

adiada, o que permite ao novo governo negociar melhores condições com as empresas de telecomunicações. As taxas das licenças serão incluídas no orçamento de 2024.

- **Controlo das despesas** (MPEF n.º 10-11). O COTADO tem desempenhado um papel central na racionalização das despesas não prioritárias. As autoridades irão institucionalizar o COTADO através de um controlo *ex post* por parte do Primeiro-Ministro, que assegurará a continuidade das atividades do COTADO e o registo das aprovações de autorizações no sistema, o que bloqueará as despesas não aprovadas pelo COTADO. Com a rigorosa política de não contratação, a massa salarial diminuiu 25% em termos homólogos em setembro de 2023, prevendo-se que esta tendência prossiga durante o resto do ano. O novo recenseamento dos funcionários públicos será a chave para eliminar os trabalhadores “fantasma” e gerar poupanças na massa salarial, especialmente em 2024. O recenseamento de 2022 conduziu à reintegração de cerca de 1500 trabalhadores, devido sobretudo ao facto de os resultados do recenseamento terem sido incorretamente validados por um pequeno número de funcionários do Ministério da Administração Pública. As autoridades melhorarão o processo solicitando aos ministérios setoriais que validem e aprovelem os resultados do recenseamento. Após o projeto-piloto realizado no Ministério da Economia e Finanças serão igualmente introduzidos dispositivos biométricos nos ministérios setoriais que participam no novo recenseamento. O projeto de *blockchain* apoiado pelo FMI concluirá a fase-piloto no Ministério da Economia e Finanças e no Ministério da Administração Pública em dezembro de 2023 e será lançado noutros ministérios em 2024.

14. A melhoria da eficiência das despesas é essencial para apoiar a diversificação económica e proporcionar uma melhor prestação de serviços públicos (MPEF n.º 12-13). Embora a consolidação orçamental aumente o envelope global de despesas favoráveis ao crescimento, a massa salarial absorve atualmente cerca de 80% das dotações orçamentais dos setores prioritários (Anexo II). A falta de recursos para as despesas não relacionadas com salários tem sido o principal obstáculo à prestação de serviços. O orçamento de 2024 deverá salvaguardar os recursos para projetos e atividades fundamentais nos setores prioritários. Para fazer face à diminuição das receitas dos agricultores de castanha de caju, o orçamento de 2023 introduziu um subsídio temporário aos preços dos produtos alimentares (0,2% do PIB). No entanto, a tornar-se permanente tal seria demasiado oneroso. Para apoiar a diversificação agrícola e proteger os agricultores de subsistência em 2024, o governo está a introduzir um programa mais sustentável de apoio aos fatores de produção agrícolas com base na experiência dos projetos inovadores existentes apoiados por parceiros de desenvolvimento, incluindo o Programa Alimentar Mundial (Anexo III).

15. As autoridades estão a realizar progressos noutras reformas orçamentais estruturais (MPEF n.º 11, 19). Com vista a assegurar a transparência na derrapagem das despesas até julho de 2023, as autoridades publicarão um relatório que reclassifique “outras despesas correntes” e explique as principais rubricas de despesas. Para implementar a Conta Única do Tesouro, as autoridades congelarão, investigarão e encerrarão as contas bancárias dos ministérios setoriais com saldos negativos.

Riscos orçamentais da empresa de serviços públicos

16. A transição para fontes de energia mais diversificadas será a chave para restabelecer a viabilidade financeira da **Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB)** (MPEF n.º 14-18). Em

apenas cinco meses, a EAGB instalou 32 700 contadores pré-pagos, o que aumentou as suas receitas mensais de 1,5 para 1,9 mil milhões de FCFA. A EAGB continua a ter os pagamentos à Karpower em dia desde abril de 2023 e adquiriu mais 40 000 contadores pré-pagos, que cobrirão a maioria dos clientes residenciais com contadores pré-pagos. O projeto da OMVG, que liga Bissau a uma central hidroelétrica na Guiné-Conacri, está quase concluído e reduzirá substancialmente os custos de aquisição de energia. No entanto, é necessário um período transitório antes de mudar a fonte de energia da Karpower para a OMVG, uma vez que o projeto "Ring Line", financiado pelo BAfD, composto por uma linha de transmissão que liga o terminal da OMVG e a rede de distribuição, ainda não está concluído. As autoridades estão a tomar medidas para acelerar a construção, que sofreu cinco anos de atraso, e a corrigir as deficiências na linha parcialmente concluída, o que suscita sérias preocupações em termos de qualidade e segurança. Entretanto, e com o apoio do Banco Mundial, o governo continuará a renegociar com a Karpower⁵. O Tribunal de Contas está a realizar progressos na auditoria do contrato de aquisição de energia e das adendas, que será publicada até dezembro de 2023. O governo continuará a ser responsável por quaisquer irregularidades no processo de adenda após a cessação do fornecimento de energia proveniente da Karpower.

Financiamento e dívida

17. A Guiné-Bissau encontra-se em elevado risco de sobre-endividamento, mas a dívida continua a ser considerada sustentável (MPEF n.º 20-24). O stock da dívida pública e com garantia pública deverá diminuir para 76,5% do PIB em 2023. A dívida é considerada sustentável devido ao empenho das autoridades em adotar

políticas robustas apoiadas por um forte envolvimento dos doadores. A sustentabilidade da dívida deverá melhorar através da observância do critério de desempenho quantitativo de não contratação de novos empréstimos em condições não concessionais, em linha com o plano de endividamento externo das autoridades (Quadro 1 do texto).

Quadro 1 do texto. Guiné-Bissau: Plano de endividamento externo
(em milhões de USD)

Dívida externa PGP contraída ou garantida	Volume de nova dívida ¹		Valor atual da nova dívida ¹	
	2023 (em milhões de USD)	2024 ² (em milhões de USD)	2023 (em milhões de USD)	2024 ² (em milhões de USD)
Fontes de financiamento da dívida	32,7	38,9	21,2	26,4
Dívida concessional ³	32,7	38,9	21,2	26,4
Dívida multilateral	32,7	38,9	21,2	26,4
Utilizações do financiamento da dívida	32,7	38,9	21,2	26,4
Infraestrutura urbana	12,3	14,2	8,0	9,7
Agricultura	20,4	27,7	13,2	16,8

1/ Contratação e garantia de nova dívida, excl. o FMI. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.

2/ Dados preliminares.

3/ Dívida com um elemento concessional de, pelo menos, 35%.

Fonte: Cálculos do corpo técnico.

⁵ Em outubro de 2023, a Karpower cortou o fornecimento de energia durante dois dias para exigir o pagamento de seis meses de faturas a partir do final de 2022 e início de 2023, num valor total de 14,2 milhões de USD. Para recuperar o fornecimento de energia, o governo e a EAGB pagaram 10,0 milhões de USD de faturas através de uma transferência do Estado (3,9 milhões de USD) e de empréstimos a curto prazo da EAGB (6,1 milhões de USD). As restantes faturas serão pagas por um empréstimo para projetos em condições concessionais (4,2 milhões de USD) em 2024. Uma vez que a transferência já foi incluída no orçamento de 2023 e que o empréstimo se enquadra na atual rubrica de garantias públicas, esta intervenção não gerou custos orçamentais adicionais para 2023.

18. O contexto regional favorável da Guiné-Bissau reduz os riscos de refinanciamento a médio prazo associados à dívida interna. Prevê-se que o VA da dívida pública em relação ao PIB diminua gradualmente a médio prazo. Durante o período do programa, as autoridades também tencionam regularizar todos os atrasados internos auditados e reconhecidos e estão a realizar progressos na liquidação dos atrasados externos antigos⁶. As autoridades continuarão a reforçar a gestão da dívida e a assegurar o pagamento dos serviços da dívida externa antes da data de vencimento, através da implementação do despacho ministerial que dá prioridade aos pagamentos do serviço da dívida (indicador de referência estrutural contínuo). As perspetivas para a dívida continuam vulneráveis a uma recuperação económica mais fraca, a um aumento da restritividade das condições financeiras e à não prossecução de políticas orçamentais prudentes por parte das autoridades.

Setor financeiro

19. O governo tem avançado na sua estratégia de saída ordenada de um grande banco subcapitalizado (MPEF n.º 32). O Conselho de Ministros aprovou a oferta de um investidor estratégico com vista à compra da participação do Estado e à recapitalização da instituição a fim de cumprir as normas regulamentares. O processo de devida diligência foi concluído com êxito e o investidor reiterou ao novo governo o seu interesse na compra. O novo governo acordou as condições finais do acordo, que serão subseqüentemente apresentadas à Comissão Bancária Regional para avaliação após aprovação na assembleia de acionistas do banco. Caso esta operação não se materialize, o governo continua empenhado em cumprir um novo indicador de referência estrutural: encomendar uma avaliação da posição financeira do banco e uma auditoria totalmente independente à carteira de crédito, incluindo créditos não produtivos, a ser realizada por uma empresa de consultoria; e preparar um relatório sobre um plano viável que garanta que o banco é objeto de recapitalização, resolução ou liquidação até ao final do programa com base nas recomendações do FMI.

B. Reformas em matéria de governação e Estado de direito

20. Foram realizados progressos no reforço das auditorias externas, na transparência do processo de contratação pública e na eficácia do CBC/FT (MPEF, n.º 25-27). O Tribunal de Contas publicará o relatório de auditoria do Alto Comissariado para a COVID-19 de acordo com a ação prévia e está a fazer progressos nas auditorias de transações relacionadas com a COVID-19 de outras entidades. A Direção-Geral dos Concursos Públicos (DGCP) continua a publicar as informações sobre os beneficiários efetivos de todos os contratos relacionados com a crise provocada pela pandemia e está a alargar a divulgação a todos os contratos públicos através da participação no COTADO. Com a assistência técnica do FMI, as autoridades tomarão medidas para

⁶ A Guiné-Bissau tem atrasados externos antigos no valor total de 5,7 milhões de USD no final de 2022, com o Brasil, o Paquistão e a Rússia. As autoridades chegaram a um acordo com a Rússia para a anulação da dívida (1,5 milhões de USD). As negociações com o Brasil (1,9 milhões de USD) aguardam a aprovação final por parte do Senado brasileiro. Desde novembro de 2021, foram enviadas missivas para o Paquistão (2,2 milhões de USD) numa tentativa de resolver os restantes atrasados externos. O corpo técnico obteve o consentimento dos Administradores competentes para avançar com a conclusão da avaliação, não obstante os referidos atrasados.

reforçar a eficácia em matéria de CBC/FT, em conformidade com o plano de ação revisto com base na Lei de CBC/FT da UEMOA de 2023 (Anexo IV).

21. O novo governo está empenhado em dar prioridade às reformas anticorrupção e do Estado de direito (MPEF, n.º 28-31). A implementação da nova lei sobre o regime de declaração de bens, que está pendente na Assembleia Nacional, exige o desenvolvimento de capacidades do Supremo Tribunal de Justiça, que será responsável pela manutenção do depositário. A ausência de infraestruturas tem representado riscos existenciais para o setor da justiça. Vários tribunais regionais e serviços de justiça foram encerrados devido à falta de pagamento de rendas ou de pessoal, ou ambos. As operações de combate à corrupção da Polícia Judiciária nas regiões foram neutralizadas na ausência de uma base fora de Bissau. O orçamento de 2024 dará prioridade à construção de infraestruturas mínimas para manter o funcionamento do setor.

MODALIDADES DO PROGRAMA E OUTRAS QUESTÕES

22. As autoridades solicitaram um aumento do acesso de 40% da quota para dar resposta às maiores necessidades da balança de pagamentos causadas por um grave choque dos termos de troca. O aumento proposto dará resposta às necessidades residuais de financiamento criadas por um choque externo adverso sobre as exportações de castanha de caju e será apoiado pelos fortes compromissos assumidos pelo novo governo em relação aos objetivos do programa. O aumento será gradual mediante a adição de desembolsos de 13,3% da quota a cada uma das três próximas avaliações. A natureza das necessidades de financiamento mantém-se inalterada e os recursos adicionais destinar-se-ão ao apoio orçamental. Não obstante um maior acesso, o acesso anual e cumulativo manter-se-á bem dentro dos limites normais de acesso ao Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

23. O programa é integralmente financiado. Apesar do aumento das necessidades de financiamento, existem compromissos firmes de financiamento para os próximos 12 meses, incluindo apoio orçamental adicional (11,0 mil milhões de FCFA)⁷ e têm em conta o aumento solicitado. As perspetivas de o financiamento ser adequado ao resto do programa são boas. A quota-parte do FMI nas necessidades de financiamento cumulativas será reduzida de 61% para 53% após o aumento. Com os efeitos catalisadores do acordo da ECF, é provável que, em 2024, as IFI prestem apoio orçamental para além do montante acima referido.

24. A capacidade de reembolso da Guiné-Bissau continuará a ser adequada após o aumento proposto, mas sujeita a riscos significativos (Quadro 6, Figura 4 do texto). Três dos seis indicadores da capacidade de reembolso da Guiné-Bissau ultrapassam o percentil 75 dos acordos anteriores nas parcelas superiores de crédito do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, em especial a longo prazo. Com a proposta de um maior acesso, as obrigações pendentes perante o FMI, baseadas na utilização presente e futura, atingirão um pico de 3,4% do

⁷ Desde a segunda avaliação, o apoio orçamental adicional inclui 1,9 mil milhões de FCFA de Espanha para 2023 e 11,0 mil milhões de FCFA de França e Portugal em 2024.

PIB em 2025, enquanto o serviço da dívida ao FMI atingirá um pico de 2,8% das receitas (excluindo donativos) ou 3,0% das exportações em 2030. A capacidade de reembolso ao FMI está sujeita a riscos significativos de revisão em baixa das perspectivas. Os riscos são mitigados pelo compromisso do governo de implementar integralmente o programa, bem como pelo seu forte historial de serviço da dívida para com o FMI, pelas medidas de política orçamental ao abrigo do programa, que colocarão a dívida pública numa forte trajetória descendente, e pelas medidas destinadas a reforçar a governação, que melhorarão a capacidade institucional para a implementação da política. As reformas estruturais no setor financeiro e da energia têm vindo a reduzir significativamente os riscos dos passivos contingentes. Com estas medidas e reformas, os riscos para a capacidade de reembolso manter-se-ão geríveis.

25. As autoridades solicitaram um pedido de dispensa do cumprimento dos critérios de desempenho quantitativos para junho de 2023 com base nas medidas corretivas. Estas medidas corretivas incluem: i) o fortalecimento da profissionalização da DGCI através de uma avaliação quantitativa do desempenho e de auditorias fiscais (no caso de limites mínimos para as receitas fiscais e o saldo primário interno); ii) a institucionalização do COTADO (para um limite mínimo relativo ao saldo primário interno); e iii) a implementação de uma política rigorosa de nenhuma contratação nova (para um limite máximo da massa salarial). Com estas medidas, os critérios de desempenho quantitativos relativos às receitas fiscais e à massa salarial para dezembro de 2023 deverão ser cumpridos. As despesas discricionárias têm sido largamente minimizadas desde agosto de 2023. Os atrasados da dívida externa foram pagos e foram tomadas medidas para mitigar o risco de futuros incumprimentos (n.º 4).

26. As autoridades propuseram uma revisão do critério de desempenho quantitativo relativo a um saldo primário interno para dezembro de 2023. Trata-se de ter em conta a derrapagem que não pode ser compensada através de medidas corretivas (n.º 11), bem como o impacto do atraso na concessão de licenças 5G (n.º 13).

27. Ações prévias e indicadores de referência estruturais. Duas ações prévias são fundamentais para assegurar que o orçamento para 2023 revisto pelo novo governo continua a ser consistente com os parâmetros do programa e para melhorar a transparência das despesas relacionadas com a COVID-19. São propostos oito novos indicadores de referência estruturais (ver Quadro sobre indicadores de referência estruturais) para apoiar as medidas corretivas e a elaboração do orçamento para 2024, mantendo-se ao mesmo tempo parcimoniosos, cuidadosamente priorizados e sequenciados. Propõe-se que dois indicadores de referência estruturais sejam reprogramados para uma melhor sequenciação⁸. Dois indicadores de referência estruturais deverão ser substituídos por indicadores de referência estruturais modificados para

⁸ Propõe-se um indicador de referência estrutural relativo a um plano de reafetação dos administradores da DGCI, de modo a que os administradores a reafetar possam ser selecionados com base na avaliação quantitativa do desempenho introduzida por um novo indicador de referência estrutural definido até junho de 2024 (MEFP n.º 9). Para dezembro de 2024, é reprogramado um indicador de referência estrutural relativo a um plano estratégico da EAGB, uma vez que a conclusão mais rápida do que o previsto do projeto da OVMG alterou a prioridade a curto prazo. Um indicador de referência estrutural sobre um plano plurianual de pessoal está reprogramado para março de 2024, a fim de ser alinhado com o orçamento de 2024 e de orientar melhor o processo de contratação em 2024.

assegurar a coerência com o quadro jurídico. Para um indicador de referência estrutural contínuo relativo ao serviço da dívida externa, o governo tem vindo a realizar um trabalho de sensibilização para o despacho ministerial.

28. Avaliação das salvaguardas. A atualização da avaliação do BCEAO, realizada em 2023, concluiu que a instituição continua a dispor de uma estrutura de controlo robusta com fortes mecanismos de governação. Todas as recomendações da avaliação das salvaguardas de 2018 foram implementadas. Os mecanismos de relato financeiro e auditoria externa mantêm-se em consonância com as práticas internacionais.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

29. A Guiné-Bissau enfrenta um choque externo adverso. A queda dos preços internacionais da castanha de caju resultou em exportações muito inferiores ao previsto e agravará significativamente o défice da conta corrente. O financiamento é limitado pelo aumento da restritividade das condições financeiras regionais. O choque criou maiores necessidades da balança de pagamentos a curto prazo. Espera-se a continuação de uma recuperação económica moderada, mas existem riscos significativos de uma revisão em baixa das perspetivas do crescimento.

30. O desempenho do programa foi mais fraco do que o previsto para junho de 2023, mas o corpo técnico congratula-se com o compromisso do novo governo em matéria de consolidação orçamental. O critério de desempenho quantitativo relativo a um défice primário interno para junho de 2023 não foi cumprido devido à derrapagem significativa das despesas durante o período eleitoral. No entanto, o novo governo tem vindo a tomar medidas corretivas para racionalizar as despesas não prioritárias e mobilizar receitas adicionais. Os critérios de desempenho quantitativos relativos às receitas fiscais e à massa salarial para junho de 2023 não foram cumpridos, mas prevê-se que sejam cumpridos em dezembro de 2023. O orçamento para 2023, que será aprovado em novembro de 2023, mantém a dimensão significativa da consolidação orçamental, apesar de uma conjuntura extremamente difícil. A meta do défice primário interno para dezembro de 2023 é alargada devido à derrapagem no primeiro semestre do ano que não pode ser solucionada por medidas corretivas.

31. A mobilização das receitas é um pilar fundamental das estratégias de consolidação orçamental. O corpo técnico congratula-se com a forte adesão das autoridades às reformas destinadas a reforçar a profissionalização da DGCI, especialmente através da introdução de indicadores de desempenho quantitativos e do restabelecimento das auditorias fiscais. Os administradores da DGCI serão considerados responsáveis por estas ações, na medida em que os administradores com um desempenho insuficiente serão reafetados e substituídos por novos administradores selecionados através de concursos públicos.

32. As novas medidas corretivas reforçarão o controlo das despesas. A meta da massa salarial será apoiada pelo novo recenseamento de funcionários públicos, que será mais eficaz quando os ministérios setoriais assumirem as funções de liderança, em vez do Ministério da

Administração Pública. Desde setembro de 2023, as despesas discricionárias têm sido rigorosamente controladas através do COTADO, que será institucionalizado através de um controle *ex post* por parte do Primeiro-Ministro e da digitalização das aprovações de autorizações.

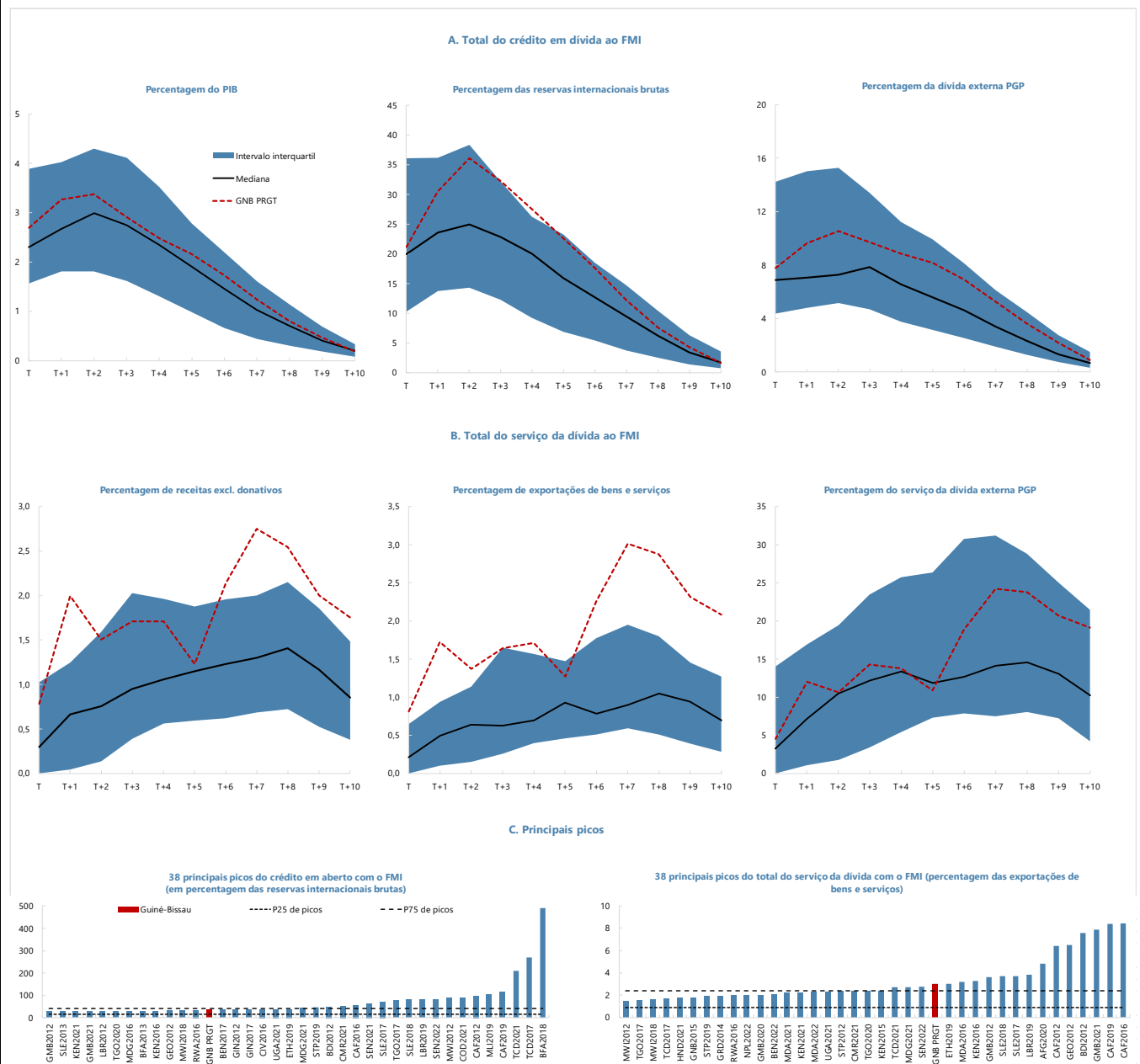
33. A transição para fontes de energia diversificadas é essencial para restabelecer a viabilidade financeira da EAGB. O corpo técnico louva a instalação rápida e sem precedentes da EAGB de 32 700 contadores pré-pagos. O fornecimento de energia da Karpower cessará após a conclusão da secção crítica do projeto “Ring Line” e de a eletricidade do projeto da OMVG estar disponível. O corpo técnico insta a EAGB a incitar o contratante a reparar os trabalhos com defeito e a concluir a linha o mais rapidamente possível, enquanto o governo prossegue a renegociação com a Karpower, incluindo os custos da rescisão antecipada do contrato de aquisição de energia.

34. O corpo técnico encara com agrado a implementação rigorosa das reformas em matéria de governação. O corpo técnico congratula-se com os progressos realizados pelo Tribunal de Contas na auditoria do Alto Comissariado para a COVID-19 e com o desenvolvimento do novo regime de declaração de bens. É necessária uma estratégia e um plano de ação nacionais revistos para melhorar a eficácia do CBC/FT, em consonância com a nova lei de CBC/FT da UEMOA. O corpo técnico recomenda às autoridades que resolvam uma situação difícil do setor judicial através da construção de infraestruturas mínimas.

35. A eficiência das despesas sociais e prioritárias deve ser melhorada. As despesas não relacionadas com salários dos setores prioritários devem ser mais bem protegidas, enquanto a massa salarial, que inclui um grande número de trabalhadores “fantasma” e absorve a maior parte do envelope de recursos, deve continuar a ser racionalizada. No setor agrícola, o subsídio aos preços dos produtos alimentares introduzido em 2023 será muito oneroso se for mantido e deverá ser substituído por uma política mais sustentável em 2024. O corpo técnico recomenda o alargamento do apoio aos fatores de produção agrícolas, que deve ser em grande medida adaptado aos contextos locais para ser eficaz.

36. Com base nos fortes compromissos políticos e nas necessidades prevaletentes da balança de pagamentos, o corpo técnico apoia o pedido das autoridades no sentido de aumentar o acesso. Tendo em conta as medidas corretivas, o corpo técnico também apoia os pedidos das autoridades de dispensa do cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de junho de 2023 em matéria de receitas fiscais, massa salarial, saldo primário interno e atrasados externos. O corpo técnico apoia o pedido de alteração do critério de desempenho para final de dezembro de 2023 relativo ao saldo primário interno. O corpo técnico apoia a conclusão da terceira avaliação, o pedido das autoridades para o respetivo desembolso e a conclusão da avaliação das garantias de financiamento, uma vez que continuam a existir salvaguardas adequadas para a utilização dos recursos do FMI na situação da Guiné-Bissau e os esforços de ajustamento deste país não foram prejudicados pela evolução das relações entre credores e devedores.

Figura 4 do texto. Indicadores da capacidade de reembolso comparados com os acordos nas parcelas superiores de crédito e países elegíveis para o PRGT (em percentagem da variável indicada)

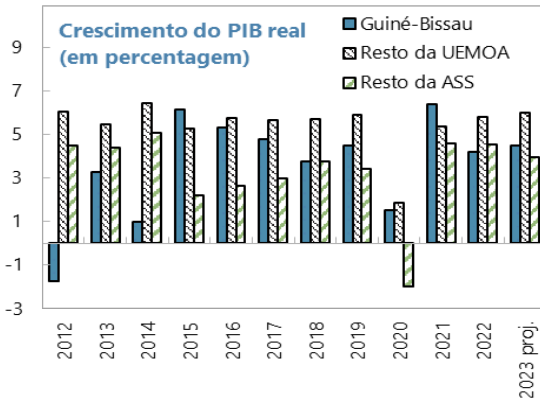


Notas:

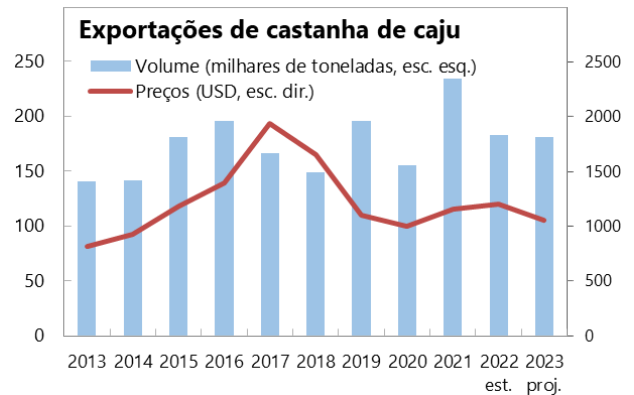
- 1) T = data de aprovação do acordo. PPG = dívida externa pública e com garantia pública.
- 2) As linhas e barras vermelhas representam o indicador de capacidade de reembolso para o acordo em causa.
- 3) As barras da mediana, do intervalo interquartil e do comparador refletem todos os acordos nas parcelas superiores de crédito (incluindo financiamentos mistos) aprovados para países elegíveis para o PRGT entre 2012 e 2022.
- 4) Os países elegíveis para o PRGT que fazem parte do grupo de controlo e que beneficiam de múltiplos acordos são registados individualmente na base de dados.
- 5) A série de comparação é apenas para os acordos PRGT e corre até T+10.
- 6) As obrigações de serviço da dívida ao FMI refletem os pagamentos futuros, incluindo para o ano corrente.
- 7) Em caso de financiamentos mistos, as linhas/barras vermelhas referem-se ao PRGT+GRA. Em caso de RST, as linhas/barras vermelhas referem-se ao PRGT+GRA+RST.

Figura 1. Guiné-Bissau: Crescimento e padrões de vida

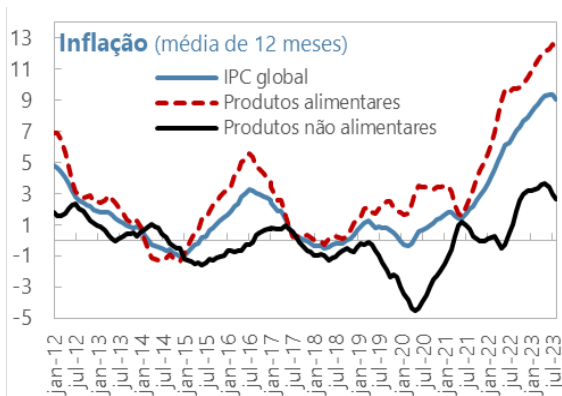
O crescimento em 2023 deverá abrandar...



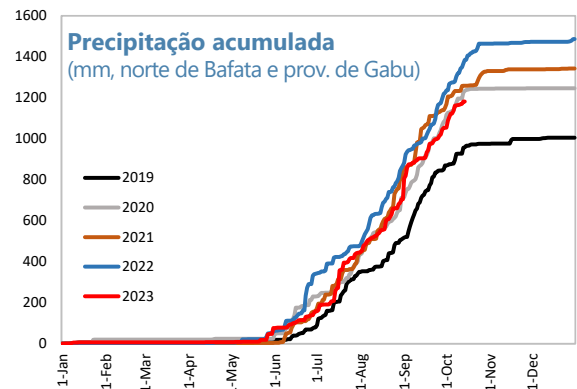
... devido ao menor nível de exportações de castanha de caju afetadas por atrasos nas exportações dos inventários.



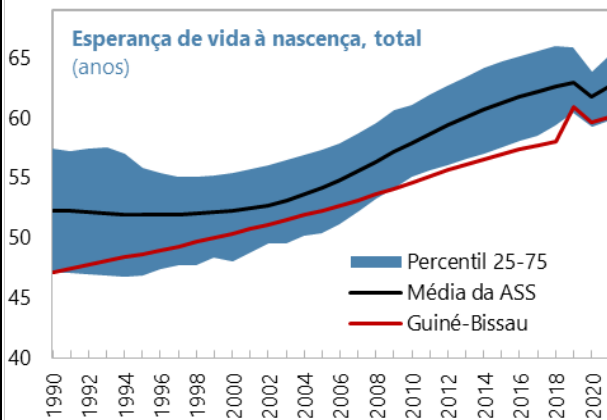
A inflação subiu devido ao aumento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares...



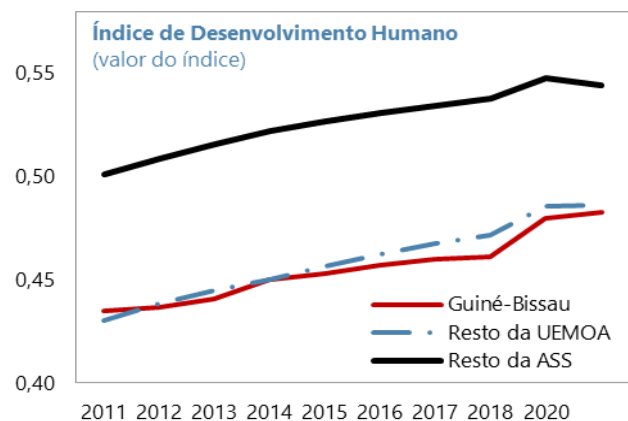
... porém, as melhores condições meteorológicas impulsionaram a produção agrícola nacional e a segurança alimentar.



As fracas condições sanitárias são evidenciadas por uma esperança de vida à nascença significativamente inferior face à dos outros países da África Subsariana.



...e de fragilidade económica, que afeta os padrões de vida da população.



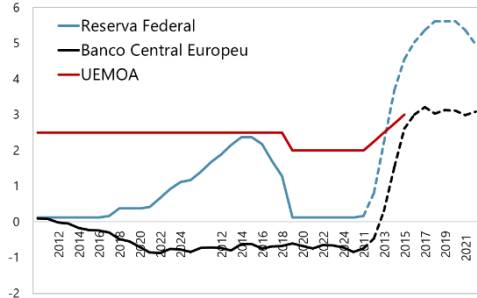
Fontes: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial; EM-DAT, base de dados CRED; NASA, base de dados Giovanni; autoridades da Guiné-Bissau; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Guiné-Bissau: Evolução económica a nível mundial

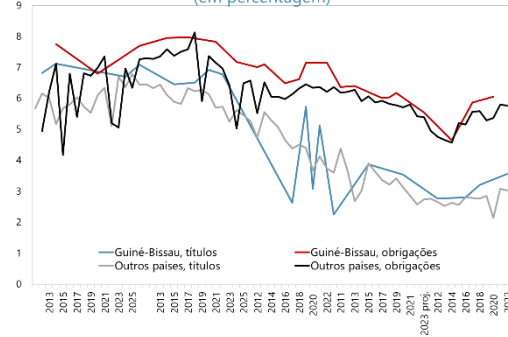
Os bancos centrais nas economias avançadas estão a adotar políticas monetárias mais restritivas...

... e os juros nos mercados regionais estão a começar a subir...

Taxas de juro diretoras
(em percentagem)



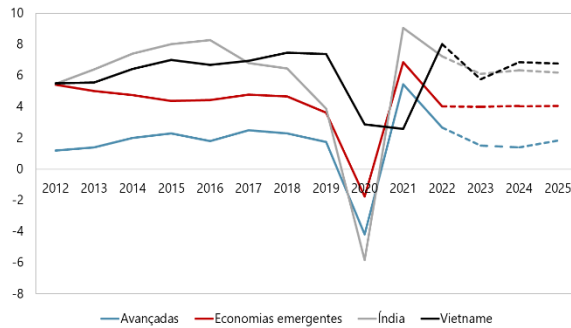
Taxas de juro da dívida pública na UEMOA
(em percentagem)



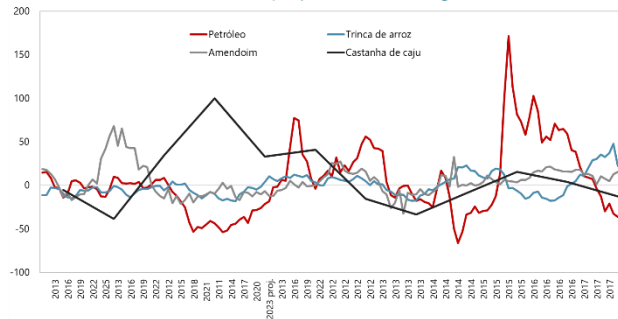
... enquanto o crescimento dos parceiros comerciais diminui...

... e os preços da castanha de caju também estão a diminuir, mas os preços do arroz estão a aumentar.

Crescimento do PIB
(taxa anual de crescimento real em percentagem)



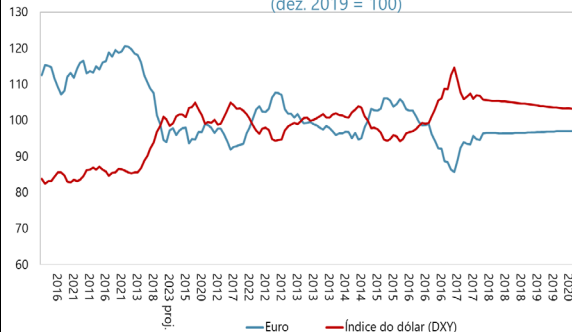
Preços das matérias-primas
(em USD, variação percentual homóloga)



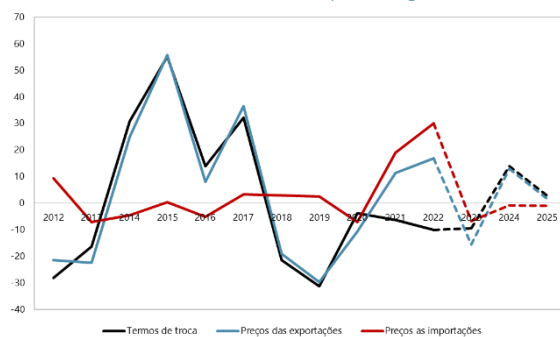
O euro e o franco CFA registaram uma desvalorização considerável face ao dólar dos EUA, sem perspectivas de recuperação...

... e prevê-se que os termos de troca continuem a deteriorar-se.

Taxas de câmbio
(dez. 2019 = 100)



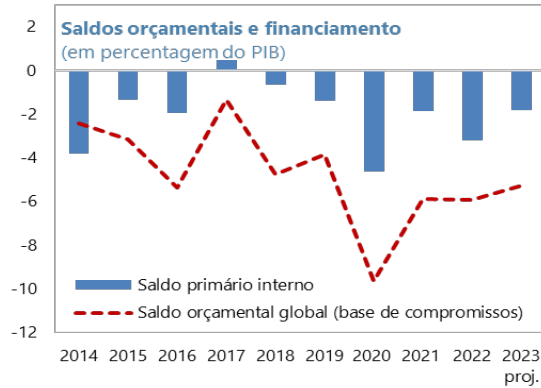
Preços das importações e exportações
(crescimento anual, em percentagem)



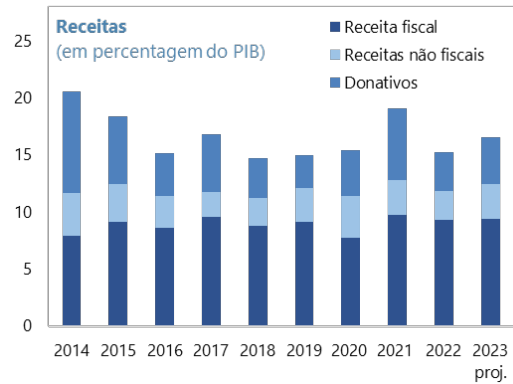
Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; BCEAO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Evolução orçamental, externa e monetária

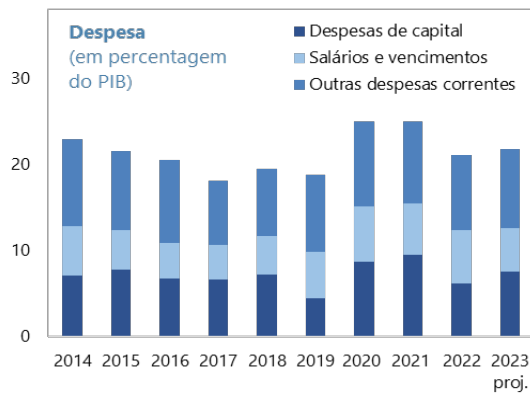
Os saldos orçamentais melhoraram desde 2020...



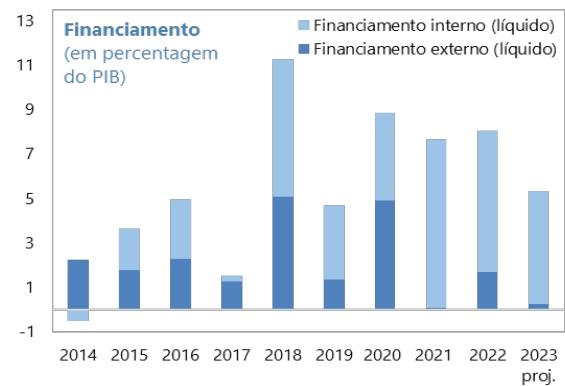
... devido à maior pujança das receitas fiscais...



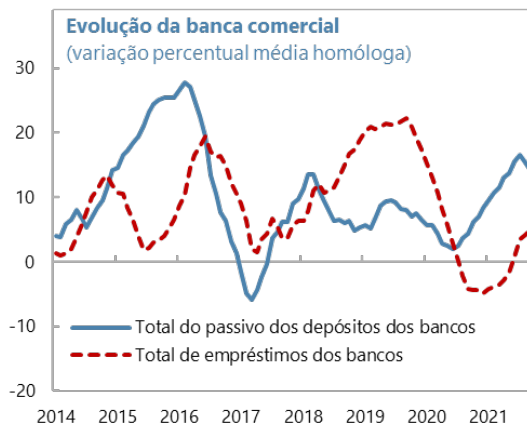
... e à redução das despesas...



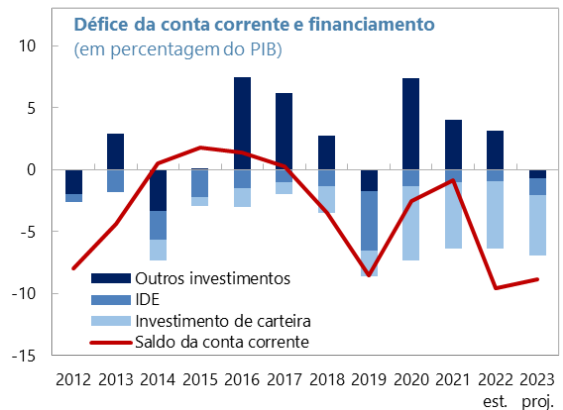
... embora o financiamento seja limitado pelo aumento da restritividade das condições financeiras regionais.



O aumento do financiamento regional conduziu à exclusão parcial do crédito bancário ao setor privado.



O aumento do défice da conta corrente é financiado apenas parcialmente pelo investimento de carteira (títulos do Tesouro).



Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; BCEAO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Principais indicadores económicos e financeiros, 2020–2028

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
				Proj.					
(variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Contas nacionais e preços									
PIB real a preços de mercado	1,5	6,4	4,2	4,2	5,0	5,0	5,0	5,0	4,5
PIB real <i>per capita</i>	-0,7	4,1	1,9	2,0	2,8	2,9	2,9	2,9	2,4
Deflador do PIB	-1,0	2,7	7,3	7,2	3,1	2,8	2,8	2,8	2,8
Índice de preços no consumidor (média anual)	1,5	3,3	7,9	8,0	3,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Setor externo									
Exportações, FOB (francos CFA)	-15,6	35,1	-14,3	-14,8	36,4	5,8	3,6	5,1	5,1
Importações, FOB (francos CFA)	-9,9	9,7	25,3	-0,1	5,1	2,2	2,5	5,3	3,8
Termos de troca (deterioração = -)	-3,9	-6,5	-10,1	-9,6	13,4	2,5	1,9	2,7	1,8
Taxa de câmbio efetiva real (depreciação = -)	2,0	1,3	-2,1
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média)	574,8	554,2	622,4
Finanças públicas									
Receitas, excl. donativos	-5,5	22,7	3,4	15,8	12,2	10,2	10,2	10,1	8,5
Despesas	33,8	8,9	-4,6	15,0	2,3	2,1	7,9	9,4	7,9
Despesas correntes	14,5	3,5	8,0	14,0	-4,2	-1,5	7,9	8,4	6,8
Despesas de capital	96,7	19,3	-25,1	17,6	17,2	8,8	8,0	11,1	9,8
Moeda e crédito									
Crédito interno	-1,7	17,2	26,6	8,3	12,3	9,1	6,6	5,9	5,6
Crédito ao governo (líquido)	-19,7	55,3	32,8	7,4	9,5	1,9	-5,3	-5,9	-5,5
Crédito à economia	5,9	5,0	23,7	8,8	13,7	12,6	11,8	10,2	9,1
Ativos internos líquidos	-13,8	19,6	52,1	10,4	15,0	10,9	7,7	6,8	6,4
Agregado monetário (M2)	9,1	20,9	3,5	8,6	8,2	5,7	6,5	6,5	7,4
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)									
Investimento e poupança									
Investimento bruto	17,5	18,3	18,1	18,1	19,2	20,0	20,7	21,5	22,5
D/q: investimento público	5,8	6,4	4,3	4,5	4,9	4,9	4,9	5,1	5,2
Poupança interna bruta	3,3	7,6	0,2	1,0	5,6	7,5	8,9	10,2	11,7
D/q: poupança pública	-7,6	-5,5	-4,6	-4,5	-2,0	-1,4	-1,4	-1,3	-1,2
Poupança nacional bruta	15,0	17,5	8,5	9,3	14,2	15,2	16,3	17,3	18,5
Finanças públicas									
Receitas, excl. donativos	11,4	12,8	11,8	12,3	12,7	13,0	13,3	13,5	13,6
Despesa primária interna	16,0	14,7	15,0	14,4	13,1	12,3	12,6	12,7	12,8
Saldo primário interno	-4,6	-1,9	-3,2	-2,1	-0,4	0,7	0,7	0,8	0,8
Saldo global (base de compromissos)									
Incluindo donativos	-9,6	-5,9	-6,1	-5,6	-3,5	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
Excluindo donativos	-13,6	-12,2	-9,5	-9,7	-8,0	-6,6	-6,4	-6,4	-6,3
Conta corrente externa									
Conta corrente externa	-2,6	-0,8	-9,6	-8,9	-5,0	-4,8	-4,4	-4,2	-4,0
Excluindo transferências correntes oficiais	-5,7	-3,4	-11,4	-11,6	-8,2	-7,1	-6,4	-6,3	-6,0
Stock de dívida pública e com garantia pública¹									
Stock de dívida pública e com garantia pública ¹	77,7	78,8	80,4	76,5	74,1	71,5	69,3	67,3	65,7
D/q: dívida externa	41,1	40,3	39,2	34,9	33,3	31,6	29,5	27,5	25,9
Por memória:									
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	875,2	956,3	1069,2	1194,4	1292,9	1395,6	1506,4	1626,0	1746,8
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	21,8	24,5	25,2
(em percentagem do agregado monetário)	33,2	30,2	30,6

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Cobertura alargada para incluir os atrasados antigos.

Quadro 2a. Guiné-Bissau: Balança de pagamentos, 2020–2028
(em mil milhões de FCFA)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Proj.								
Saldo da conta corrente	-22,4	-7,8	-102,3	-105,8	-64,6	-67,4	-66,5	-68,5	-70,1
Bens e serviços	-119,1	-101,6	-189,5	-202,2	-173,5	-173,0	-176,9	-185,4	-190,4
Bens	-53,8	-27,7	-100,6	-121,4	-89,4	-85,5	-85,9	-90,7	-91,8
Exportações, FOB	123,1	166,3	142,5	121,4	165,6	175,3	181,5	190,7	200,4
D/q: castanha de caju	109,2	154,4	136,5	114,7	158,3	167,4	173,0	181,5	190,6
Importações, FOB	-176,8	-194,0	-243,1	-242,8	-255,0	-260,8	-267,4	-281,4	-292,2
D/q: produtos alimentares	-58,7	-57,6	-60,6	-57,7	-62,5	-62,6	-65,0	-67,2	-69,8
produtos petrolíferos	-30,9	-36,1	-63,8	-61,4	-64,9	-62,6	-62,8	-62,4	-62,0
Serviços	-65,3	-73,9	-88,9	-80,9	-84,1	-87,5	-91,0	-94,6	-98,6
Crédito	10,7	19,4	22,0	24,9	27,0	29,1	31,5	34,0	36,5
Débito	-76,0	-93,3	-110,9	-105,8	-111,1	-116,6	-122,5	-128,6	-135,0
Rendimentos	14,5	9,4	5,2	-0,2	0,6	1,9	3,9	4,5	5,0
Crédito	22,5	17,3	20,8	22,3	24,4	23,8	25,8	27,8	29,5
D/q: compensação de pescas da UE	7,6	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9
Outras taxas de licenciamento	10,1	4,9	6,6	7,7	9,7	8,5	10,2	12,0	13,5
Débito	-8,0	-7,9	-15,6	-22,4	-23,8	-21,9	-21,9	-23,4	-24,6
D/q: juros do governo	-7,7	-10,6	-7,5	-15,4	-16,6	-16,1	-17,2	-19,2	-20,8
Transferências correntes (líquidas)	82,2	84,4	82,0	96,6	108,3	103,7	106,5	112,4	115,3
Oficiais	27,8	24,9	20,0	32,3	41,2	31,8	30,4	33,4	35,2
Privadas	54,3	59,5	62,0	64,3	67,1	71,9	76,1	79,0	80,1
D/q: remessas	51,8	56,7	58,9	61,0	63,8	68,4	72,4	75,2	76,2
Conta de capital	6,0	34,7	17,6	17,2	18,4	19,6	21,1	23,2	24,8
D/q: transferências oficiais	5,2	33,6	16,4	16,0	17,2	18,4	19,8	21,8	23,4
Conta financeira	0,8	-21,7	-34,2	-82,4	-37,2	-39,2	-50,5	-54,6	-63,5
IDE	-11,9	-9,8	-9,6	-16,5	-11,8	-12,8	-13,8	-14,9	-16,0
Outros investimentos	12,7	-12,0	-24,6	-65,9	-25,3	-26,4	-36,7	-39,8	-47,5
Desembolsos oficiais a médio e a longo prazo	-51,3	-26,5	-23,7	-21,4	-24,1	-24,9	-22,4	-24,9	-26,1
Programas	-22,0	-0,1	0,0	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Projetos	-29,3	-26,4	-23,7	-20,6	-24,1	-24,9	-22,4	-24,9	-26,1
Amortização	11,8	25,5	3,8	18,3	19,3	19,0	16,6	19,2	19,4
Bilhetes do Tesouro (financiamento regional)	-46,2	-59,3	-58,1	-57,8	-40,5	-35,5	-45,9	-49,1	-50,8
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	72,2	5,9	-12,2	25,0	15,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Outros ativos externos líquidos	26,2	42,4	65,6	-30,0	5,0	5,0	5,0	5,0	0,0
Erros e omissões	-3,2	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-20,3	51,0	-50,4	-6,2	-9,0	-8,6	5,2	9,3	18,2
Financiamento	20,3	-51,0	50,4	6,2	9,0	8,6	-5,2	-9,3	-18,2
Ativos externos líquidos, excl. FMI (aumento -)	20,3	-62,2	53,5	-1,6	-1,5	3,6	-1,8	-5,5	-15,3
Compras do FMI	0,0	11,2	0,0	10,7	13,7	7,6	0,0	0,0	0,0
Recompras do FMI	-2,0	-1,6	-3,1	-2,9	-3,2	-2,7	-3,4	-3,8	-2,9
Donativo para o alívio da dívida no âmbito do CCRT do FMI	2,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação dos atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>									
Volume das exportações de castanha de caju (milhares de toneladas)	155	234	183	181	220	229	233	238	244
Preços de exportação de castanha de caju (USD por tonelada)	1.000	1.154	1.200	1.050	1.200	1.224	1.242	1.273	1.299
Volume das importações de bens (variação percentual anual)	-5,7	-5,9	-4,5	5,7	4,7	3,6	3,6	5,0	3,4
Preços do petróleo (internacionais, USD por barril)	41,8	69,2	96,4	80,5	79,9	76,0	72,7	69,9	67,5
Serviço da dívida programado									
Porcentagem de exportações e créditos de serviço	13,5	18,2	5,3	17,9	14,2	12,6	11,3	12,3	11,4
Porcentagem do total da receita pública	18,1	27,7	6,8	17,9	16,7	14,2	12,1	12,6	11,4
Saldo da conta corrente (porcentagem do PIB)	-2,6	-0,8	-9,6	-8,9	-5,0	-4,8	-4,4	-4,2	-4,0
Transferências oficiais (porcentagem do PIB)	3,8	6,1	3,4	4,0	4,5	3,6	3,3	3,4	3,4
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	21,8	24,5	25,2
(em percentagem do agregado monetário)	33,2	30,2	30,6

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Quadro 2b. Guiné-Bissau: Necessidades e fontes de financiamento externo, 2020–2028
(em mil milhões de FCFA)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Proj.								
Requisitos de financiamento	-43,6	-122,0	-75,6	-160,9	-129,8	-117,2	-118,6	-130,4	-142,9
Défice da conta corrente, excl. transferências oficiais:	-50,2	-32,7	-122,3	-138,1	-105,8	-99,2	-96,9	-101,9	-105,3
Amortização da dívida pública	-11,8	-25,5	-3,8	-18,3	-19,3	-19,0	-16,6	-19,2	-19,4
Variação dos atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação das reservas oficiais	20,3	-62,2	53,5	-1,6	-1,5	3,6	-1,8	-5,5	-15,3
Recompras do FMI	-2,0	-1,6	-3,1	-2,9	-3,2	-2,7	-3,4	-3,8	-2,9
Financiamento disponível	41,6	108,2	69,1	142,0	100,7	105,3	117,9	129,7	142,9
Donativos para projetos	33,0	57,5	29,8	40,1	43,0	45,9	49,5	54,5	58,6
Investimento direto estrangeiro líquido	11,9	9,8	9,6	16,5	11,8	12,8	13,8	14,9	16,0
Bilhetes do Tesouro (financiamento regional)	46,2	59,3	58,1	57,8	40,5	35,5	45,9	49,1	50,8
Credores oficiais	51,3	26,5	23,7	21,4	24,1	24,9	22,4	24,9	26,1
Outros fluxos financeiros líquidos ¹	-100,8	-44,8	-52,1	6,2	-18,8	-13,7	-13,7	-13,7	-8,6
Necessidades de financiamento	2,0	13,8	6,6	18,9	29,2	11,9	0,7	0,7	0,0
CCRT	2,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos de apoio orçamental	0,0	1,0	6,6	8,2	15,4	4,3	0,7	0,7	0,0
D/q: donativos multilaterais	0,0	0,0	0,0	3,7	3,7	3,8	0,0	0,0	0,0
Desembolsos do FMI	0,0	11,2	0,0	10,7	13,7	7,6	0,0	0,0	0,0
D/q: programa de ECF	0,0	0,0	0,0	10,7	13,7	7,6	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: BCEAO, estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui transferências líquidas de capital privado, variação de ativos externos líquidos dos bancos comerciais e do setor privado não financeiro, alocações de DSE, e erros e omissões.

Quadro 3a. Guiné-Bissau: Operações consolidadas da administração central, 2020–28
(em mil milhões de FCFA)

	2020	2021	2022	2023			2024	2025	2026	2027	2028
				Orçamento ¹	2. ^o aval.	Proj. rev.					
Receitas e donativos	134,7	182,5	163,0	190,0	197,5	194,9	222,8	231,3	249,8	274,9	297,0
Receita fiscal	67,8	93,5	99,7	113,7	113,7	114,2	126,0	142,9	158,3	175,1	190,7
Receita não fiscal	32,0	28,9	27,0	32,4	37,4	32,4	38,4	38,2	41,3	44,6	47,7
Donativos ²	35,0	60,1	36,4	43,9	46,4	48,3	58,4	50,2	50,2	55,2	58,6
Apoio ao orçamento	0,0	1,0	6,6	3,8	6,3	8,2	15,4	4,3	0,7	0,7	0,0
Donativos para projetos	33,0	57,5	29,8	40,1	40,1	40,1	43,0	45,9	49,5	54,5	58,6
Despesas	219,1	238,7	227,8	233,4	239,7	262,1	268,1	273,7	295,3	323,1	348,8
Despesas correntes	143,4	148,4	160,2	146,0	154,8	182,6	175,0	172,3	185,9	201,5	215,2
Salários e vencimentos ³	57,0	58,2	66,3	59,0	59,0	59,0	61,0	65,3	70,0	75,6	79,9
Bens e serviços ³	25,4	28,7	27,7	26,5	23,3	24,2	26,2	25,8	28,0	30,4	32,8
Transferências ³	27,3	25,9	23,0	23,5	29,4	26,5	30,2	25,3	27,8	29,9	31,8
Juros	13,2	15,3	14,6	21,0	24,9	29,2	31,7	31,5	33,7	37,1	40,2
Outros	20,5	20,2	28,7	16,0	18,2	43,6	25,8	24,4	26,4	28,5	30,6
Aquisição líquida de ativos não financeiros	75,7	90,3	67,6	87,4	84,9	79,5	93,1	101,4	109,4	121,6	133,5
Com financiamento interno	9,9	7,1	15,2	24,0	24,0	18,8	26,0	30,6	37,4	42,2	48,8
Com financiamento externo (incl. BOAD)	65,7	83,1	52,4	63,4	60,9	60,7	67,1	70,8	72,0	79,4	84,7
Saldo global, incl. donativos (base de compromissos)	-84,3	-56,1	-64,8	-43,4	-42,2	-67,2	-45,3	-42,4	-45,5	-48,2	-51,8
Saldo global, excl. donativos (base de compromissos)	-119,3	-116,2	-101,2	-87,3	-88,6	-115,5	-103,7	-92,5	-95,7	-103,4	-110,4
Atrasados dos atrasados	6,5	-9,1	-6,7	0,0	-4,1	-1,0	-10,0	-1,2	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos ⁴	5,5	-8,2	-6,7	0,0	-4,1	-1,0	-10,0	-1,2	0,0	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	9,6	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores (-)	-4,1	-10,2	-6,7	0,0	-4,1	-1,0	-10,0	-1,2	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos líquidos	0,7	-0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de juros ao BOAD, líquidos	0,2	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Diferenças e discrepâncias estatísticas	0,4	-8,5	-16,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-77,7	-73,5	-87,6	-43,4	-46,2	-68,2	-55,3	-43,6	-45,5	-48,2	-51,8
Financiamento ⁵	77,7	73,5	87,6	43,4	46,2	68,2	55,3	43,6	45,5	48,2	51,8
Aquisição líquida de ativos financeiros (- = acumulaçã	-28,8	9,8	-1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos bancários	-12,9	10,6	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO	-1,8	-4,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais locais	-11,1	14,7	-1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros ⁶	-15,9	-0,8	-1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
d/q: Recapitalização bancária	0,0	0,0	-1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
Financiamento interno	63,4	62,7	69,1	52,1	43,2	65,1	50,5	37,7	39,7	42,6	45,1
Crédito do BCEAO	-2,8	30,7	-3,6	0,0	4,2	7,2	10,0	2,2	-6,2	-6,5	-5,7
D/q: FMI	-2,0	9,6	-3,1	0,0	4,7	7,8	10,5	5,0	-3,4	-3,8	-2,9
Outro financiamento interno (líquido)	66,2	32,0	72,7	52,1	39,1	57,8	40,5	35,5	45,9	49,1	50,8
Bancos comerciais locais	20,0	-27,2	14,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais regionais	46,2	59,3	58,1	52,1	39,1	57,8	40,5	35,5	45,9	49,1	50,8
Financiamento externo (líquido)	43,1	1,0	19,9	-8,8	3,0	3,1	4,8	5,9	5,9	5,7	6,7
Desembolsos	54,9	26,5	23,7	23,4	21,6	21,4	24,1	24,9	22,4	24,9	26,1
Projetos	32,9	26,4	23,7	23,4	20,8	20,6	24,1	24,9	22,4	24,9	26,1
Programas	22,0	0,1	0,0	0,0	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-11,8	-25,5	-3,8	-32,1	-18,6	-18,3	-19,3	-19,0	-16,6	-19,2	-19,4
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Déficit de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
<i>or memória:</i>											
Saldo primário interno (base de compromissos) ⁷	-40,3	-17,8	-34,2	-2,9	-2,9	-25,5	-4,8	9,7	9,9	13,1	14,6

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Projeto de orçamento aprovado pelo Conselho de Ministros, sujeito a aprovação pela Assembleia Nacional após as eleições de junho de 2023.

² Inclui donativos de capital do CCRT

³ Ajustados aos salários das embaixadas.

⁴ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

⁵ Financiamento numa base monetária.

⁶ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, participações e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.

⁷ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

Quadro 3b. Guiné-Bissau: Operações consolidadas da administração central, 2020–2028
(em percentagem do PIB)

	2020	2021	2022	2023			2024	2025	2026	2027	2028
				Orçamento ¹	2.ª aval.	Proj. rev.					
Receitas e donativos	15,4	19,1	15,2	15,9	16,5	16,3	17,2	16,6	16,6	16,9	17,0
Receita fiscal	7,7	9,8	9,3	9,5	9,5	9,6	9,7	10,2	10,5	10,8	10,9
Receita não fiscal	3,7	3,0	2,5	2,7	3,1	2,7	3,0	2,7	2,7	2,7	2,7
Donativos ²	4,0	6,3	3,4	3,7	3,9	4,0	4,5	3,6	3,3	3,4	3,4
Apoio ao orçamento	0,0	0,1	0,6	0,3	0,5	0,7	1,2	0,3	0,0	0,0	0,0
Donativos para projetos	3,8	6,0	2,8	3,4	3,4	3,4	3,3	3,3	3,3	3,4	3,4
Despesas	25,0	25,0	21,3	19,5	20,1	21,9	20,7	19,6	19,6	19,9	20,0
Despesas correntes	16,4	15,5	15,0	12,2	13,0	15,3	13,5	12,3	12,3	12,4	12,3
Salários e vencimentos ³	6,5	6,1	6,2	4,9	4,9	4,9	4,7	4,7	4,7	4,7	4,6
Bens e serviços ³	2,9	3,0	2,6	2,2	1,9	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9
Transferências ³	3,1	2,7	2,2	2,0	2,5	2,2	2,3	1,8	1,8	1,8	1,8
Juros	1,5	1,6	1,4	1,8	2,1	2,4	2,5	2,3	2,2	2,3	2,3
Outros	2,3	2,1	2,7	1,3	1,5	3,7	2,0	1,8	1,8	1,8	1,8
Aquisição líquida de ativos não financeiros	8,6	9,4	6,3	7,3	7,1	6,7	7,2	7,3	7,3	7,5	7,6
Com financiamento interno	1,1	0,7	1,4	2,0	2,0	1,6	2,0	2,2	2,5	2,6	2,8
Com financiamento externo (incl. BOAD)	7,5	8,7	4,9	5,3	5,1	5,1	5,2	5,1	4,8	4,9	4,9
Saldo global, incl. donativos (base de compromissos)	-9,6	-5,9	-6,1	-3,6	-3,5	-5,6	-3,5	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
Saldo global, excl. donativos (base de compromissos)	-13,6	-12,2	-9,5	-7,3	-7,4	-9,7	-8,0	-6,6	-6,4	-6,4	-6,3
Variação dos atrasados	0,7	-1,0	-0,6	0,0	-0,3	-0,1	-0,8	-0,1	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos ⁴	0,6	-0,9	-0,6	0,0	-0,3	-0,1	-0,8	-0,1	0,0	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	1,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores (-)	-0,5	-1,1	-0,6	0,0	-0,3	-0,1	-0,8	-0,1	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos líquidos	0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de juros ao BOAD, líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	0,0	-0,9	-1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-8,9	-7,7	-8,2	-3,6	-3,9	-5,7	-4,3	-3,1	-3,0	-3,0	-3,0
Financiamento ⁵	8,9	7,7	8,2	3,6	3,9	5,7	4,3	3,1	3,0	3,0	3,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (- = acumulação)	-3,3	1,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos bancários	-1,5	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO	-0,2	-0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais locais	-1,3	1,5	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros ⁶	-1,8	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
d/q: Recapitalização bancária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
Financiamento interno	7,2	6,6	6,5	4,4	3,6	5,4	3,9	2,7	2,6	2,6	2,6
Crédito do BCEAO	-0,3	3,2	-0,3	0,0	0,3	0,6	0,8	0,2	-0,4	-0,4	-0,3
D/q: FMI	-0,2	1,0	-0,3	0,0	0,4	0,7	0,8	0,4	-0,2	-0,2	-0,2
Outro financiamento interno (líquido)	7,6	3,4	6,8	4,4	3,3	4,8	3,1	2,5	3,0	3,0	2,9
Bancos comerciais locais	2,3	-2,8	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais regionais	5,3	6,2	5,4	4,4	3,3	4,8	3,1	2,5	3,0	3,0	2,9
Financiamento externo (líquido)	4,9	0,1	1,9	-0,7	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4
Desembolsos	6,3	2,8	2,2	2,0	1,8	1,8	1,9	1,8	1,5	1,5	1,5
Projetos	3,8	2,8	2,2	2,0	1,7	1,7	1,9	1,8	1,5	1,5	1,5
Programas	2,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-1,3	-2,7	-0,4	-2,7	-1,6	-1,5	-1,5	-1,4	-1,1	-1,2	-1,1
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
<i>Por memória:</i>											
Saldo primário interno (base de compromissos) ⁷	-4,6	-1,9	-3,2	-0,2	-0,2	-2,1	-0,4	0,7	0,7	0,8	0,8

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Projeto de orçamento aprovado pelo Conselho de Ministros, sujeito a aprovação pela Assembleia Nacional após as eleições de junho de 2023.

² Inclui donativos de capital do CCRT

³ Ajustados aos salários das embaixadas.

⁴ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

⁵ Financiamento numa base monetária.

⁶ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, participações e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.

⁷ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

Quadro 4. Guiné-Bissau: Síntese monetária, 2020–2026¹

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
				Proj.			
	(em mil milhões de FCFA)						
Ativos externos líquidos	271,5	329,9	267,3	286,1	292,1	293,4	308,6
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	164,2	216,7	166,3	160,1	151,1	142,5	147,6
Bancos comerciais	107,3	113,2	101,0	126,0	141,0	151,0	161,0
Ativos internos líquidos	127,7	152,7	232,3	256,3	294,8	326,8	352,1
Crédito ao governo (líquido)	47,2	73,4	97,4	104,7	114,6	116,8	110,6
BCEAO	40,2	66,8	64,8	72,0	82,0	84,2	78,0
Depósitos (-)	0,9	5,5	5,8	5,8	5,8	5,8	5,8
Crédito	41,1	72,3	70,6	77,8	87,8	90,0	83,8
Bancos comerciais	7,0	6,6	32,6	32,6	32,6	32,6	32,6
Depósitos (-)	25,0	25,4	23,5	23,5	23,5	23,5	23,5
Crédito	32,0	32,0	56,1	56,1	56,1	56,1	56,1
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito à economia	147,1	154,4	191,1	207,9	236,5	266,2	297,7
Outras rubricas (líquido)	-66,6	-75,1	-56,2	-56,2	-56,2	-56,2	-56,2
Massa monetária (M2)	399,2	482,7	499,5	542,4	586,9	620,3	660,7
Moeda em circulação	246,5	305,2	298,0	323,5	350,1	370,0	394,1
Depósitos bancários	152,7	177,4	201,6	218,9	236,8	250,3	266,6
Base monetária (M0)	274,7	350,4	324,1	351,9	380,8	402,4	428,7
	(variação percentual do agregado monetário no início do período)						
Contributo ao crescimento do agregado monetário (M2)							
Ativos externos líquidos	14,7	14,6	-13,0	3,8	1,1	0,2	2,4
BCEAO	-5,0	13,2	-10,5	-1,2	-1,7	-1,5	0,8
Bancos comerciais	19,7	1,5	-2,5	5,0	2,8	1,7	1,6
Ativos internos líquidos	-5,6	6,3	16,5	4,8	7,1	5,5	4,1
Crédito à administração central	-3,2	6,5	5,0	1,4	1,8	0,4	-1,0
Crédito à economia	2,3	1,8	7,6	3,4	5,3	5,1	5,1
Outras rubricas (líquido)	-4,7	-2,1	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>							
Agregado monetário (M2, variação percentual anual)	9,1	20,9	3,5	8,6	8,2	5,7	6,5
Base monetária (M0, variação percentual anual)	6,2	27,6	-7,5	8,6	8,2	5,7	6,5
Crédito à economia (variação percentual anual)	5,9	5,0	23,7	8,8	13,7	12,6	11,8
Velocidade (PIB/M2)	2,2	2,0	2,1	2,2	2,2	2,2	2,3
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,5	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹Fim de período.

Quadro 5. Guiné-Bissau: Principais indicadores de solidez financeira, 2017–22¹

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Excluindo o banco subcapitalizado				
							Dez. 2020	Jun. 2021	Dez. 2021	Jun. 2022	Dez. 2022
Adequação dos fundos próprios											
Fundos próprios/ativos ponderados pelo risco	2,2	-5,4	-2,0	-3,6	-1,4	-4,0	25,6	21,7	25,5	21,4	26,6
Fundos próprios de nível 1/ativos ponderados pelo risco	1,8	-5,5	-2,0	-3,6	-1,4	-4,0	25,6	21,7	25,5	21,4	26,6
Provisões/ativos ponderados pelo risco	27,6	29,8	26,0	20,4	20,3	9,9	2,3	2,7	8,0	3,3	4,3
Fundos próprios/total dos ativos	1,0	-2,0	-0,7	-1,3	-0,5	-1,3	12,8	12,7	7,2	12,4	12,1
Composição e qualidade dos ativos											
Total de empréstimos/total dos ativos	40,1	50,5	46,7	40,4	38,1	45,5	36,5	44,7	36,8	47,3	45,5
Concentração: empréstimos aos 5 maiores mutuários/fundos próprios	831,7	-316,1	-748,5	-379,3	-2344,0	-273,5	216,5
Distribuição setorial dos empréstimos											
Agricultura e pescas	0,9	0,5	0,5	0,8	1,4	1,5	0,8	1,4	1,5
Indústria extrativa	0,0	0,0	0,0	1,2	1,1	0,8	0,0	1,1	0,8
Indústria de transformação	0,4	0,7	0,7	15,7	14,8	15,4	18,1	14,8	15,4
Eletricidade, água e gás	1,1	0,7	0,7	10,5	10,7	4,9	0,0	10,7	4,9
Construção	1,7	1,7	1,7	7,7	8,1	3,2	8,4	8,1	3,2
Comércio por grosso e a retalho, restauração e hotelaria	29,7	29,4	29,4	25,2	24,1	40,5	54,0	24,1	40,5
Transportes e comunicações	1,1	1,1	1,1	7,1	7,4	7,1	7,0	7,4	7,1
Seguros, serviços imobiliários e serviços às empresas	8,4	8,2	8,2	1,1	1,1	1,0	0,7	1,1	1,0
Outros serviços	56,7	57,8	57,8	30,7	31,5	25,6	10,9	31,5	25,6
Créditos não produtivos brutos/total de empréstimos	37,4	26,3	25,4	21,8	19,4	10,4	10,3	6,5	9,0	5,5	5,9
Provisões gerais/crédito não produtivo bruto	64,8	67,3	65,3	68,8	80,8	61,6	35,2	54,5	64,1	72,7	71,4
Créditos não produtivos líquidos/total de empréstimos	17,4	10,5	10,6	8,0	4,4	4,3	2,1	3,4	3,4	1,5	1,7
Créditos não produtivos líquidos/fundos próprios	694,6	-268,1	-680,0	-257,0	-333,9	-154,5	16,7	12,0	17,5	5,8	6,5
Lucros e rentabilidade											
Custo médio dos créditos contraídos	1,6	1,7	0,9	1,9	1,3	1,6	1,3	...	1,6
Taxa de juro média dos empréstimos	10,2	8,7	9,7	9,4	7,4	9,3	7,4	...	9,3
Margem de juro média ¹	8,5	7,0	8,8	7,5	6,1	7,7	6,1	...	7,7
Rendibilidade média dos ativos após impostos (ROA)	-0,4	0,8	4,2	0,5	0,7	1,7	1,8	1,2	1,5	...	1,7
Rendibilidade média dos capitais próprios após impostos (F)	-10,8	17,2	77,2	6,5	8,7	21,3	13,8	9,4	11,2	...	21,3
Despesas não relacionadas com juros/produto bancário líq	79,3	71,3	75,5	71,0	67,3	69,2	61,6	...	69,2
Despesas com pessoal/produto bancário líquido	33,8	28,6	32,1	32,0	29,2	29,9	26,7	...	29,9
Liquidez											
Ativos líquidos/total de ativos	15,0	19,6	18,9	17,3	18,0	24,9	20,1	25,0	24,9
Ativos líquidos/total de depósitos	25,3	32,7	35,9	30,4	31,3	46,7	44,4	45,5	46,7
Total de empréstimos/total de depósitos	89,1	102,5	106,5	83,6	78,9	91,0	92,5	103,8	86,0	89,9	92,7
Total de depósitos/total do passivo	59,4	59,9	52,6	56,9	57,3	53,4	39,4	43,0	45,3	52,4	47,3

Fonte: BCEAO.

¹Excluindo o imposto sobre operações bancárias.

Quadro 6. Guiné-Bissau: Indicadores da capacidade de reembolso ao FMI, 2023–35

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
	Projeções												
	(em milhões de DSE, salvo indicação em contrário)												
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente													
Capital	1,47	4,12	3,41	4,26	4,66	3,62	4,26	4,26	2,84	1,42	0,95	0,00	0,00
Encargos e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente e previsto													
Capital	1,47	4,12	3,41	4,26	4,66	3,62	6,73	9,38	9,37	7,95	7,48	4,07	1,42
Encargos e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações totais com base no crédito existente e previsto													
Em milhões de DSE	1,47	4,12	3,41	4,26	4,66	3,62	6,73	9,38	9,37	7,95	7,48	4,07	1,42
Em mil milhões de FCFA	1,19	3,31	2,75	3,44	3,78	2,96	5,50	7,67	7,66	6,50	6,12	3,33	1,16
Percentagem da receita pública	0,81	2,01	1,52	1,72	1,72	1,24	2,16	2,78	2,58	2,03	1,78	0,91	0,29
Percentagem das exportações de bens e serviços	0,81	1,72	1,34	1,62	1,68	1,25	2,22	2,96	2,82	2,28	2,05	1,06	0,35
Percentagem do serviço da dívida	4,52	12,09	10,68	14,26	13,70	10,92	19,17	25,04	24,68	21,54	19,90	11,23	4,02
Percentagem do PIB	0,10	0,26	0,20	0,23	0,23	0,17	0,30	0,39	0,36	0,29	0,26	0,13	0,04
Percentagem da quota	5,18	14,51	12,01	15,00	16,41	12,75	23,70	33,03	32,99	27,99	26,34	14,33	5,00
Saldo em dívida com o FMI													
Em milhões de DSE	39,96	52,88	58,92	54,66	50,00	46,39	39,66	30,29	20,91	12,96	5,48	1,42	0,00
Em mil milhões de FCFA	32,26	42,51	47,46	44,13	40,59	37,94	32,44	24,77	17,10	10,60	4,48	1,16	0,00
Percentagem da receita pública	22,01	25,85	26,20	22,11	18,48	15,92	12,71	8,99	5,76	3,31	1,31	0,32	0,00
Percentagem das exportações de bens e serviços	22,04	22,07	23,22	20,72	18,07	16,02	13,09	9,55	6,30	3,71	1,50	0,37	0,00
Percentagem do serviço da dívida	122,98	155,22	184,56	182,91	147,00	139,90	112,98	80,86	55,07	35,11	14,58	3,92	0,00
Percentagem do PIB	2,70	3,29	3,40	2,93	2,50	2,17	1,74	1,25	0,81	0,47	0,19	0,05	0,00
Percentagem da quota	140,70	186,20	207,46	192,46	176,06	163,35	139,65	106,65	73,63	45,63	19,30	5,00	0,00
Uso líquido do crédito do FMI	11,77	12,96	6,08	-4,26	-4,66	-3,62	-6,73	-9,38	-9,37	-7,95	-7,48	-4,07	-1,42
Desembolsos	13,24	17,08	9,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reembolsos e recompras	1,47	4,12	3,41	4,26	4,66	3,62	6,73	9,38	9,37	7,95	7,48	4,07	1,42
	(em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)												
Por memória:													
PIB nominal	1.194,4	1.292,9	1.395,6	1.506,4	1.626,0	1.746,8	1.861,9	1.984,6	2.115,4	2.254,8	2.391,9	2.537,3	2.691,6
Exportações de bens e serviços	146,4	192,6	204,4	213,0	224,7	236,9	247,8	259,3	271,3	285,4	298,7	312,6	327,2
Receita pública	146,6	164,4	181,1	199,6	219,7	238,4	255,3	275,5	297,0	320,2	343,3	366,7	395,1
Serviço da dívida externa	26,2	27,4	25,7	24,1	27,6	27,1	28,7	30,6	31,1	30,2	30,7	29,6	28,9
FCFA/DSE (média do período)	807,4	803,8	805,5	807,4	811,8	817,9	817,9	817,9	817,9	817,9	817,9	817,9	817,9
Quota (em milhões de DSE)	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4

Fonte: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Quadro 7. Guiné-Bissau: Perfil do detentor de dívida pública, 2022–2024¹

	Stock da dívida (fim do período)			Serviço da dívida					
	2022			2022	2023	2024	2022	2023	2024
	(em milhões de USD)	(percentagem do total da dívida)	(percentagem do PIB) ⁵	(em milhões de USD)			(em percentagem do PIB)		
Total	1.387,0	100,0	80,4	129,7	177,8	130,7	7,5	9,0	6,1
A nível externo	676,4	48,8	39,2	13,9	43,5	45,1	0,8	2,2	2,1
Credores multilaterais ²	541,8	39,1	31,4	10,9	39,7	41,1	0,6	2,0	1,9
FMI	40,5	2,9	2,3						
Banco Mundial	190,6	13,7	11,0						
BAfD	53,8	3,9	3,1						
BOAD	205,6	14,8	11,9						
Outros credores multilaterais	51,3	3,7	3,0						
<i>d/q: Banco Islâmico de Desenvolvimento</i>	21,9	1,6	1,3						
BADEA	9,4	0,7	0,5						
Credores bilaterais	134,6	9,7	7,8	3,0	3,8	4,0	0,2	0,2	0,2
Clube de Paris	9,8	0,7	0,6	0,3	0,5	1,3	0,0	0,0	0,1
<i>d/q: Brasil</i>	1,9	0,1	0,1						
<i>Rússia</i>	1,5	0,1	0,1						
Não pertencentes ao Clube de Paris	124,8	9,0	7,2	2,7	3,3	2,7	0,2	0,2	0,1
<i>d/q: Angola</i>	49,1	3,5	2,8						
Kuwait	28,9	2,1	1,7						
A nível interno	710,5	51,2	41,2	115,8	134,2	85,6	6,7	6,8	4,0
Detida por residentes, total	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Detida por não residentes, total	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Bilhetes do Tesouro regionais	405,8	29,3	23,5	83,6	126,9	63,2	4,9	6,4	2,9
BCEAO	209,8	15,1	12,2	1,2	1,2	1,2	0,1	0,1	0,1
Empréstimos dos bancos comerciais locais ³	75,2	5,4	4,4	20,3	4,4	4,4	1,2	0,2	0,2
Atrasados de pagamentos	19,7	1,4	1,1	10,7	1,7	16,7	0,6	0,1	0,8
Por memória:									
Dívida garantida ⁴	0	0,0	0,0						
Passivos contingentes	32,2	2,3	1,9						
Garantias públicas	32,2	2,3	1,9						
PIB nominal	1.717,8			1.717,8	1.981,6	2.156,1			

1/ Conforme reportado pelas autoridades nacionais de acordo com a sua classificação dos credores, que inclui credores oficiais e comerciais. A cobertura da dívida é a mesma que na ASD.

2/ Por "credores multilaterais" entende-se instituições com mais de um acionista oficial, mas tal designação não está necessariamente alinhada com a classificação dos credores no âmbito de outras políticas do FMI (por ex., a concessão de crédito a países com pagamentos em mora).

3/ Incluindo garantias públicas.

4/ Uma dívida é garantida quando o credor possui direitos sobre um ativo ou fluxo de receitas que lhe permitam, em caso de incumprimento por parte do mutuário, utilizar o ativo ou fluxo de receitas para assegurar o reembolso da dívida. Um empréstimo é garantido quando o mutuário concede ao mutuante um direito real de garantia sobre determinados ativos existentes ou créditos futuros a receber como forma de assegurar o reembolso do empréstimo. Uma garantia é "não ligada" quando não tem relação com um projeto financiado pelo empréstimo. Um exemplo seria um empréstimo para financiar o défice orçamental, garantido por receitas petrolíferas. A nota conjunta do FMI e do Banco Mundial para o G20 intitulada "Collateralized Transactions: Key Considerations for Public Lenders and Borrowers" contém uma análise das questões ligadas ao uso de garantias.

5/ Calculado com base nos montantes em francos CFA.

Quadro 8. Guiné-Bissau: Faseamento atual e calendário proposto de desembolsos ao abrigo do acordo da ECF, 2023–2025

Data de disponibilidade	Faseamento atual		Proposto		Condições para o desembolso
	Em milhões de DSE	Em percentagem da quota	Em milhões de DSE	Em percentagem da quota	
30 de janeiro de 2023	2,37	8,3	2,37	8,3	Aprovação do acordo de ECF trienal por parte do Conselho de Administração.
10 de maio de 2023	2,37	8,3	2,37	8,3	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de janeiro de 2023 e conclusão da primeira avaliação ao abrigo do acordo.
30 de agosto de 2023	2,37	8,3	2,37	8,3	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de março de 2023 e conclusão da segunda avaliação ao abrigo do acordo.
17 de outubro de 2023	2,37	8,3	6,16	21,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2023 e conclusão da terceira avaliação ao abrigo do acordo.
17 de janeiro de 2024	2,37	8,3	6,16	21,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de setembro de 2023 e conclusão da quarta avaliação ao abrigo do acordo.
17 de abril de 2024	2,37	8,3	6,16	21,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2023 e conclusão da quinta avaliação ao abrigo do acordo.
17 de outubro de 2024	4,73	16,7	4,73	16,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2024 e conclusão da sexta avaliação ao abrigo do acordo.
17 de abril de 2025	4,73	16,7	4,73	16,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2024 e conclusão da sétima avaliação ao abrigo do acordo.
17 de outubro de 2025	4,72	16,7	4,71	16,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2025 e conclusão da oitava avaliação ao abrigo do acordo.
Total de desembolsos	28,40	100,0	39,76	140,0	

Fonte: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos¹

Natureza/fontes de risco	Probabilidade relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar os riscos
Riscos externos			
<p>Intensificação dos conflitos regionais. A escalada da guerra da Rússia na Ucrânia ou outros conflitos regionais e as sanções económicas daí resultantes perturbam o comércio (por exemplo, nos domínios da energia, produtos alimentares, turismo e/ou componentes críticos da cadeia de abastecimento), as remessas, os fluxos de refugiados, o IDE e os fluxos financeiros, bem como os sistemas de pagamento.</p> <p>Aprofundamento da fragmentação geoeconómica. O alargamento e agravamento dos conflitos e o enfraquecimento da cooperação internacional aceleram a reconfiguração do comércio e do IDE e conduzem a perturbações do lado da oferta, à fragmentação dos sistemas tecnológicos e de pagamentos, ao aumento dos custos dos fatores de produção, à instabilidade financeira, à rutura dos sistemas monetários e financeiros internacionais e a um menor crescimento potencial.</p>	Alta	<p style="text-align: center;">Alto/CP</p> <ul style="list-style-type: none"> • A economia será fortemente afetada por perturbações na cadeia de abastecimento e na atividade empresarial em geral. • Aumento da inflação, insegurança alimentar e pobreza. • Pressão adicional sobre a despesa pública e isenções fiscais, que põem em causa a estratégia de consolidação e a sustentabilidade orçamentais. • Desequilíbrios na balança de pagamentos decorrentes da deterioração das condições das contas corrente ou financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaço orçamental através do controlo da massa salarial, da revisão das despesas e da mobilização de receitas para novas políticas destinadas a mitigar os choques do lado da oferta na economia. • Definir prioridades para a despesa pública e orientá-la para os grupos mais vulneráveis da população. • Rever e redefinir as prioridades das isenções fiscais direcionando-as para programas com um maior impacto económico e social. • Mobilizar donativos adicionais e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes.
<p>Abrandamento repentino da atividade económica ou recessão à escala mundial. A combinação de fatores de risco globais e idiossincráticos causa um abrandamento acentuado e sincronizado do crescimento, o que resulta em recessões imediatas em alguns países, bem como em repercussões adversas através dos canais comerciais e financeiros, e na fragmentação dos mercados.</p> <p>Europa: A intensificação das consequências da guerra na Ucrânia, o agravamento da crise energética e das perturbações do lado da oferta, e a restritividade monetária acentuam as recessões económicas e as correções do mercado imobiliário.</p> <p>China: Perturbações económicas maiores do que as antecipadas devido ao ressurgimento da COVID-19, ao aumento das tensões geopolíticas e/ou a um abrandamento mais acentuado no setor imobiliário prejudicam a atividade económica.</p> <p>Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento: Uma nova fase de restritividade das condições financeiras a nível mundial, possivelmente combinada com a volatilidade dos preços das matérias-primas, conduz a um aumento dos prémios de risco, a sobre-endividamento, ao agravamento dos desequilíbrios externos, a pressões orçamentais e a interrupções súbitas.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/CP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volatilidade dos preços e da procura de castanha de caju. • Desequilíbrios na balança de pagamentos decorrentes da deterioração das condições das contas corrente ou financeira. • Maiores custos de financiamento da dívida. • Menor espaço orçamental e necessidade de esforços de consolidação orçamental complementares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rever e redefinir as prioridades da despesa pública direcionando-a para programas com um maior impacto económico e social. • Criar espaço orçamental para combater as vulnerabilidades financeiras. • Mobilizar donativos adicionais e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes.

Natureza/fontes de risco	Probabilidade relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar os riscos
Riscos externos			
Erros de calibração da política monetária. Num contexto de elevada incerteza e volatilidade económicas, os principais bancos centrais reduzem a restritividade da política monetária ou passam a adotar prematuramente uma política monetária expansionista, desancorando as expectativas de inflação e desencadeando uma espiral salários-preços em mercados de trabalho rígidos.	Média	Alto/CP <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da inflação, insegurança alimentar e pobreza. • Agitação social. • Volatilidade dos agregados financeiros e monetários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar a política orçamental para ancorar as expectativas dos agentes económicos. • Definir prioridades para a despesa pública e orientá-la para os grupos mais vulneráveis da população. • Acompanhar os riscos macrofinanceiros.
Volatilidade dos preços das matérias-primas. Uma sucessão de perturbações do lado da oferta (por exemplo, devido a conflitos e restrições às exportações) e de flutuações da procura (por exemplo, refletindo a reabertura da China) provoca uma volatilidade recorrente dos preços das matérias-primas, pressões externas e orçamentais e instabilidade social e económica.	Alta	Alto/CP <ul style="list-style-type: none"> • Deterioração da situação orçamental. • Aumento da inflação, insegurança alimentar e pobreza. • Agitação social. • Atraso no ajustamento orçamental e nas reformas estruturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaço orçamental através do controlo da massa salarial, da revisão das despesas e da mobilização de receitas fiscais. • Definir prioridades para a despesa pública e orientá-la para os grupos mais vulneráveis da população. • Incentivar a diversificação da economia.
Outros movimentos adversos dos preços da castanha de caju. Uma recuperação dos preços do produto de exportação dominante inferior à projetada prejudicará a recuperação económica.	Média	Alto/CP <ul style="list-style-type: none"> • As receitas do setor privado ficam sob pressão, o que afeta negativamente a atividade económica. • As receitas públicas diminuem ainda mais, deixando menos margem para as despesas prioritárias. • Problemas na balança de pagamentos decorrentes da deterioração da conta corrente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar as despesas públicas para compensar a diminuição das receitas. • Intensificar os esforços de diversificação.
Ameaças cibernéticas. Os ciberataques a infraestruturas críticas, físicas ou digitais e nacionais e/ou internacionais (incluindo a moeda digital e os ecossistemas criptográficos) desencadeiam instabilidade financeira e económica.	Média	Médio/CP, MP <ul style="list-style-type: none"> • Impacto nos serviços públicos que dependem de infraestruturas digitais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar planos de contingência para os ciberataques. • Avaliar o risco e o impacto dos ciberataques nos serviços públicos.

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória do cenário de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos no cenário de base (“baixa” = probabilidade abaixo dos 10%; “média” = probabilidade entre os 10% e 30%; e “alta” = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre as fontes de riscos e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. Os choques e o cenário conjunturais salientam os riscos que podem materializar-se num horizonte mais curto (entre 12 e 18 meses), tendo em conta o cenário de base atual. Os riscos estruturais são os que provavelmente continuarão a ser significativos num horizonte mais alargado.

Natureza/fontes de risco	Probabilidade relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar os riscos
Riscos internos			
<p>Descontentamento social e riscos políticos. Os choques da oferta, a inflação elevada, as quedas dos salários reais e as repercussões de crises noutros países agravam a desigualdade, desencadeiam agitação social e tensões políticas e dão origem a pressões de financiamento e a políticas populistas prejudiciais. Esta situação agrava os desequilíbrios e abranda o crescimento.</p>	Alta	<p style="text-align: center;">Alto/CP, MP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atraso no ajustamento orçamental. • Instabilidade política. • Fluxos de entrada de financiamento limitados e atraso nos projetos de investimento. • Perturbações do lado da oferta e menos confiança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir prioridades para a despesa pública e orientá-la para os grupos mais vulneráveis da população. • Criar espaço orçamental através do controlo da massa salarial, da revisão das despesas e da mobilização de receitas fiscais. • Mobilizar donativos adicionais e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes.
<p>Instabilidade financeira sistémica. As oscilações bruscas das taxas de juro reais, dos prémios de risco e da reavaliação dos preços dos ativos no contexto de um abrandamento da atividade económica e de mudanças de políticas conduzem a insolvências nos países com bancos frágeis, causando perturbações nos mercados. A instabilidade bancária interna pode também derivar de um elevado nível de crédito não produtivo e da subcapitalização dos bancos.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/MP</p> <ul style="list-style-type: none"> • A concessão limitada de crédito prejudica o investimento e o crescimento. • Potenciais passivos contingentes que crescem às pressões orçamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a supervisão bancária e aplicar uma regulamentação prudencial. • Melhorar os processos e procedimentos de cobrança de dívidas e de garantias. • Criar espaço orçamental para absorver os choques financeiros.
<p>Deficiências persistentes nas empresas públicas. A EAGB, em particular, tem constituído um problema de longa data.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/CP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento limitado e oneroso de eletricidade e água. • Potenciais passivos contingentes que crescem às pressões orçamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar uma estratégia credível para melhorar a gestão das empresas públicas. • Melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas.
<p>Fenómenos climáticos extremos. Os fenómenos climáticos extremos provocam danos mais graves do que o esperado nas infraestruturas (especialmente nas economias vulneráveis de menor dimensão) e a perda de vidas humanas e de meios de subsistência, agravando as perturbações nas cadeias de abastecimento e as pressões inflacionistas, causando escassez de água e de alimentos e reduzindo o crescimento.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/CP, MP</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção de castanha de caju é negativamente afetada, o que prejudica os meios de subsistência das populações nas zonas rurais e intensifica a pobreza extrema e as desigualdades. • Despesas de recuperação mais elevadas, custos de financiamento superiores e menos receitas. • Perturbações do lado da oferta e menos confiança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar a economia. • Colmatar os défices em matéria de infraestruturas e as disparidades regionais de rendimento/desenvolvimento, instituindo, simultaneamente, redes de segurança social apropriadas. • Promover o investimento em infraestruturas resilientes às alterações climáticas.

Anexo II. Reforço dos setores sociais e prioritários

O reforço dos setores da saúde, da educação, da justiça e da agricultura, bem como a promoção da igualdade de género, são cruciais para ultrapassar a fragilidade do Estado e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Embora a Guiné-Bissau tenha realizado progressos no reforço das despesas prioritárias, existe ainda uma margem significativa para a melhoria dos seus resultados, nomeadamente, com uma melhor alocação das despesas nos setores prioritários, que têm sido colocados em segundo plano pela massa salarial.

1. O reforço dos setores da saúde, da educação, da justiça e da agricultura, bem como a promoção da igualdade de género, são essenciais para reduzir a pobreza e a desigualdade, melhorar a segurança alimentar e reforçar o potencial de crescimento a longo prazo¹. As despesas públicas com educação e saúde podem reduzir diretamente a desigualdade de rendimentos do mercado, bem como promover o crescimento, a equidade e a eficiência, reforçando o capital humano e a produtividade (FMI 2017). O investimento no acesso à justiça constitui um canal vital para uma melhor governação, combatendo situações locais de corrupção e injustiça, colmatando o fosso entre os direitos formais e os direitos reais e desencadeando alterações jurídicas e institucionais (OCDE 2019). Além disso, o investimento no setor agrícola é fundamental para melhorar a eficiência, a produtividade e o crescimento dos rendimentos, bem como para reduzir a pobreza, a fome e as vulnerabilidades climáticas (ONU 2023 e FMI 2023). A redução das disparidades de género em termos de oportunidades, resultados e cargos de tomada de decisões aumenta o crescimento económico e reforça a estabilidade macrofinanceira (FMI, 2022).

2. Neste contexto, a Guiné-Bissau realizou progressos na melhoria das despesas prioritárias. O programa monitorizado pelo corpo técnico do FMI para 2021-22 e o acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) recentemente aprovado impulsionaram a criação de espaço orçamental para proteger as despesas prioritárias nos Ministérios da Saúde, Educação e Mulheres, Família e Coesão Social². Além disso, o governo criou o Centro de Acesso à Justiça, que conta com programas para apoiar o acesso das populações vulneráveis ao sistema judicial. As autoridades tencionam igualmente melhorar o acesso à legislação e às decisões judiciais e aprofundar o conhecimento da população relativamente a esta matéria através do desenvolvimento de um sítio Web que irá alojar o Centro de Acesso à Justiça com uma base de dados da legislação fundamental e informações para aumentar a literacia e a sensibilização jurídicas (indicador de referência estrutural, final de março de 2024)³. Para fazer face à

¹ No âmbito da [Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável](#), o reforço das despesas prioritárias nos setores da saúde, da educação, da justiça e da agricultura e a promoção da igualdade de género são elementos fundamentais para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em matéria de saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), paz, justiça e instituições fortes (ODS 16), erradicação da fome (ODS 2) e igualdade de género (ODS 5), respetivamente.

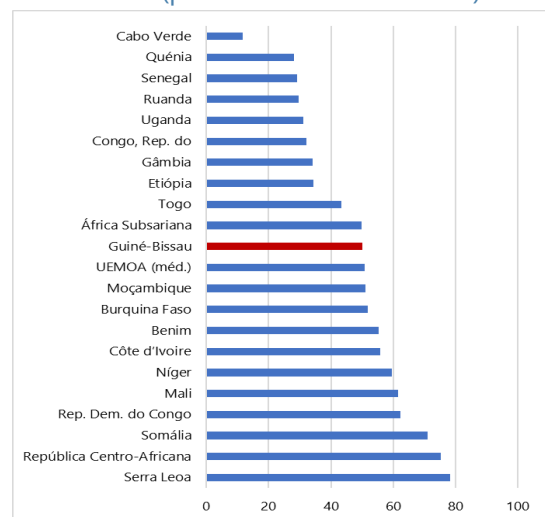
² O programa monitorizado pelo corpo técnico e a ECF incluem, respetivamente, metas quantitativas e critérios de desempenho quantitativos em matéria de limites mínimos das despesas sociais e prioritárias dos Ministérios da Saúde, Educação e Mulheres, Família e Coesão Social. A médio prazo, as despesas sociais e prioritárias deverão aumentar 0,6 pontos percentuais do PIB em comparação com a média do período anterior à COVID-19.

Ver [o Relatório Nacional do FMI n.º 23/328](#) MPEF, Secção D.

insegurança alimentar, o FMI está a colaborar com o Programa Alimentar Mundial no sentido de implementar um programa de alimentação destinado a 150 000 crianças em idade escolar, combinado com o apoio a associações de pequenos agricultores para o fornecimento de alimentos frescos às escolas e para melhorar a diversificação e a produtividade agrícolas (Anexo III)⁴.

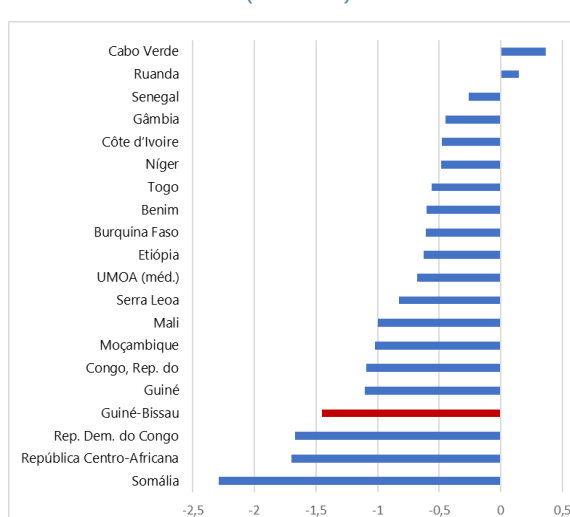
3. No entanto, existe ainda uma margem significativa para melhorar os resultados das despesas prioritárias. Em termos de resultados em matéria de saúde, embora as taxas de mortalidade infantil na Guiné-Bissau estejam, globalmente, ao mesmo nível das médias da UEMOA e da África Subsariana, registam um desfasamento significativo em relação a outros países de baixo rendimento na África Subsariana, como Cabo Verde, Quênia, Ruanda e Senegal (Anexo II, Figura 1). Em matéria de educação, as taxas de conclusão do ensino primário na Guiné-Bissau estão classificadas na cauda da África Subsariana, e estima-se que as taxas de retenção sejam baixas entre as raparigas e as populações rurais e pobres (Banco Mundial 2019). No que se refere ao setor da justiça, o Estado de direito na Guiné-Bissau é igualmente fraco, uma vez que se encontra atrás dos países da UEMOA e líderes pares como Cabo Verde, o Ruanda e o Senegal (Anexo II, Figura 2). A insegurança alimentar é elevada, dado que 22% da população da Guiné-Bissau se encontra numa situação de insegurança alimentar e a classificação do país no Índice Global da Fome é muito fraca comparativamente a outros países, a nível mundial⁵.

Anexo II. Figura 1. Taxa de mortalidade infantil
(por 100 000 nados-vivos)



Fontes: Estatísticas sobre nutrição e população no domínio da saúde do Banco Mundial, estimativas do corpo técnico do FMI.

Anexo II. Figura 2. Estado de direito
(Índice^{1/})



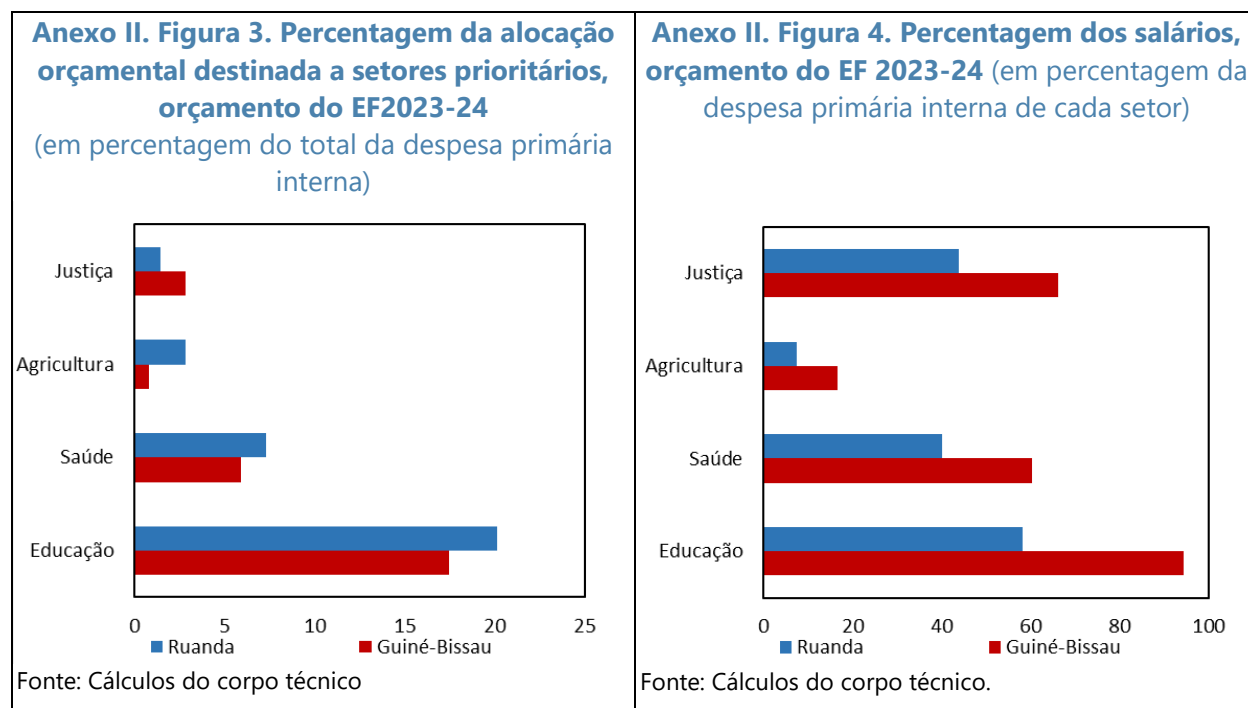
Fontes: Indicadores Mundiais de Governação do Banco Mundial, estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ As classificações variam entre -2,5 (mais fraco) e 2,5 (mais forte).

⁴ Ver [Consulta de 2022 ao abrigo do Artigo IV e Terceira avaliação do programa monitorizado pelo corpo técnico \(Caixa 1 e Anexo VII\)](#).

⁵ O [Índice Global da Fome](#) é um meio de monitorizar se os países estão a alcançar os ODS relacionados com a erradicação da fome. O índice capta três dimensões da fome: disponibilidade insuficiente de alimentos, deficiências no estado nutricional das crianças e mortalidade infantil. Em 2023, a Guiné-Bissau situava-se no 118.º lugar entre os 125 países incluídos no Índice Global da Fome.

4. Os resultados poderão ser melhorados com uma melhor alocação das despesas nos setores prioritários através do reforço da gestão das finanças públicas (GFP). Na Guiné-Bissau, a dotação orçamental para 2023 para os quatro setores prioritários (educação, saúde, agricultura, justiça) está limitada a 27% do total da despesa primária interna. Em comparação com o Ruanda, que apresenta melhores resultados em matéria de saúde e educação (Anexo II, Figuras 1 e 2) e tem [sistemas e instituições de GFP](#) mais robustos, o orçamento da Guiné-Bissau aloca menos recursos primários internos a todos estes setores prioritários, à exceção do setor da justiça (Anexo II, Figura 3). Mais importante ainda, a composição das despesas é importante. Nos orçamentos destes setores prioritários, as percentagens da massa salarial são muito mais elevadas na Guiné-Bissau do que no Ruanda (Anexo II, Figura 4). Em especial no setor da educação da Guiné-Bissau, a massa salarial absorve 94% do orçamento primário interno do setor. O domínio da massa salarial agravar-se-á durante a execução orçamental, uma vez que a baixa proporção dos orçamentos já pequenos não relacionados com salários é normalmente executada nestes setores. As enormes alocações de recursos à massa salarial limita a realização de despesas essenciais, como em formação, fornecimento de medicamentos, materiais pedagógicos e investimento de capital. O Banco Mundial (2019, 2022) indicou que a GFP nos setores da saúde e da educação na Guiné-Bissau é fraca. Tal sublinha a importância de reforçar a GFP e de assegurar uma alocação orçamental eficiente dos setores prioritários para proteger as despesas essenciais não relacionadas com salários, racionalizando simultaneamente as despesas com salários, que se têm situado num nível muito elevado e incluem ineficiências consideráveis, o que limita a capacidade de prestação de serviços públicos.



Referências

FMI (2017), "Tackling Inequality", *Fiscal Monitor*, outubro.

FMI (2022), "Estratégia do FMI para a promoção das questões de género", Documento de política n.º 2022/037.

FMI (2023), "Climate Challenges in Fragile and Conflict-Affected States", IMF Staff Climate Note 2023/001.

OCDE (2019), "Building a Business Case for Access to Justice", Livro Branco da OCDE em colaboração com o Projeto de Justiça Mundial.

ONU (2023), "The Sustainable Development Goals Report: Special Edition".

Banco Mundial (2019), "Guinea-Bissau Public Expenditure Review: Managing Public Finance for Development"

Banco Mundial (2022), "Guinea-Bissau Public Expenditure Review: Creating Fiscal Space While Enhancing Public Expenditure in Health, Pensions and Energy".

Anexo III. Projetos recentes de diversificação agrícola

O apoio aos fatores de produção agrícola desempenha um papel importante na diversificação agrícola na Guiné-Bissau. No entanto, o orçamento do Estado não inclui recursos suficientes para apoiar os fatores de produção agrícolas, tanto em termos de quantidade como de qualidade. A experiência recente de projetos inovadores do Programa Alimentar Mundial e do Instituto Nacional de Pesquisa Agrária poderá apoiar a conceção de políticas.

1. O apoio aos fatores de produção agrícola é essencial para diversificar a produção e abandonar a monocultura da castanha de caju. Na Guiné-Bissau, o setor agrícola tem-se concentrado na castanha de caju e a área das explorações agrícolas de produtos alimentares tem diminuído significativamente ao longo do tempo. No entanto, em 2023, a diminuição do rendimento da castanha de caju e a elevada inflação dos produtos alimentares têm levado os agricultores de subsistência a aumentar a produção interna de produtos alimentares e a substituir os dispendiosos alimentos importados. Uma vez que os agricultores não dispõem de stocks de sementes suficientes, os parceiros de desenvolvimento forneceram uma quantidade substancial de fatores de produção agrícolas, incluindo 1355 toneladas de sementes de arroz, 446 toneladas de sementes de vegetais e 1540 toneladas de fertilizantes. Este apoio desempenhou um papel importante no relançamento da agricultura de subsistência e na mitigação dos riscos de insegurança alimentar.

2. A eficácia do apoio aos fatores de produção agrícola depende tanto da quantidade como da qualidade do apoio. A experiência noutros Estados frágeis mostra que a eficácia dos programas de subsídio aos fatores de produção é fortemente influenciada pela sua conceção e implementação (FMI 2023). Na Guiné-Bissau, um dos países-piloto da colaboração entre o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o FMI, os dois projetos seguintes conseguiram alcançar um aumento da produtividade agrícola:

- **Projeto do sistema de intensificação de arroz (SRI) do PAM:** O projeto SRI utiliza práticas agrícolas melhoradas que facilitam o crescimento das plantas de arroz com menos fatores de produção. As práticas têm sido altamente adaptadas ao clima e ambiente locais da Guiné-Bissau¹. Os resultados do projeto mostram que o método do SRI reduz drasticamente a utilização de sementes enquanto o rendimento duplica, o que aumenta a

**Anexo III. Quadro 1. Guiné-Bissau:
Produtividade das explorações de arroz
Média de seis locais na Guiné-Bissau**

	Tradicional	SRI
Sementes	60 kg/ha	6 kg/ha
Rendimento	2 000 kg/ha	3 740 kg/ha
Rendimento/sementes	33 kg/kg	623 kg/kg

Fonte: Programa Alimentar Mundial, cálculos do corpo técnico

¹ Para mais informações sobre as práticas do SRI na Guiné-Bissau, consultar os seguintes sítios Web da Universidade de Cornell (<http://sri.ciifad.cornell.edu/countries/guineabissau/index.html>) e do FIDA (https://ioe.ifad.org/es/w/rice-based-production-systems-improved-in-guinea-bissau?p_l_back_url=%2Fen%2Fstories%3Fdelta%3D125%26start%3D1)

produtividade dos fatores de produção de sementes em 19 vezes (Anexo III, Quadro 1);

- **Programa de apoio a sementes do Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA):** Com o apoio do PAM e de outros parceiros de desenvolvimento, as explorações experimentais do INPA têm vindo a produzir sementes de alta qualidade, que são distribuídas aos agricultores de subsistência. Em especial, o INPA tem vindo a desenvolver um stock de sementes especiais de arroz para mangais, que representa uma percentagem importante na produção de produtos alimentares da Guiné-Bissau. O INPA ministra formação aos agricultores de subsistência em matéria de boas práticas e acompanha de perto o desempenho das sementes.

3. O orçamento da Guiné-Bissau aloca poucos recursos internos ao apoio aos fatores de produção agrícolas. Nos últimos anos, o INPA não recebeu qualquer financiamento do orçamento, à exceção dos salários. Na ausência de recursos para a compra de fatores de produção e a operação de equipamento, apenas 7 ha dos 141 ha das principais explorações de arroz do INPA em Contuboeil foram cultivados e os restantes permanecem abandonados. O alargamento das explorações experimentais e a garantia de recursos para as suas operações são necessários para criar um programa de apoio aos fatores de produção agrícolas que possa ser sustentado depois de os dadores suspenderem o apoio. Por exemplo, é necessário apenas um pequeno volume de recursos (24 milhões de FCFA) para expandir as explorações experimentais em 30 ha, o que pode gerar sementes suficientes para produzir produtos alimentares para 2 400 pessoas, ao passo que a concessão de subsídios diretos para a mesma quantidade de produtos alimentares teria custos orçamentais muito superiores (100 milhões de FCFA).

4. Existem preocupações quanto à qualidade do apoio prestado por alguns projetos aos fatores de produção agrícolas. Por exemplo, o governo tem considerado um projeto importante, de financiamento externo, que foi recentemente proposto para fornecer fatores de produção agrícolas significativos, que ascendem a cerca de

1% do PIB. No entanto, de acordo com a presente proposta de projeto, cada hectare de explorações de arroz receberá uma quantidade excessiva de fatores de produção, o que, no entanto, custará muito menos do que os fatores de produção que o INPA utiliza (Anexo III, Quadro 2). Tal sugere que este projeto proporciona um volume excessivo de fatores de produção de baixa qualidade, que são suscetíveis de não poderem ser utilizados ou serem prejudiciais para a produção agrícola, ao mesmo tempo que desperdiçam um espaço orçamental muito limitado. O governo deve proceder a um rigoroso dever de diligência para eliminar propostas de projetos dispendiosos e ineficazes.

Anexo III. Quadro 2. Guiné-Bissau: Comparação dos projetos de apoio aos fatores de produção agrícolas

	Novo projeto	SRI/INPA
Sementes	133 kg/ha	6 kg/ha (SRI)
Custos dos fatores de produção	0,5 milhões/ha de FCFA	0,8 milhões/ha de FC (INPA)

Fonte: Cálculos do corpo técnico.

Referências

FMI (2023), "Climate Challenges in Fragile and Conflict-Affected States", IMF Staff Climate Note 2023/001.

Anexo IV. Planos de ação para as reformas em matéria de governação

1. O presente Anexo descreve os planos de ação para as reformas em matéria de governação, com base nos resultados obtidos no âmbito do programa monitorizado pelo corpo técnico do FMI. Estes planos de ação visam complementar os indicadores de referência estruturais no domínio da governação, indicando os passos ou as medidas intercalares que aumentarão a eficácia das reformas, aproveitando as conclusões da Avaliação de Diagnóstico da Governação, realizada em 2020. Muitas medidas incluídas nos planos de ação dão continuidade às reformas que foram levadas a cabo ou iniciadas durante o programa monitorizado pelo corpo técnico (Anexo IV, Quadro 1). Os planos de ação centram-se nas reformas nas áreas onde o FMI tem um envolvimento considerável em matéria de desenvolvimento de capacidades da Guiné-Bissau: i) a administração das receitas; ii) a gestão do investimento público; iii) o CBC/FT e a contratação pública; e iv) o combate à corrupção e Estado de direito. Os principais objetivos e prioridades de reforma em cada área são abordados nos parágrafos seguintes.

2. Administração tributária e política fiscal. As autoridades procurarão reforçar a administração fiscal e aduaneira com base nos planos de ação, desenvolvidos com o apoio da atividade de desenvolvimento de capacidades do FAD e aprovados por despacho ministerial. Partindo dos esforços de simplificação e modernização do sistema tributário realizados durante o programa monitorizado pelo corpo técnico do FMI, os planos de ação visam dar resposta aos seguintes desafios enfrentados pela Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) e pela Direção-Geral das Alfândegas (DGA): i) ampla discricionariedade administrativa; ii) interferência política nas decisões de contratação; iii) troca de informações inapropriada entre entidades públicas; e iv) sistemas informáticos desatualizados. A resolução destes desafios aumentará a transparência e a eficiência na administração das receitas, o cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes e o profissionalismo dos funcionários da administração tributária. Os planos de ação incluem 24 ações prioritárias a serem implementadas entre março de 2023 e junho de 2025 (ver Anexo IV, Quadro 2) e outras ações específicas para a implementação da nova lei do IVA. As autoridades estão também a envidar esforços para rever o quadro fiscal, com o apoio do desenvolvimento de capacidades do FAD.

3. Gestão das finanças públicas. Para a gestão dos riscos orçamentais, foi criada a unidade de acompanhamento das empresas públicas e o primeiro relatório sobre empresas públicas foi publicado em 2023. Relativamente à gestão dos investimentos públicos, o Ministério da Economia e Finanças desempenha um papel limitado no que se refere ao planeamento, seleção e acompanhamento dos grandes projetos de investimento. O plano de ações visa desenvolver os importantes papéis das agências centrais em termos de avaliação da viabilidade e acessibilidade dos projetos e prevenção das derrapagens de custos e dos atrasos na implementação para maximizar a eficiência dos investimentos públicos à luz de um espaço orçamental muito reduzido.

4. Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e contratação pública. São necessárias mais medidas para reforçar a eficácia do quadro de combate

ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT). No Relatório de Avaliação Mútua (RAM) de fevereiro de 2022, o Grupo Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) deu ao país pontuações baixas no que se refere à eficácia em todos os 11 critérios. São necessários progressos consideráveis para concretizar as ações prioritárias. O plano de ação (Anexo IV, Quadro 3) visa reforçar a eficácia do quadro de CBC/FT nas seguintes áreas: i) operacionalizar o Comité Interministerial presidido pelo Ministro das Finanças para coordenar a implementação das recomendações e a política nacional de CBC/FT até novembro de 2023. O Comité coordenará a implementação das recomendações do relatório de avaliação mútua e da avaliação nacional dos riscos e da política nacional em matéria de CBC/FT; ii) realizará até ao final de março de 2024 uma atualização da avaliação nacional dos riscos que integre as recomendações do relatório de avaliação mútua de 2022; iii) publicará a política nacional em matéria de CBC/FT e finalizará o plano de ação para abordar os riscos identificados na avaliação nacional dos riscos e as principais conclusões do relatório de avaliação mútua, que serão concluídos até junho de 2024; iv) preparará o quadro jurídico e um plano de ação para nomear a CENTIF como supervisor do CBC/FT das atividades e profissões não financeiras designadas (APNFD), começando pelos setores de alto risco e em consonância com a legislação da UEMOA em matéria de CBC/FT de 2023 até ao final de dezembro de 2024. O governo recorrerá à CENTIF para permitir que a instituição desempenhe as suas novas funções; e v) exigirá que todas as pessoas coletivas registadas no Centro de Formalização de Empresas (CFE) e na Direção-Geral da Identificação Civil, dos Registos e Notariado (DGICRN) apresentem um formulário de identificação de beneficiários efetivos semelhante ao apresentado no âmbito do processo de concurso até ao final de junho de 2024. As autoridades procurarão a assistência técnica do FMI para cumprir algumas das metas acima referidas. Relativamente à transparência dos concursos públicos, a Direção-Geral de Concursos Públicos (DGCP) irá continuar a alargar o âmbito da comunicação de informações sobre os beneficiários efetivos de modo a abranger um maior número de contratos públicos, o que será apoiado pela publicação dos relatórios de auditoria à Conta Geral do Estado (CGE) revelando os contratos públicos que infringiram a autorização da DGCP e do Tribunal de Contas.

5. Combate à corrupção e promoção do Estado de direito. A promoção das reformas em matéria de combate à corrupção e Estado de direito continua a ser uma prioridade importante para o governo. De acordo, por um lado, com os compromissos das autoridades descritos nos documentos do programa e, por outro, com a assistência técnica do FMI, estas reformas irão centrar-se: i) no reforço e na operacionalização do regime de declaração de bens em linha com as boas práticas internacionais, incluindo os Princípios de Alto Nível do G20 sobre a declaração de bens por parte de funcionários públicos; ii) no apoio ao Estado de direito e acesso à justiça, assegurando que a população tem acesso a legislação fundamental e informações sobre as custas judiciais e os serviços jurídicos gratuitos; e iii) na atualização, se aplicável, e implementação das recomendações do Relatório de Diagnóstico da Governança de 2020.

Anexo IV. Quadro 1. Guiné-Bissau: Medidas adotadas em matéria de governação e anticorrupção

Medidas adotadas	Data
Adotar uma política aduaneira firme contra casos de subavaliação caracterizada e aplicar sanções progressivas.	Contínua desde 2020
Publicar o relatório de diagnóstico sobre o reforço da governação e do quadro de combate à corrupção	Jun. de 2020
Criar uma comissão para eliminar os incentivos salariais injustificados aos funcionários públicos.	Jul. de 2020
Publicar informação selecionada de alguns contratos públicos relacionados com a luta contra a COVID-19 ¹ .	Contínua desde agosto
Revogar as alterações introduzidas na Lei do Orçamento de 2015 ao Imposto Geral sobre Vendas (IGV) e ao Código de Investimento.	Set. de 2020
Aprovar pela Assembleia Nacional, e promulgar pelo Presidente, o orçamento de 2020.	Set. de 2020
Reformular e retomar os controlos aduaneiros dos fluxos de importações por via terrestre.	Out. de 2020
Emitir um despacho ministerial que autorize a apresentação de declarações do IGV por via eletrónica.	Out. de 2020
Aprovar pela Assembleia Nacional, e promulgar pelo Presidente, o orçamento de 2021.	Dez. de 2020/jan. de 2021
Reforçar o procedimento geral de desalfandegamento.	Contínua desde janeiro de 2021
Reinstituir o Comité de Tesouraria por meio de despacho ministerial.	Fev. de 2021
Aprovar em Conselho de Ministros os decretos relativos à criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento; estabelecer a organização e funcionamento da Direção-Geral da Dívida Pública; e regular a emissão e gestão da dívida.	Jun. de 2021
Lançar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de <i>e-banking</i> e dinheiro móvel.	Jun. de 2021
Definir prioridades de despesas no contexto da execução do orçamento de 2021, por despacho ministerial	Jul. de 2021
Instituir limites de gastos por rubrica do orçamento	Jul. de 2021
Aprovar e enviar à Assembleia Nacional uma versão revista do Código Geral Tributário e uma versão revista do Regime de Sanções Fiscais pelo Conselho de Ministros	Jul. de 2021
Aprovar e enviar à Assembleia Nacional um estatuto modernizado do Imposto Geral sobre Vendas (IGV) pelo Conselho de Ministros	Jul. de 2021
Foram tomadas disposições para criar a Conta Única do Tesouro (CUT) e reforçar a gestão de tesouraria.	Set. de 2021
Foi emitido um despacho executivo para pôr termo à contratação de funcionários sem contrato.	Set. de 2021
O Conselho de Ministros ordenou aos ministros e aos secretários de Estado que cumpram rigorosamente o regime jurídico da declaração de bens e participações.	Out. de 2021
O Conselho de Ministros aprovou e enviou para a Assembleia Nacional a reforma do regime de declaração de bens.	Out. de 2021
O regime jurídico dos concursos públicos foi alterado com apoio da assistência técnica do FMI.	Out. de 2021
Foi aprovado um despacho para o controlador financeiro controlar todos os salários da função pública e proceder à reconciliação dos registos de funcionários públicos e da folha salarial com o apoio do projeto de cadeias de blocos.	Dez. de 2021
A Assembleia Nacional aprovou um pacote de reformas fiscais, incluindo um novo Código Geral Tributário, um Regime de Sanções Fiscais e uma nova Lei do IGV.	Dez. de 2021

Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau.

¹ Estas informações encontram-se disponíveis no sítio Web do Alto Comissariado: <https://www.accovid-gw.org/relat%C3%B3rios>

Anexo IV. Quadro 2. Guiné-Bissau: Reformas orçamentais: Resumo do plano de ação para 2023–2025

Domínio	Medidas	Instituições responsáveis	Dez. 2023	Jun. 2024	Dez. 2024	Jun. 2025
Administração aduaneira	Análise aprofundada pré-desalfandegamento e auditoria pós-desalfandegamento das mercadorias selecionadas	DGA	X	X	X	
	Aplicação de novas sanções	DGA	X			
	Integração dos direitos pautais no SYDONIA em conformidade com a base jurídica	DGA	X			
	Verificação <i>in situ</i> das isenções concedidas em 2021–2022 e identificação no SYDONIA dos procedimentos suspensivos	DGA	X	X		
Administração tributária	Implementação de caixas de correio eletrónico nos grandes contribuintes e alargamento das mesmas aos pequenos e médios contribuintes	DGCI	X	X	X	X
	Contratação de especialistas em informática	DGCI		X		
	Auditoria a 10 casos de diferenças de IGV declarado à DGA e DGCI	DGCI/DGA DGCTP				X
Gestão do investimento público	Nomeação de todos os quadros superiores através de concurso público	DGCI/DGA	X			
	Implementação dos pagamentos fiscais eletrónicos por via do Kontakutu em três bancos	DGCI	X			
	Criação de um processo de elaboração de relatórios mensais para as despesas de capital financiadas com recursos externos	Ministério da Economia	X			
	Criação em ficheiro Excel de uma base de dados do PIP a médio prazo	Ministério da Economia	X			
	Garantir uma clara definição de prioridades dos projetos com base nas estimativas de custos	Ministério da Economia		X		
	Instituição de um quadro regulamentar para avaliação, afetação e implementação dos projetos	Ministério da Economia				X

Anexo IV. Quadro 3. Guiné-Bissau: CBC/FT e contratação pública: Plano de ação, 2023–2025

Ação	Marcos	Instituições responsáveis	Dez. 2023	Mar. 2024	Jun. 2024	Dez. 2024	Jun. 2025
Melhoria da eficácia do CBC/FT	<p>1. Operacionalizar o Comité Interministerial que coordenará a implementação das recomendações do relatório de avaliação mútua do GIABA de 2022 e coordenará uma política nacional de CBC/FT baseada em questões relacionadas com o branqueamento de capitais (CBC) e o financiamento do terrorismo (FT) a nível de política.</p> <p>2. O Conselho de Ministros aprova e apresenta à Assembleia Nacional a lei uniforme de 2023 relativa ao CBC/FT nos Estados-Membros da UEMOA.</p> <p>3. Realizar uma avaliação nacional dos riscos que integre as recomendações do relatório de avaliação mútua de 2022 ou as complemente com uma avaliação temática/setorial dos riscos centrada em área de alto risco.</p> <p>4. Publicar uma política nacional de CBC/FT e finalizar um plano de ação de CBC/FT que dê resposta às recomendações das principais conclusões do relatório de avaliação mútua.</p> <p>5. Preparar o quadro jurídico e um plano de ação que nomeiem o CENTIF como supervisor das atividades e profissões não financeiras designadas (APNDF), começando pelos setores de risco elevado e em conformidade com a legislação da UEMOA de 2023 em matéria de</p>	Ministro das Finanças/CENTIF	x				
		Ministro das Finanças/CENTIF	x				
		CENTIF		x			
		CENTIF				x	
		CENTIF					x
Aumento da transparência do sistema de contratação pública	<p>Publicar contratos públicos e informações sobre os beneficiários efetivos no sítio Web da Direção-Geral de Contratação Pública.</p> <p>Criar um registo para garantir que as informações sobre os beneficiários efetivos estão disponíveis e acessíveis para todas as pessoas coletivas registadas no Centro de Formalização de Empresas (CFE) e na Direção-Geral da Identificação Civil, dos Registos e do Notariado (DGICRN).</p>	DGCP	x	x	x	x	
		DGCP/CFE/DGICRN			x		

Apêndice I. Carta de Intenções

Guiné-Bissau, 10 de novembro de 2023

Exma. Sra. Kristalina Georgieva
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C., 20431
EUA

Exma. Sra. Georgieva,

Congratulo-me em informá-la de que a Guiné-Bissau realizou eleições pacíficas e transparentes em 4 de junho de 2023. Decorreram num contexto de um longo historial de instabilidade política que incluiu 18 golpes e tentativas de golpes, ao passo que a região da UEMOA enfrenta uma situação política e de segurança difícil. Desde a sua nomeação em agosto de 2023, o novo governo comprometeu-se plenamente com o mandato de dar resposta às difíceis necessidades da população da Guiné-Bissau.

Tal como referido numa carta anterior a V. Ex.^a, envidaremos todos os esforços para alcançar os objetivos do nosso programa no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF). O governo está totalmente empenhado em apoiar a consolidação orçamental, melhorar a governação e a transparência e ultrapassar os desafios nos setores financeiro e da energia. As políticas e reformas ao abrigo do programa apoiado pela ECF foram implementadas através dos nossos esforços nacionais coletivos, como demonstrado pela conclusão bem-sucedida da primeira e segunda avaliações.

É com agrado que comunico o nosso desempenho na terceira avaliação. Cumprimos quatro dos oito critérios de desempenho quantitativos para final de junho de 2023. Uma vez que o governo trabalhou arduamente para conter a massa salarial e mobilizar as receitas fiscais, as metas não foram cumpridas por margens relativamente reduzidas, não obstante os ambientes externo e interno extremamente difíceis. Ademais, o governo tomou medidas corretivas para mobilizar receitas adicionais, reforçar os controlos das despesas e assegurar os pagamentos atempados do serviço da dívida. Estas medidas manter-nos-ão na trajetória dos objetivos do programa. Desde a segunda avaliação, também cumprimos ou concluímos três indicadores de referência estruturais e continuamos a promover as reformas estruturais. Neste contexto, solicitamos as dispensas pelo não cumprimento dos quatro indicadores de referência estruturais não cumpridos para final de junho de 2023.

O país enfrentou um choque económico considerável desde a segunda avaliação. O desempenho dececionante das exportações de castanha de caju afetou gravemente os rendimentos dos agricultores e muitas famílias vulneráveis enfrentam uma situação difícil, incluindo a grave

insegurança alimentar, impulsionada pelo aumento acentuado da inflação dos alimentos básicos essenciais, em especial, o arroz. O governo está a realizar intervenções específicas para combater os preços elevados dos produtos alimentares e proporcionar à população os instrumentos para diversificar as culturas agrícolas, a fim de reduzir a sua dependência da castanha de caju. Embora estas medidas contribuam para satisfazer as necessidades essenciais da população, os choques externos fora do nosso controlo comprometeram a posição externa do país. Para garantir recursos financeiros com vista a cobrir as necessidades a curto prazo da balança de pagamentos, solicitamos um aumento do acesso ao abrigo do acordo da ECF de 11,36 milhões de DSE (40% da quota). Para ultrapassar esta crise, nunca é demais sublinhar a necessidade de apoio de todos os outros parceiros de desenvolvimento, com quem esperamos poder contar para a implementação do nosso ambicioso programa de reformas.

Independentemente do grave choque económico, continuamos empenhados em alcançar uma consolidação orçamental e em reduzir o nível elevado da dívida pública no curto prazo. Em novembro de 2023, a Assembleia Nacional aprovará o orçamento para 2023, que inclui uma melhoria significativa do défice orçamental relativamente a 2022, em linha com os parâmetros do programa. Através de uma série de medidas corretivas com vista, especialmente, à racionalização plena das despesas não prioritárias, cumprimos as metas acordadas para dezembro de 2023, apenas com uma revisão da meta do saldo primário interno, uma vez que as despesas excessivas incorridas entre abril e julho de 2023 não podem ser totalmente resolvidas pelas medidas corretivas. Por conseguinte, solicitamos a alteração do critério de desempenho quantitativo relativo ao limite mínimo de um saldo primário interno para dezembro de 2023.

As reformas em matéria de governação estão no cerne da agenda do governo. Intensificaremos as reformas para combater a corrupção, reforçar a eficácia do CBC/FT e melhorar o Estado de direito e a gestão do património do Estado. Concluiremos igualmente as salvaguardas em matéria de governação da RCF no que se refere às despesas relacionadas com a COVID-19 e continuaremos a melhorar a transparência dos beneficiários efetivos e as auditorias externas. A assistência técnica do FMI será essencial para concretizar estas reformas. As recomendações do [Relatório de Diagnóstico da Governação de 2020](#) estão a fornecer orientações importantes sobre estas reformas.

O governo está convicto de que as medidas e as políticas descritas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras em anexo, acordadas com o corpo técnico do FMI durante a missão que teve lugar de 20 de setembro a 3 de outubro de 2023, são apropriadas e suficientes para atingir os objetivos do programa. Estamos prontos para tomar medidas adicionais, caso seja necessário, para alcançar os objetivos do programa e iremos consultar antecipadamente o FMI sobre as revisões necessárias às políticas descritas na presente carta e no MPEF. Também iremos prestar, de forma atempada, as informações necessárias para a monitorização da evolução económica e da implementação das políticas, conforme acordado ao abrigo do Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo ou mediante pedido do corpo técnico.

Pela presente solicitamos a conclusão da terceira avaliação ao abrigo do acordo da ECF e da avaliação das garantias de financiamento, assim como o desembolso de 6,16 milhões de DSE. Autorizamos a

publicação da presente carta e dos respetivos anexos, assim como do relatório do corpo técnico conexo, no sítio Web do FMI.

Atentamente,

/s/

Suleimane Seidi

Ministro da Economia e Finanças

Guiné-Bissau

Anexos: - Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
- Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

Desenvolvimentos recentes e desempenho do programa

A. Introdução

1. Os compromissos de reforma assumidos pela Guiné-Bissau no âmbito do programa apoiado pelo FMI criarão uma janela crítica de oportunidades para impulsionar o crescimento inclusivo e a redução da pobreza. Os nossos objetivos e políticas para o crescimento e a redução da pobreza são descritos no Plano de Nacional de Desenvolvimento (PND). O PND existente foi aprovado no início da pandemia de COVID-19 em 2020 e prorrogado até meados de 2024 para dispor de tempo suficiente para preparar o próximo PND. O programa ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) apoia estes objetivos e políticas. O compromisso através do programa apoiado pela ECF tem sido essencial para criar um dinamismo de reforma e catalisar o financiamento em condições altamente concessionais para satisfazer as necessidades de desenvolvimento há muito aguardadas e promover a estabilidade macroeconómica e o crescimento sustentável.

2. O novo governo está empenhado nos objetivos do programa, mas o país foi afetado por um grave choque externo. Tal como demonstrado durante as duas últimas avaliações concluídas com êxito, realizámos progressos significativos na implementação das reformas ao abrigo do programa apoiado pela ECF. O novo governo permanece resoluta na concretização da consolidação orçamental, na garantia da sustentabilidade da dívida e na melhoria da governação. Contudo, o desempenho dececionante das exportações de castanha de caju comprometeu gravemente as perspetivas a curto prazo. Devido ao aumento dos preços internacionais do arroz, as famílias vulneráveis estão a enfrentar condições difíceis, incluindo o aumento da insegurança alimentar, que exige ações do governo, pelo menos, até que a próxima campanha agrícola proporcione melhores rendimentos das culturas. O apoio do acordo da ECF é agora mais importante do que nunca para proteger as nossas famílias vulneráveis.

B. Evolução económica e perspetivas

3. Projeta-se que o crescimento seja mais lento do que o esperado em 2023, enquanto a inflação permanece elevada. Em 2023, o crescimento deverá situar-se em 4,2%, aproximadamente ao mesmo ritmo de 2022. É pouco provável que o volume das exportações de castanha de caju recupere face ao ano passado, altura em que registou uma campanha dececionante. Será parcialmente compensado por um aumento da agricultura de subsistência, que tem sido apoiada por uma boa precipitação e um elevado investimento privado, incluindo no setor da energia. No primeiro semestre de 2023, a inflação medida pelo IPC foi elevada, ascendendo a 9,9%, em média. Com as medidas adotadas pelo governo para fazer face aos preços elevados dos produtos alimentares, prevê-se que a inflação diminua para cerca de 2% a médio prazo.

4. Os desequilíbrios externos projetados são superiores ao previsto em 2023. Com uma diminuição significativa dos preços internacionais da castanha de caju, que reduziu uma margem já

estreita na castanha de caju em bruto, os produtores e exportadores iniciaram os preparativos da campanha de exportação com um grande atraso. O valor das exportações para 2023 será muito inferior ao que se esperava antes do início da campanha.

Este choque externo agravará o déficit da conta corrente, que se projeta em -8,9% do PIB em 2023. Além disso, o financiamento é fortemente limitado pela maior restritividade das condições de financiamento regionais, o que aumentou acentuadamente as taxas de juro dos títulos do Tesouro e reduziu os prazos médios de vencimento.

5. No médio prazo, o crescimento deverá acelerar para cerca de 5%, enquanto o saldo externo deverá melhorar gradualmente. O crescimento a médio prazo será apoiado por uma política orçamental sólida, que alocará mais recursos às despesas favoráveis ao crescimento, por reformas ambiciosas em matéria de governação, que melhorarão o ambiente de negócios, mobilizarão financiamento adicional e impulsionarão os investimentos público e privado. Embora o déficit da conta corrente continue a ser elevado em 2024, a normalização das exportações de castanha de caju e melhores termos de troca resultarão numa diminuição gradual a médio prazo.

C. Desempenho do programa

6. Cumprimos quatro dos oito critérios de desempenho quantitativos para junho de 2023 (Quadro 1). O limite mínimo relativo às receitas fiscais ficou 4,3 mil milhões de FCFA aquém da meta devido à redução inferior à esperada das receitas relacionadas com a castanha de caju. O limite máximo da massa salarial ficou 1,9 milhões de FCFA aquém da meta devido a poupanças inferiores ao esperado, resultantes do recenseamento dos funcionários públicos em 2022. O limite mínimo do saldo primário interno ficou 28 milhões de FCFA aquém da meta devido a uma derrapagem significativa das despesas não relacionadas com salários. Embora tal incluía a transferência pontual para a empresa de serviços públicos (5,2 mil milhões de FCAF) e os custos relacionados com as eleições (2,2 mil milhões de FCAF), uma parte significativa da derrapagem deveu-se a um aumento súbito das despesas discricionárias, incluindo despesas de viagens presidenciais e aquisições de equipamento de segurança. O governo está a implementar uma série de medidas corretivas descritas nos n.º 9-11 para estes critérios de desempenho quantitativos não cumpridos. O limite máximo dos atrasados externos ficou 0,6 mil milhões de FCFA aquém da meta devido ao atraso no pagamento do serviço da dívida externa, que já foi pago. Para este critério de desempenho quantitativo, adotámos uma medida corretiva através da emissão de um despacho ministerial para priorizar o serviço da dívida externa.

7. Dois dos três indicadores de referência estruturais para junho de 2023 foram cumpridos. Solicitámos o adiamento da aprovação do plano de pessoal a médio prazo até março de 2024, a fim de o alinhar com o orçamento de 2024. No entanto, continuamos empenhados para com a agenda de reformas, implementando os indicadores de referência estruturais antes do prazo e, desde a segunda avaliação, cumprimos dois indicadores de referência estruturais para setembro e dezembro de 2023 e concluímos outro para setembro de 2023 com um ligeiro atraso. Infelizmente, não cumprimos um indicador de referência estrutural contínuo relativo ao serviço da dívida externa

para setembro de 2023. No que diz respeito ao indicador de referência estrutural contínuo relativo ao Comité Técnico de Arbitragem das Despesas Orçamentais (COTADO), este órgão retomou as atividades em setembro de 2023 após a formação do novo governo e tem vindo a reunir-se regularmente desde então.

Políticas económicas e financeiras

D. Política e reformas orçamentais

Apoiar a consolidação orçamental

8. O défice primário interno de 2023 agravar-se-á devido a intervenções de emergência para compensar os preços dos produtos alimentares dos principais bens alimentares básicos e à derrapagem até julho, que não pode ser totalmente compensada por medidas corretivas.

Devido às recentes eleições legislativas, o orçamento para 2023 será aprovado pela Assembleia Nacional em novembro (ação prévia) e a meta para o défice primário interno foi alargada para 25,5 mil milhões de FCFA. O governo concedeu um subsídio no valor de 1,8 mil milhões de FCFA ao preço de 26 000 toneladas de arroz, o que equivale a cerca de três meses de importações de arroz. Desde a tomada de posse do novo governo, temos vindo a racionalizar as despesas não prioritárias até se esgotar a margem para a redução adicional de outras despesas discricionárias. Ademais, uma vez que o governo adiou a conclusão da venda de licenças de 5G até 2024, parte da derrapagem até julho não pode ser compensada pela racionalização das despesas. Conforme descrito abaixo, tomámos medidas corretivas para aumentar as receitas adicionais e superar o critério de desempenho quantitativo relativo às receitas fiscais. Continuamos a reforçar o controlo da massa salarial através de uma rigorosa política de não contratação e do novo recenseamento de funcionários públicos para manter o limite máximo da massa salarial inalterado. Apresentaremos à Assembleia Nacional o projeto de orçamento para 2024 elaborado em conformidade com os parâmetros do programa (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2023).

9. Aceleraremos as reformas para a mobilização das receitas internas através das seguintes ações:

- **Profissionalização da Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI).** Registaram-se bons progressos a nível da reforma da administração das receitas. A arrecadação de impostos superou a meta de 1,3 mil milhões de FCFA em junho, excluindo os impostos relacionados com a castanha de caju. Para solidificar a profissionalização da DGCI, os gestores serão avaliados com base em indicadores de desempenho e metas quantitativas (indicador de referência estrutural, final de junho de 2024). Além disso, as nomeações para comissões de serviço serão efetuadas por um processo de concurso interno, de acordo com o Decreto-Lei n.º 8/2012, de 19 de outubro, que aprova o Estatuto dos Recursos Humanos. A fim de possibilitar os concursos públicos, o Ministro das Finanças elaborará um plano de reafetação para reafetar estes gestores não qualificados existentes a outras funções externas à DGCI (indicador de referência estrutural, reprogramado para final de dezembro de 2024). Iremos também publicar uma política racionalizada para os pagamentos de incentivos com vista à introdução gradual de incentivos

baseados no desempenho em 2024.

- **Melhoria do cumprimento das obrigações tributárias:** A falta de cumprimento voluntário por parte dos contribuintes tem colocado desafios à mobilização das receitas. Para melhorar o cumprimento por parte dos 149 grandes contribuintes, realizaremos auditorias fiscais a 25 grandes contribuintes selecionados com base no risco, centradas na divergência dos montantes de IGV pagos nas alfândegas e incluídos nas declarações de impostos durante 12 meses a partir de outubro de 2023 (indicador de referência estrutural, final de setembro de 2024).
- **Implementação da nova Lei do IVA:** Ratificámos o despacho ministerial sobre o plano de ação para a reforma das receitas, que descreve em pormenor as ações para implementar a nova Lei do IVA. Para implementar a ação prioritária a curto prazo, asseguraremos o financiamento da formação dos contribuintes em matéria de IVA.
- **Racionalização das isenções fiscais:** Apresentámos à Assembleia Nacional a lei revista sobre o regime geral de isenções. Nos últimos anos, uma empresa de cimento representou cerca de metade do total de isenções fiscais concedidas a beneficiários do setor privado relativas a bens importados. Apresentaremos ao Conselho um relatório que avalia a conformidade das isenções da empresa de cimento com a legislação regional da UEMOA, tendo em conta a decisão da Comissão da UEMOA de proibir isenções semelhantes concedidas às empresas de cimento no Senegal.
- **Mobilização de taxas de licenciamento da tecnologia 5G.** Após as eleições, o novo governo está a reavaliar os progressos realizados nas negociações para a venda de licenças 5G. Continuaremos a equilibrar as necessidades de mobilização de receitas e a evitar o fracasso da venda de licenças, como aconteceu durante o processo de venda de licenças 3G. No entanto, é provável que a arrecadação de taxas das licenças 5G seja adiada até meados de 2024, altura em que se espera que a Autoridade Reguladora Nacional estabeleça o calendário das taxas das licenças.
- **Outras reformas:** Solicitaremos à Assembleia Nacional que inclua na agenda a aprovação do novo Código Aduaneiro, importante para a modernização da administração aduaneira. A médio prazo, apresentaremos também à Assembleia Nacional às leis revistas do imposto sobre o rendimento e do imposto de selo (indicador de referência estrutural, final de junho de 2025). Prepararemos igualmente um plano de ação para melhorar o regime orçamental da gestão dos recursos naturais (indicador de referência estrutural, final de junho de 2024).

10. Prosseguiremos com o reforço dos controlos da massa salarial. Para cumprir o critério de desempenho quantitativo para dezembro de 2023, observaremos rigorosamente o congelamento total das novas contratações e os limites máximos dos salários, bem como a manutenção da racionalização dos cargos de consultores, que foram reduzidos em 51 pessoas em 2022. No entanto, o processo de recurso do recenseamento dos funcionários públicos de 2022 resultou na reintegração de cerca de 1 500 trabalhadores. Para compensar este aumento da massa salarial, procederemos a um novo recenseamento dos funcionários públicos nos Ministérios da Educação, Saúde, Interior, Justiça e Economia e Finanças, que estará concluído em março de 2024. Para melhorar a eficácia do novo recenseamento, emitiremos uma ordem conjunta do

Ministério da Economia e Finanças e do Ministério da Administração Pública para definir os termos de referência do processo de recenseamento, elaborado em conformidade com o parecer do corpo técnico do FMI (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2023). Uma vez que os resultados do recenseamento de 2022 não foram suficientemente validados por um pequeno número de pessoal do Ministério da Administração Pública, os resultados do novo recenseamento serão validados por cada ministério setorial e assinados por cada um dos ministros setoriais. Para monitorizar a assiduidade dos funcionários, foi instalado no Ministério da Economia e Finanças um sistema de controlo biométrico ligado ao sistema de folha de pagamentos. Iniciaremos o projeto-piloto exigindo que todos os funcionários do Ministério da Economia e Finanças registem a sua presença no dispositivo biométrico. Se os resultados do projeto-piloto forem considerados eficazes, disponibilizaremos os mesmos dispositivos biométricos a outros quatro ministérios que participaram no recenseamento de 2023. O projeto de cadeia de blocos apoiado pelo FMI concluirá a fase-piloto no Ministério da Economia e Finanças e no Ministério da Administração Pública em dezembro de 2023 e será lançado noutros ministérios em 2024. Em última análise, desenvolveremos o sistema integrado de gestão de recursos humanos.

11. Estamos a tomar medidas corretivas para reforçar os controlos e a transparência de todas as despesas não relacionadas com salários. As ações prioritárias neste domínio são as seguintes:

- **Institucionalização do COTADO:** A derrapagem das despesas não relacionadas com salários até julho de 2023 deveu-se, em grande medida, à suspensão do COTADO, que é a instituição central de controlo das despesas. O Comité retomou as atividades e minimizou as despesas discricionárias desde setembro de 2023. Para evitar que o COTADO volte a ser suspenso, emitiremos a ordem do Primeiro-Ministro no sentido de: i) exigir que a decisão do COTADO seja monitorizada e aprovada permanentemente pelo Primeiro-Ministro; ii) apresentar ao Primeiro-Ministro um relatório trimestral das despesas aprovadas pelo COTADO; e iii) proibir os pagamentos de todas as despesas não relacionadas com salários, salvo se tiverem sido aprovadas pelo COTADO e registadas pela DGO no SIGFIP (indicador de referência estrutural, final de março de 2024). Implementaremos este despacho do Primeiro-Ministro, assegurando que todos os compromissos de despesas discricionárias sejam aprovados pelo COTADO e a sua decisão seja analisada pelo Primeiro-Ministro numa base *ex post* (indicador de referência estrutural contínuo que substitui o atual indicador de referência estrutural contínuo).
- **Publicação do relatório de "Outras despesas correntes" e das Contas Gerais do Estado:** A derrapagem até julho foi principalmente contabilizada na categoria de "outras despesas correntes", que disponibiliza pouca informação sobre a utilização efetiva dos recursos. A fim de assegurar a transparência, publicaremos um relatório que inclui: i) as classificações económicas e administrativas de todas as "outras despesas correntes"; e ii) explicações das maiores despesas realizadas em casos de força maior, para efeitos de soberania e similares (indicador de referência estrutural, final de março de 2024). Prepararemos e enviaremos também as Contas Gerais do Estado relativas a 2022 e 2023 à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas, incluindo informação pormenorizada sobre outras despesas correntes.

- **Reintrodução dos controlos dos compromissos sistémicos:** A reintrodução de controlos dos compromissos sistémicos, que costumavam existir mas foram suspensos em 2018, é fundamental para alargar os controlos a todas as despesas. Em primeiro lugar, iremos exigir a aprovação pelo Ministério das Finanças dos contratos públicos para todas as aquisições referentes aos quatro produtos alimentares essenciais (arroz, óleo alimentar, carne e peixe) e ao combustível, que constituem uma parte importante das despesas com bens e serviços, mas que são atualmente adquiridos sem contratos (indicador de referência estrutural, final de março de 2024). Subsequentemente, alargaremos este requisito à aquisição de medicamentos e materiais de laboratório.

12. Desenvolveremos uma política de apoio aos agricultores de subsistência. A maioria das nossas famílias vulneráveis é constituída por agricultores de subsistência nas zonas rurais, que representam cerca de 60% da população total. No orçamento de 2024, implementaremos os seguintes programas de diversificação agrícola e proteção social.

- **Programa de subsídios aos fatores de produção agrícolas através de explorações experimentais:** Em 2023, em resposta a choques na exportação de castanha de caju e aos preços elevados dos produtos alimentares importados, o Ministério da Agricultura disponibilizou, através de parceiros de desenvolvimento, apoio às sementes, fertilizantes e equipamento essencial ao relançamento da agricultura de alimentos básicos e à prevenção da insegurança alimentar. Em particular, as explorações experimentais do Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA) e outras entidades também forneceram sementes de alta qualidade aos agricultores de subsistência e ministraram-lhes formação em boas práticas. Com base nesta experiência, alargaremos as explorações experimentais do INPA em 30 ha, o que poderá assegurar sementes para culturas de alimentos, o suficiente para alimentar mais de 2 000 pessoas durante um ano, a um custo quatro vezes inferior ao do fornecimento direto de alimentos.
- **Alimentação escolar com produtos agrícolas nacionais:** Com o apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM) e de outros parceiros, o governo está a implementar um projeto de transformação do sistema alimentar, que estabelece ligações entre os pequenos agricultores e os mercados locais. Este projeto tem alcançado múltiplos objetivos de melhoria da diversificação agrícola, de proteção social e de segurança alimentar. Com base nesta experiência e com o apoio do PAM, o governo implementará um projeto de alimentação escolar, que fornece fatores de produção agrícolas e formação a pequenos agricultores e adquire os seus produtos agrícolas para alimentação escolar. Tal visa melhorar não só a produtividade agrícola e o rendimento dos agricultores, mas também o acesso à educação e a saúde das crianças.
- **Programa de controlo dos preços da castanha de caju no produtor:** Em 2023, o impacto dos baixos níveis das exportações de castanha de caju na população rural foi acentuado por uma forte queda dos preços da castanha de caju no produtor. Embora a lei fixasse o preço no produtor em 375 FCFA por kg, este diminuiu para 215 FCFA por kg, em média, porque os intermediários criaram um ambiente de venda urgente, tirando partido do atraso no processo de exportação. Para melhor proteger os agricultores, desenvolveremos um mecanismo para acompanhar e publicar os preços da castanha de caju no produtor em diferentes localidades para a campanha em 2024.

13. Iremos assegurar a salvaguarda de despesas sociais e prioritárias durante o processo de consolidação orçamental. A médio prazo, as despesas sociais e prioritárias deverão aumentar 0,6 pontos percentuais do PIB em comparação com a média do período anterior à COVID-19, conforme refletido no limite mínimo do programa relativo às despesas sociais e prioritárias. Para reforçar a gestão do investimento público, fizeram-se progressos para a criação, a médio prazo, de uma base de dados em Excel, do Projeto de Investimento Público (PIP) e para a centralização de todas as informações quantitativas inscritas nas Fichas de Projeto (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2023). Para integrar os dados críticos na base de dados do PIP, criámos o sistema *online* para a comunicação mensal de despesas de capital de financiamento externo, que está a ser testado em 30 grandes projetos, de acordo com o despacho ministerial.

Medidas para mitigar os riscos orçamentais

14. Registaram-se progressos no aumento das receitas da Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB). A degradação da situação financeira da EAGB colocou em risco o fornecimento de eletricidade à Guiné-Bissau. Devido à acumulação de faturas em dívida, a Karpower interrompeu o fornecimento de energia durante dois dias em outubro de 2023, o que representou riscos muito elevados para a estabilidade económica e social. O governo disponibilizou 5,2 mil milhões de FCFA de transferências para a EAGB em abril, maio e outubro de 2023, a fim de liquidar estas faturas e obter novamente energia. As autoridades chegaram a acordo com a Karpower no tocante ao pagamento das restantes faturas a partir de um empréstimo concedido a um projeto em condições concessionais. Os riscos orçamentais foram mitigados através da instalação de 32 700 contadores pré-pagos em apenas cinco meses. Estes contadores pré-pagos aumentaram as receitas mensais da EAGB de 1,5 mil milhões de FCFA para 1,9 mil milhões de FCFA, ou seja, perto da meta de 2,0 mil milhões de FCFA. A EAGB tem cumprido os pagamentos à Karpower desde abril de 2023. Após a conclusão da instalação de 35 000 contadores pré-pagos (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2023), procederemos à instalação de 40 000 contadores pré-pagos adicionais para cobrir a grande maioria dos clientes residenciais até ao final de 2024. Para os grandes clientes, nos quais não é possível instalar contadores pré-pagos, serão tomadas medidas para cobrar as tarifas em atraso.

15. A transição para fontes de energia diversificadas permitirá restabelecer a viabilidade financeira da EAGB a curto prazo. O projeto da OMVG, que ligará Bissau a uma central hidroelétrica na Guiné-Conacri, está quase concluído, com 196 km dos 218 km de linhas de transmissão construídos até à data. Uma vez que a central hidroelétrica tem capacidade suficiente para cobrir a utilização de energia de Bissau ao longo do ano, poderemos cessar o fornecimento de energia da Karpower quando chegar a eletricidade da OMVG. No entanto, será necessário um período transitório, durante o qual tanto o fornecimento de eletricidade da OMVG como da Karpower serão mantidos, uma vez que a linha de transmissão que liga o terminal da OMVG a Bissau Central ainda está por concluir no âmbito do projeto "Ring Line". Durante este período, a EAGB pagará, para além das faturas da Karpower, os custos de capital da OMVG, que ascenderão a cerca de 0,3 mil milhões de FCFA mensais e poderão ser cobertos pelas receitas adicionais provenientes da instalação dos contadores pré-pagos. Analisaremos os riscos jurídicos decorrentes da cessação do fornecimento de energia da Karpower que, de qualquer modo, deixará de constituir

o maior risco de um corte total de energia em Bissau. Até ao final de 2023, o Ministro da Economia e Finanças aprovará o plano de transição da EAGB, que especifica as ações técnicas, financeiras e jurídicas a concluir antes da cessação do fornecimento de energia da Karpower, em meados de 2024. Após a conclusão desta transição, elaboraremos um plano estratégico para assegurar a viabilidade financeira da EAGB a médio e longo prazo (indicador de referência estrutural, reprogramado para final de dezembro de 2024).

16. A conclusão do projeto “Ring Line” é fundamental para diversificar as fontes de energia.

O projeto “Ring Line” está a construir uma linha de transmissão circular à volta de Bissau. Embora se tenha iniciado em 2015, este projeto está longe de estar concluído. Em especial, uma linha de transmissão entre a subestação de Antula, que é o terminal da OMVG, e a subestação Central, a partir da qual têm início todas as linhas de distribuição, é essencial para ligar a eletricidade da OMVG a Bissau, mas está ainda por concluir. Temos sérias preocupações quanto à qualidade e segurança da linha parcialmente concluída. Para concluir esta infraestrutura crítica o mais rapidamente possível, cumprindo as normas de qualidade, apresentaremos ao Primeiro-Ministro e publicaremos um relatório que: i) calibra o impacto económico e financeiro negativo do atraso do projeto “Ring Line”; ii) apresenta os resultados dos testes e das inspeções da linha Antula-Central; e iii) especifica os trabalhos de reparação que o contratante deve realizar (indicador de referência estrutural, final de março de 2024). Na parte restante do projeto “Ring Line”, a ligação à central termoelétrica de Bor, que constituirá uma importante fonte de energia de reserva e alargará a rede de distribuição para além do centro Bissau é igualmente crucial. A EAGB reforçará a supervisão quotidiana dos contratantes, a fim de concluir toda a linha de distribuição até ao final de 2024.

17. O governo auditará as adendas de 2020 ao contrato da Karpower. As adendas realizadas em 2020 aumentam a capacidade de 30 MW para 70 MW até ao final de 2025, o que ultrapassa as necessidades atuais e futuras do país em matéria de eletricidade. O Tribunal de Contas irá concluir e publicar um relatório de auditoria ao contrato de aquisição de energia da EAGB e respetivas adendas (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2023).

18. Continuaremos a melhorar a gestão e as operações da EAGB. Após o termo do contrato com um consórcio português em junho de 2023, foi selecionada uma nova direção com o apoio do Banco Mundial, que também presta assistência à reformulação das operações da EAGB e à melhoria do desempenho global do setor da eletricidade.

Melhorar a gestão de tesouraria

19. O reforço da gestão de tesouraria e a implementação da Conta Única do Tesouro (CUT) continuarão a ser as principais prioridades. Com base nos resultados do recenseamento das contas bancárias do Estado concluído em abril de 2023, congelámos as contas bancárias dos ministérios setoriais com saldos negativos. A Inspeção-Geral das Finanças procederá à inspeção destas contas para clarificar as responsabilidades em matéria de descobertos, o que não é permitido aos ministérios setoriais. Posteriormente, as contas serão encerradas e os saldos serão reembolsados. Em termos prospetivos, o Ministério da Economia e Finanças pagará todas as despesas orçamentais, em especial os salários, a partir da CUT (indicador de referência estrutural,

final de junho de 2024). Com vista a reforçar a função de gestão de tesouraria, procederemos à revisão das metodologias e dos processos de previsão de tesouraria (indicador de referência estrutural, final de junho de 2025). Continuaremos também a reforçar a coordenação com outros ministérios que arrecadam receitas não fiscais. Publicaremos uma lista de taxas, tabelas e tarifas de todas as taxas e encargos arrecadados pelos ministérios e agências governamentais, incluindo tribunais e registos (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2023, que substitui o atual indicador de referência estrutural).

Mitigar as vulnerabilidades da dívida

20. O governo irá mitigar as vulnerabilidades da dívida por via de uma estratégia de consolidação orçamental sustentada e de uma política de financiamento prudente. Em 2022, calcula-se que o total da dívida pública e externa da Guiné-Bissau se tenha situado em 80,4% e 39,2% do PIB, respetivamente. A percentagem dos créditos concedidos pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento no total da dívida pública externa está estimada em 42% em 2022. Embora o peso de todos os credores multilaterais no total da dívida pública externa seja relativamente elevado (80% em 2022), a dependência até à data de empréstimos não concessionais junto do BOAD, que é o maior detentor de dívida pública externa, irá diminuir consideravelmente durante o programa. Graças aos compromissos que assumimos no sentido da consolidação orçamental e não contração de novos empréstimos não concessionais (exceto do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do BOAD)¹, o total da dívida pública e externa diminuirão progressivamente para 65,7% e 25,9% do PIB, respetivamente, até 2028.

21. O governo está empenhado em liquidar parte dos atrasados internos pendentes. O governo tenciona iniciar, nos próximos anos, a liquidação do saldo remanescente de atrasados internos acumulados entre 1974 e 1999, que ascende a um valor de 12,2 mil milhões de FCFA. Com apoio técnico externo, o governo tenciona apurar o valor efetivo dos atrasados internos pendentes através de novas auditorias, da verificação do cumprimento das obrigações tributárias por parte de todos os credores, bem como da determinação dos atrasados líquidos do governo após a correção de eventuais obrigações fiscais. Desta forma, o governo poderá decidir sobre a estratégia a seguir para regularizar todos os atrasados internos em aberto no médio prazo.

22. O governo continua empenhado em resolver todos os atrasados externos antigos e em evitar a sua acumulação no futuro. Foram alcançados acordos ou resoluções com Angola, a Líbia, Rússia e Taiwan (província da China). As negociações com o Brasil também aguardam a aprovação final por parte das autoridades brasileiras. Desde novembro de 2021 que se têm enviado pedidos ao Paquistão numa tentativa de resolver os atrasados externos remanescentes.

23. O governo continuará a reforçar a gestão da dívida. Estamos a melhorar as operações de pagamento do serviço da dívida através da implementação do despacho ministerial que define claramente as funções e responsabilidades das autoridades envolvidas no processo. No entanto, durante a transição para a nova direção do Ministério da Economia e Finanças após as eleições,

¹ O BOAD alterou recentemente os termos desta modalidade, tornando-a integralmente concessional para a Guiné-Bissau.

verificou-se um hiato na implementação do despacho ministerial. Implementaremos rigorosamente o despacho ministerial para evitar o ressurgimento de atrasos nos serviços da dívida externa. O governo iniciou a publicação de relatórios anuais sobre a dívida (externa e interna) que abrangem o serviço da dívida, os desembolsos e os acordos. Além disso, continua a enviar informações para as bases de dados internacionais sobre as estatísticas da dívida. Tendo em vista o reforço da transparência sobre a dívida pública, iremos expandir a cobertura do boletim anual sobre a dívida a fim de cobrir a dívida das duas maiores empresas públicas que representam grandes riscos orçamentais (a EAGB e a autoridade de aviação civil) e publicar os boletins trimestrais da dívida, que incluem a dívida e as garantias da administração central.

24. O governo só irá contrair dívida externa em termos altamente concessionais. Para garantir que o risco de sobre-endividamento se mantém sob controlo, o governo está empenhado em não contrair empréstimos externos não concessionais. De igual modo, o governo irá consultar o FMI a respeito da avaliação das condições financeiras dos novos empréstimos propostos.

E. Reformas em matéria de governação e Estado de direito

25. Aproveitando os progressos registados ao abrigo do programa monitorizado pelo corpo técnico do FMI, iremos prosseguir com as reformas em matéria de contratação pública para aumentar a transparência. Durante a pandemia, o governo empreendeu reformas importantes em matéria de contratos públicos, incluindo a publicação das informações sobre os beneficiários efetivos e outras informações importantes referentes a todos os contratos relacionados com a crise pandémica nos sítios Web da Direção-Geral dos Concursos Públicos (DGCP) e do Alto Comissariado para a COVID-19, assim como a aprovação do decreto relativo aos beneficiários efetivos dos proponentes a contratos públicos em abril de 2022. A nossa próxima prioridade será a implementação deste novo decreto, que estende a publicação das informações sobre os beneficiários efetivos a todos os contratos públicos no sítio Web da DGCP. Para além da emissão das orientações de implementação, temos vindo a realizar uma série de sessões de formação e sensibilização sobre o novo decreto, destinadas aos fornecedores e aos responsáveis pelas compras nos ministérios. Iremos fazer cumprir o requisito de autorização prévia da DGCP para a contratação pública e os contratos relacionados com despesas discricionárias, incluindo adjudicações diretas e despesas de emergência, através da participação da DGCP no COTADO.

26. O governo está empenhado em concluir as auditorias externas, um elemento de controlo essencial das finanças públicas. Para garantir a utilização correta dos fundos relacionados com a COVID-19, o governo deu um passo importante rumo à renovação das funções das auditorias externas. O auditor externo independente concluiu uma auditoria a todas as despesas relacionadas com a COVID-19 entre junho de 2020 e dezembro de 2021 com o apoio da Inspeção-Geral das Finanças, que publicou o relatório de auditoria no seu sítio Web (ação prévia). O governo publicou a carta de resposta à auditoria, em que manifestou o seu compromisso para com a implementação das recomendações do auditor independente. O Tribunal de Contas concluiu uma auditoria externa do Alto Comissariado para a COVID-19 e publicará o relatório de auditoria (ação prévia). Subsequentemente, o Tribunal de Contas está a levar a cabo uma auditoria externa a todas as despesas relacionadas com a COVID-19, que

contará com os contributos técnicos dos resultados da auditoria do auditor externo independente. O Ministério das Finanças solicitou uma auditoria ao processo de contratações irregulares de 2021–2022, que o Tribunal de Contas tenciona concluir em 2023.

27. Iremos adotar mais medidas para melhorar a eficácia do CBC/FT. No Relatório de Avaliação Mútua de 2022 (RAM), o Grupo Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) atribuiu à Guiné-Bissau pontuações baixas no que se refere à eficácia em todos os 11 critérios. Para abordar a questão do relatório de avaliação mútua do GIABA de fevereiro de 2022, o Comité Interministerial presidido pelo Ministro das Finanças coordena a implementação das recomendações do relatório de avaliação mútua e da avaliação nacional dos riscos e da política nacional em matéria de CBC/FT até novembro de 2023. Para assegurar a conformidade com as normas regionais, o Conselho de Ministros aprovará e apresentará à Assembleia Nacional, até ao final de dezembro de 2023, a lei uniforme de 2023 relativa ao CBC/FT nos Estados-Membros da UEMOA. A este respeito, o governo: i) realizará até ao final de março de 2024 uma avaliação nacional dos riscos que integre as recomendações do relatório de avaliação mútua de 2022; ii) publicará a política nacional em matéria de CBC/FT e o plano de ação para abordar os riscos identificados na avaliação nacional dos riscos e as principais conclusões do relatório de avaliação mútua, que serão concluídos até junho de 2024; e iii) preparará o quadro jurídico e um plano de ação para nomear a CENTIF como supervisor do CBC/FT das atividades e profissões não financeiras designadas (APNFD), começando pelos setores de alto risco e em consonância com a legislação da UEMOA em matéria de CBC/FT de 2023 até dezembro de 2024. O governo recorrerá à CENTIF em conformidade para permitir que a instituição desempenhe as suas novas funções. Exigiremos também que todas as pessoas coletivas registadas no Centro de Formalização de Empresas (CFE) e na Direção-Geral da Identificação Civil, dos Registos e Notariado (DGICRN) apresentem um formulário de identificação de beneficiários efetivos semelhante ao apresentado no âmbito do processo de concurso até junho de 2024. Procuraremos a assistência técnica do FMI para cumprir algumas das metas acima referidas.

28. O governo irá acelerar as reformas para reforçar o quadro de combate à corrupção. A curto prazo, as nossas prioridades são a atualização do regime de declaração de bens, o que facilitará a identificação de potenciais casos de corrupção. Para começar, enviámos novamente à Assembleia Nacional a lei relativa à reforma do regime de declaração de bens com uma cobertura mais ampla e um poder executório reforçado. A lei estará de acordo com os Princípios de Alto Nível do G20 e atribuirá as responsabilidades do depositário ao Supremo Tribunal de Justiça, uma vez que a Inspeção Superior contra a Corrupção não está a funcionar como previsto. Todos os membros do novo governo apresentaram as declarações de bens, que são depositadas junto do Secretário-Geral do Governo de acordo com a legislação em vigor e serão transferidas para um novo depositário logo que a nova lei seja aprovada. Em 2024, o Supremo Tribunal de Justiça, enquanto depositário, criará uma unidade responsável pela implementação da nova lei. Disponibilizaremos recursos suficientes para cobrir as operações desta unidade a partir do orçamento de 2024. Esta unidade emitirá orientações relativas à apresentação e publicação das declarações de bens, incluindo os respetivos formatos, até ao final de 2024. O reforço da independência e da capacidade das agências de combate à corrupção, incluindo a Polícia Judiciária e a Procuradoria, será essencial para garantir a

eficácia do quadro de combate à corrupção. A partir de 2024, criaremos unidades descentralizadas da Polícia Judiciária, que atualmente não tem uma base fora de Bissau e enfrenta graves limitações no combate aos casos de corrupção em regiões fora de Bissau. Em 2024, apresentaremos também um pacote legislativo para reforçar a independência dos juizes do Supremo Tribunal e do Procurador-Geral através da melhoria do processo de nomeação e do desenvolvimento do quadro jurídico para a recuperação de bens e a cooperação em matéria de investigação de crimes económicos. Em 2025, atualizaremos uma estratégia nacional de combate à corrupção com base no diagnóstico dos riscos de corrupção. Esta estratégia dará prioridade às reformas jurídicas e de outra natureza, e servirá de base ao planeamento dos recursos destas instituições a médio prazo.

29. Tomaremos medidas urgentes para apoiar o setor judicial, que enfrenta uma grande escassez de recursos e riscos existenciais. Na Guiné-Bissau o setor está fortemente limitado devido aos escassos recursos financeiros. Vários tribunais regionais, incluindo os de Safim, Catio, Pirada, Xitole, Babuque, e muitas outras cidades, encerraram por falta de pagamento da renda ou aos magistrados, ou por ambos. Para inverter esta situação difícil, construiremos urgentemente três Palácios da Justiça que acolherão os tribunais regionais, os serviços de identificação e todos os outros serviços relacionados com a justiça até ao final de 2024. Se este modelo for considerado eficaz, lançaremos, a médio prazo, a construção de Palácios da Justiça noutras cidades.

30. Implementaremos reformas para melhorar o Estado de direito e a regulamentação do mercado. O governo criou o Centro de Acesso à Justiça (CAJ), que conta com programas para apoiar o acesso do público ao sistema judicial. A fim de assegurar a igualdade de acesso, em especial por parte da população vulnerável, o governo construirá, até ao final de 2024, edifícios para o CAJ em Bubaque e Catio, que são as duas províncias restantes que não dispõem deste organismo. Continuaremos também a disponibilizar recursos financeiros para fazer face, sem demora, aos custos operacionais. Melhoraremos o acesso à legislação e às decisões judiciais e aprofundaremos o conhecimento da população relativamente a esta matéria através do desenvolvimento de um sítio Web do CAJ que inclua uma base de dados da legislação fundamental e informações para aumentar a literacia e a sensibilização jurídicas (indicador de referência estrutural, final de março de 2024). Este sítio Web terá como objetivo facilitar o acesso do público à legislação, de forma gratuita, tal como acontece com todos os serviços prestados pelo CAJ. Para desenvolver o registo de propriedade, que é essencial para salvaguardar os direitos económicos, o governo irá formular um plano de ação de médio prazo que melhore a cobertura do cadastro predial fazendo um levantamento mais amplo dos terrenos e procedendo à digitalização dos registos prediais para melhorar o acesso do público. Adicionalmente, e para melhorar o acesso do público e apoiar a transparência nas divulgações dos beneficiários efetivos, iremos preparar o plano estratégico, até dezembro de 2023, no sentido de garantir a sustentabilidade financeira do CFE (Centro de Formalização de Empresas), que ainda não dispõe dos recursos necessários para concluir a digitalização do registo das empresas.

31. Iremos acelerar as reformas em matéria de gestão do património do Estado. Registaram-se insuficiências significativas em termos de gestão do património do Estado, que aumentaram de forma considerável os riscos de utilização indevida. Muitas casas do governo estão

ocupadas por antigos funcionários públicos, que têm continuado a viver nelas sem pagarem qualquer renda após o final dos seus contratos (casas avaliadas sem pagamento). Além disso, muitos veículos do Estado não têm sido utilizados ou foram alienados para utilização privada e gratuita. Intensificámos os esforços para reforçar a gestão do património do Estado. Em março de 2023, o governo aprovou o decreto que transpõe a Diretiva da UEMOA sobre a Gestão do Património do Estado. Para aplicar este novo quadro jurídico, publicaremos até junho de 2024 regulamentos que substituirão as disposições desatualizadas da legislação existente que remontam ao período colonial. O Ministério das Obras Públicas, juntamente com a Secretaria Nacional do Património de Estado (SNPE), está a proceder à inspeção de todas as casas avaliadas sem pagamento para apurar as suas condições, avaliar os valores de mercado e compará-las com as avaliações incluídas no registo, sendo provável que estejam consideravelmente subavaliadas (indicador de referência estrutural, final de dezembro de 2023). Até ao final de 2023, a Inspeção-Geral das Finanças, juntamente com a SNPE, irá também proceder à inspeção dos principais ministérios para identificar os casos de veículos do Estado não utilizados ou utilizados indevidamente, que serão recuperados pelo Ministério da Economia e Finanças e atribuídos a outras entidades públicas que necessitam de mais veículos. Estamos também a explorar soluções tecnológicas para acompanhar a circulação de veículos do Estado e detetar a sua utilização abusiva.

F. Reformas no setor financeiro

32. O governo continuará a envidar esforços para preservar a estabilidade do setor financeiro e está empenhado na adoção de uma estratégia bem-sucedida de saída de um grande banco subcapitalizado. O Conselho de Ministros aprovou a oferta de um investidor estratégico com vista à compra da participação do Estado e à recapitalização da instituição a fim de cumprir as normas regulamentares. O processo de devida diligência foi concluído com êxito e o investidor reiterou ao novo governo o seu interesse na compra. O governo chegou a acordo sobre as condições finais do acordo, que serão subsequentemente apresentadas à Comissão Bancária Regional para avaliação após aprovação na assembleia de acionistas do banco. Caso esta operação não se materialize, o governo continua empenhado em cumprir um novo indicador de referência estrutural: encomendar uma avaliação da posição financeira do banco e uma auditoria totalmente independente à carteira de crédito, incluindo do crédito não produtivo, a ser realizada por uma empresa de consultoria; e preparar um relatório com um plano viável que garanta que o banco é objeto de recapitalização, resolução ou liquidação até ao final do programa com base nas recomendações do FMI.

G. Reformas das estatísticas

33. O governo está empenhado na melhoria do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das contas nacionais. Para fazer face aos atrasos prolongados na publicação das contas nacionais, iremos publicar as contas nacionais relativas a 2019 e 2020 até dezembro de 2023. Criaremos um comité composto por representantes do INE, do Ministério da Economia e Finanças (Direção-Geral de Previsão e Estudos Económicos) e do BCEAO, que irá validar os dados das contas nacionais previamente à sua publicação, a fim de melhorar a qualidade das contas nacionais. Tendo em vista o

reforço da capacidade institucional do INE, aprovámos um decreto que melhora a estrutura organizacional e os recursos humanos e tecnológicos do INE. Em 2024, o governo irá iniciar o reforço dos recursos humanos do INE conforme previsto no decreto, em especial na direção das contas nacionais, que atualmente só dispõe de dois funcionários.

34. Iremos implementar o sistema geral de divulgação de dados (e-GDDS) para aumentar a transparência. A participação nesta iniciativa contribuirá para os nossos esforços tendo em vista a publicação, de forma atempada, dos principais dados macroeconómicos e financeiros, em linha com os indicadores comuns exigidos para efeitos de supervisão do FMI. Além disso, o e-GDDS contribuirá para a melhoria da coordenação entre as agências e o desenvolvimento estatístico, apoiando a prossecução dos objetivos do programa.

H. Riscos e contingências

35. O governo está pronto para ajustar as políticas, em caso de materialização dos riscos. Os riscos descendentes para o programa incluem contratempos ao nível do crescimento e da inflação, decorrentes de riscos políticos internos e da fraca capacidade do Estado, um desempenho dececionante das exportações de castanha de caju, a materialização dos riscos climáticos e sanitários, condições financeiras mais restritivas no mercado regional e as tensões geopolíticas que poderão afetar os preços dos produtos alimentares e do petróleo, assim como o apoio dos doadores. Um novo agravamento das condições financeiras regionais e dos riscos da dívida condicionarão o acesso a financiamento. Os riscos orçamentais das empresas públicas e do banco subcapitalizado podem gerar passivos contingentes. Em caso de materialização destes riscos, estamos preparados para ajustar as nossas políticas, em estreita articulação com o corpo técnico do FMI, a fim de assegurar a concretização dos objetivos do programa.

Estas políticas poderão incluir uma maior racionalização das despesas não prioritárias e pedidos de apoio complementar junto dos parceiros de desenvolvimento.

I. Conção, financiamento e monitorização do programa

36. O Ministério da Economia e Finanças será responsável pela monitorização e coordenação do programa. Para assegurar uma implementação coordenada do programa, o Ministério da Economia e Finanças irá consultar as outras entidades públicas envolvidas na prossecução dos objetivos do programa, a fim de acompanhar os progressos alcançados referentes às várias metas e reformas previstas. De igual modo, o Ministério da Economia e Finanças terá a responsabilidade de assegurar que a despesa pública respeita os limites do orçamento.

37. O programa será monitorizado pelo Conselho de Administração do FMI. As avaliações serão realizadas trimestralmente até dezembro de 2023 e, depois, semestralmente utilizando os critérios de desempenho semestrais (final de junho e final de dezembro) e critérios de desempenho contínuos ao longo do período do programa, conforme apresentado no Quadro 1. Para acompanhar o progresso das reformas estruturais previamente descritas, serão utilizados os

indicadores de referência estruturais apresentados no Quadro 2. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta as definições pormenorizadas e os requisitos de comunicação de informações para todos os critérios de desempenho e as metas indicativas. O MTE também define o âmbito e a frequência dos dados que deverão ser comunicados para efeitos de monitorização do programa e apresenta os pressupostos de base para algumas das avaliações de desempenho. Para tal, o governo tenciona:

- i. Abster-se de celebrar ou garantir novos contratos de empréstimos externos em condições não concessionais, exceto para desembolsos do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental, tal como referido no MTE n.º 8;
- ii. Respeitar os critérios de desempenho quantitativos relativos aos limites mínimos das receitas fiscais internas, do saldo orçamental primário interno e das despesas sociais e prioritárias, ao limite máximo dos salários e ordenados e aos limites máximos nulos relativos à nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo setor público (critério contínuo), aos novos atrasados externos (critério contínuo), aos novos atrasados internos e às despesas não titularizadas;
- iii. Preparar um plano de financiamento externo para facilitar a avaliação dos critérios de desempenho quantitativos relativos à dívida externa;
- iv. Aceitar: 1) a imposição ou intensificação de restrições à realização de pagamentos e transferências para transações internacionais correntes; 2) a não introdução ou modificação de práticas de taxas de câmbio múltiplas; 3) a não celebração de acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI; 4) a não introdução ou intensificação de restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos; e
- v. Adotar, em articulação com o FMI, quaisquer novas medidas financeiras ou estruturais que possam ser necessárias ao sucesso das suas políticas.

38. No seguimento da terceira avaliação, existem compromissos firmes de financiamento para os próximos 12 meses com boas perspetivas para o resto do período do programa.

Esperamos obter apoio orçamental adicional de outros parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, ao longo do período do programa.

39. O governo considera que as políticas especificadas no presente MPEF servem de base para sustentar o crescimento, reduzir a inflação e diminuir a pobreza, e está preparado para tomar quaisquer medidas complementares necessárias.

Ir-á disponibilizar ao corpo técnico do FMI as informações necessárias para fins de avaliação do progresso da implementação do nosso programa, tal como especificado no MTE. De igual modo, o governo irá, por sua iniciativa ou mediante pedido de consulta por parte do FMI, consultar o corpo técnico do FMI sobre eventuais medidas que possam revelar-se adequadas.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas ao abrigo da ECF, 2023–2024
(acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2023						2024				
	Mar.		Jun.		Set.		Dez.	Mar.	Jun.	Set.	
	CDQ	Prel.	Situaçã o atual	CDQ	Prel.	Situaçã o atual	CDQ	Revisto	MI	CDQ	MI
Total da receita fiscal interna (mínimo)	21,4	21,1	o cumpr	53,8	49,5	o cumpr	113,7	113,7	24,3	61,2	99,1
Salários e vencimentos (máximo)	14,3	14,9	o cumpr	27,8	29,6	o cumpr	59,0	59,0	15,1	29,5	44,3
Limite máximo da dívida externa não concessional contraída ou garantida pela administração central (em milhões de USD) ^{1,2}	0,0	0,0	̄umpridc	0,0	0,0	̄umpridc	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Novos atrasados de pagamentos externos (milhões de USD, limite máximo) ¹	0,0	0,0	̄umpridc	0,0	0,6	o cumpr	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Novos atrasados internos (limite máximo)	0,0	0,0	̄umpridc	0,0	0,0	̄umpridc	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas sociais e prioritárias (limite mínimo) ³	12,5	12,7	̄umpridc	26,0	28,1	̄umpridc	51,6	51,6	13,5	28,1	42,0
Saldo primário interno (base de compromissos, limite mínimo) ⁴	-10,8	-21,6	o cumpr	-6,3	-34,3	o cumpr	-2,9	-25,5	1,2	2,4	3,9
Despesas não tituladas (DNT, limite máximo)	0,0	0,0	̄umpridc	0,0	0,0	̄umpridc	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:											
Novos empréstimos concessionais ⁵	11,7	2,8		18,7	7,9		23,4	23,4	10,3	18,9	21,6

¹ Aplicáveis numa base contínua.

² O limite máximo será ajustado em alta pelo montante de financiamento do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do BOAD, em conformidade com o MTE.

³ Definidas como as despesas do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, Família e Coesão Social.

⁴ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

⁵ Exclui desembolsos do FMI.

Quadro 2. Guiné-Bissau: Ações prévias e indicadores de referência estruturais

Medidas	Fundamentação	Situação atual	Data	Comentários
Ação prévia				
Aprovação do orçamento de 2023 pela Assembleia Nacional, em linha com os parâmetros do programa.	Controlo da despesa		Ação prévia	
Publicação no sítio Web de um relatório de auditoria do Alto Comissário responsável pela COVID-19 pelo Tribunal de Contas	Reforço da governação		Ação prévia	
Indicadores de referência estruturais				
Gestão das finanças públicas				
<i>Controlo da despesa e massa salarial/gestão de tesouraria</i>				
Apresentação à Assembleia Nacional da proposta de orçamento de 2024, em linha com os parâmetros do programa.	Controlo da despesa		Dezembro de 2023	Proposto
Realização de reconciliações durante o ano (trimestrais) entre os registos de funcionários públicos e da folha salarial.	Controlo da massa salarial	Cumprido	Março de 2023	
Aprovação em Conselho de Ministros de um plano de pessoal plurianual para 2023-25 em linha com os parâmetros do programa e publicação por parte do Ministério da Administração Pública de um relatório com os resultados do recenseamento da função pública e implementação das medidas corretivas relativas aos trabalhadores em situação irregular.	Controlo da massa salarial	Não cumprido	Junho de 2023	Reprogramado para março de 2024
Emissão de uma ordem conjunta do Ministério da Economia e Finanças e do Ministério da Administração Pública para definir os termos de referência do novo recenseamento de funcionários públicos, elaborados de acordo com o parecer do corpo técnico do FMI.	Controlo da massa salarial		Dezembro de 2023	Proposto
Emissão de um despacho ministerial sobre a composição revista do Comité de Tesouraria, incluindo a participação ativa do Ministério das Pescas.	Mobilização de receitas/gestão de tesouraria	Cumprido	Março de 2023	
Estabelecimento de uma interface entre os sistemas do Tesouro, do BCEAO e dos bancos comerciais e classificação das contas bancárias do Estado em função das que devem ser encerradas, mantidas ou integradas na CUT.	Controlo da despesa	Cumprido	Setembro de 2023	
Criação de uma unidade dedicada às operações de gestão de tesouraria e revisão da missão do Comité de Tesouraria para que possa aprovar as previsões de caixa com um horizonte trimestral ou maior.	Gestão de tesouraria	Cumprido	Dezembro de 2023	
Emissão de uma ordem do Primeiro-Ministro no sentido de: i) exigir que a decisão do COTADO seja monitorizada e aprovada permanentemente pelo Primeiro-Ministro; ii) apresentar ao Primeiro-Ministro um relatório trimestral das despesas aprovadas pelo COTADO; e iii) proibir os pagamentos de todas as despesas não relacionadas com salários, salvo se tiverem sido aprovadas pelo COTADO e registadas pela DGO no SIGFIP.	Controlo da despesa		Março de 2024	Proposto
Celebração de contratos públicos para todas as aquisições referentes aos quatro produtos alimentares essenciais (arroz, óleo alimentar, carne e peixe) e ao combustível e obter a aprovação do Ministério das Finanças.	Controlo da despesa/transparência		Março de 2024	
Publicação no sítio Web do Ministério da Economia e Finanças de um relatório que inclui: i) as classificações económicas e administrativas de todas as "outras despesas correntes"; e ii) explicações das maiores despesas realizadas em casos de força maior, para efeitos de soberania e similares.	Transparência		Março de 2024	Proposto
Execução das despesas a partir da CUT, começando com a massa salarial.	Controlo da massa salarial		Junho de 2024	
Revisão dos processos e das metodologias das previsões, melhorando as previsões sobre os fluxos de caixa.	Gestão de tesouraria		Junho de 2025	
<i>Fiscalização das empresas públicas e mitigação dos riscos orçamentais</i>				
Criação por despacho ministerial e implementação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) sob a tutela do MdF para monitorizar e supervisionar as empresas públicas, incluindo os recursos e os poderes adequados ao seu funcionamento.	Fiscalização das empresas públicas	Cumprido	Março de 2023	
Preparação e publicação de relatórios trimestrais e anuais sobre o desempenho das empresas públicas, começando pelas mais relevantes.	Fiscalização das empresas públicas	Cumprido	Junho de 2023/dezembro de 2024	
Conclusão da instalação de 10 000 contadores pré-pagos aos maiores clientes residenciais que utilizam contadores de pós-pagamento.	Fiscalização das empresas públicas/EAGB	Cumprido	Junho de 2023	
Conclusão da instalação de 25 000 adicionais contadores pré-pagos aos maiores clientes residenciais que utilizam contadores de pós-pagamento.	Fiscalização das empresas públicas/EAGB		Dezembro de 2023	
Apresentação ao Primeiro-Ministro e publicaremos um relatório que: i) calibra o impacto económico e financeiro negativo do atraso do projeto "Ring Line"; ii) apresenta os resultados dos testes e das inspeções da linha Antula-Central; e iii) especifica os trabalhos de reparação que o contratante deve realizar.	Fiscalização das empresas públicas/EAGB		Março de 2024	Proposto
Preparação de um relatório com uma estratégia definida para restabelecer a viabilidade financeira da EAGB, incluindo um plano de ação e o restabelecimento de um departamento de contabilidade funcional (para evitar a contratação de terceiros para a preparação das contas).	Fiscalização das empresas públicas/EAGB	Não cumprido	Setembro de 2023	Reprogramado para dezembro de 2024
Conclusão e publicação de um relatório de auditoria ao contrato de aquisição de energia da EAGB e respetivas adendas.	Fiscalização das empresas públicas/transparência fiscal		Dezembro de 2023	

Quadro 2. Guiné-Bissau: Ações prévias e indicadores de referência estruturais (conclusão)

Programa de investimentos públicos

Criação de um ficheiro Excel com uma base de dados sobre o PIP a médio prazo, centralizando todas as informações quantitativas incluídas nas Fichas de Projeto que serão usadas para elaborar e melhorar o PIP, em consonância com a estratégia orçamental de médio prazo e o orçamento anual.

Gestão dos investimentos públicos

Dezembro de 2023

Mobilização de receitas

Aprovação pelo Conselho de Ministros e envio à Assembleia Nacional:

- i) da lei revista sobre o regime geral de isenções; e
- ii) das leis revistas sobre o imposto sobre o rendimento e os impostos de selo.

Reforço do regime fiscal
Reforço do regime fiscal

Cumprido
Junho de 2025

O Ministro das Finanças deverá elaborar um plano de reafetação para reafetar os membros da direção da DGCI, que não foram nomeados através de um processo aberto e competitivo, a outros cargos fora da DGCI.

Mobilização de receitas

Dezembro de 2023
Reprogramado para dezembro de 2024

Proceder à avaliação dos gestores da DGCI com base em indicadores de desempenho e metas quantitativas.

Mobilização de receitas

Junho de 2024
Proposto

Realização de auditorias fiscais a 25 grandes contribuintes selecionados com base no risco e centrando-se na divergência dos montantes de IGV pagos nas alfândegas e incluídos nas declarações de impostos.

Mobilização de receitas

Setembro de 2024
Proposto

Preparação de um relatório com um plano de ação para reforçar a transparência e a eficiência no regime orçamental para a gestão dos recursos naturais.

Mobilização de receitas

Junho de 2024

Combate à corrupção e Estado de direito

Envio novamente à Assembleia Nacional da lei relativa à reforma do Regime de Declaração de Ativos, após as eleições.

Reforço do quadro anticorrupção

Não cumprido
Setembro de 2023
Concluída em outubro de 2023

Emissão de diretrizes para facilitar a aplicação do decreto de 2022 relativo às informações dos beneficiários efetivos dos contratos públicos adjudicados.

Transparência/controlado da despesa

Cumprido
Março de 2023

Emissão de um despacho ministerial a obrigar todas as entidades governamentais a apresentarem um tarifário de taxas e encargos (incluindo taxas dos tribunais e cartórios) em 2023.

Reforço do Estado de direito/gestão de tesouraria

Cumprido
Março de 2023

Publicação no sítio Web do governo de uma lista de todas as taxas e encargos impostos pelos ministérios e instituições governamentais, incluindo taxas dos tribunais e cartórios, no quadro do orçamento de 2024.

Reforço do Estado de direito/gestão de tesouraria

Dezembro de 2023
Proposta de alteração (ver o indicador de ...)

Publicação no sítio Web do governo de uma lista de todas as taxas e encargos impostos pelos ministérios e instituições governamentais, incluindo taxas dos tribunais e cartórios, em vigor em dezembro de 2023.

Reforço do Estado de direito/gestão de tesouraria

Dezembro de 2023

Criação de um sítio Web para o CAJ que inclua uma base de dados sobre a legislação fundamental e informações para aumentar a literacia e a sensibilização jurídicas.

Reforço do Estado de direito

Março de 2024

Proceder à inspeção de todas as casas avaliadas sem pagamento², juntamente com o Ministério das Obras Públicas e a Secretaria Nacional do Património de Estado.

Reforço da governação

Dezembro de 2023

Indicadores de referência estruturais contínuos

Exigir que todas as autorizações de despesas discricionárias sejam aprovadas pelo COTADO e enviar a sua decisão de síntese ao Presidente da República para a sua avaliação *ex post*.

Controlo da despesa

Não cumprido para agosto de 2023
Julho de 2023/contínuo até final de dezembro de 2023
Proposta de alteração (ver o indicador de referência estrutural)

Exigir que todas as autorizações de despesas discricionárias sejam aprovadas pelo COTADO e enviar a sua decisão de síntese ao Primeiro-Ministro para a sua avaliação *ex post*.

Controlo da despesa

Setembro de 2023/contínuo
Proposto, acompanhado mensalmente

Emissão pelo banco da DGTCF de instruções para todo o serviço da dívida externa até à data devida ou, se denominada em FCFA, nas datas especificadas pelo Ministro das Finanças, e enviar as respetivas cópias ao Comité de Tesouraria.

Gestão da dívida

Não cumprido para setembro de
Julho de 2023/contínuo
Acompanhado mensalmente

¹ Relatórios trimestrais e anuais, começando em junho de 2023 e dezembro de 2024, respetivamente.

² Imóveis do Estado ocupados por antigos funcionários públicos, que têm continuado a viver nas casas sem efetuarem quaisquer pagamentos após o final dos seus contratos.

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

Introdução

1. **O presente memorando descreve o acordo estabelecido entre as autoridades da Guiné-Bissau e o Fundo Monetário Internacional (FMI)** com respeito à definição dos critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), bem como os respetivos requisitos de comunicação de informações. Salvo indicação em contrário, todas as metas quantitativas serão avaliadas em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado na Quadro 1 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).

2. **Taxas de câmbio do programa**¹. Para efeitos do programa, os valores expressos em moeda estrangeira, referentes a 2022 e 2023, serão convertidos em moeda local (FCFA) com base nas taxas de câmbio do programa de 622,4 FCFA e 611,4 USD, respetivamente, e nas taxas cruzadas no final de dezembro de 2022 e de 2023.

Critérios de desempenho quantitativos/metras indicativas

A. Total da receita fiscal interna

3. **Definição.** A receita fiscal inclui os impostos diretos e indiretos conforme apresentados no quadro de operações financeiras da administração central.

B. Massa salarial

4. **Definição.** Para efeitos de acompanhamento do programa, a massa salarial inclui: i) as despesas de pessoal, como salários, benefícios, subsídios e gratificações dos funcionários; e ii) 50% das transferências para as embaixadas. Estas definições são aquelas que constam do quadro de operações financeiras da administração central.

C. Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pela administração central

5. **Definição de administração central.** Para efeitos do presente memorando, a administração central inclui a administração central da República da Guiné-Bissau, mas não inclui nenhuma administração local, o banco central nem nenhuma outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída no quadro de operações financeiras do Estado (TOFE).

¹ A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics*.

6. Definição. Todas as formas e maturidades de nova dívida, denominada em outra moeda que não o FCFA, contraída ou garantida pela administração central, e dívida, denominada em FCFA, contraída junto do BOAD. Para efeitos do programa, considera-se que uma dívida é contraída depois de cumpridas todas as condições para a sua entrada em vigor, incluindo a aprovação do Ministro das Finanças². Para este efeito, a nova dívida externa não concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e outras dívidas expressas em FCFA, mas incluirá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o FCFA) detidas no país. Este critério de desempenho quantitativo não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 8 das Diretrizes sobre a Condicionalidade da Dívida Pública nos Acordos com o FMI, anexas à Decisão n.º 16919-(20/103), adotadas em 28 de outubro de 2020, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se deste critério de desempenho quantitativo os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento ou para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Este critério de desempenho quantitativo será aplicado continuamente. Para efeitos do programa, uma “dívida garantida” é uma promessa explícita por parte do setor público de pagar ou proceder ao serviço de uma obrigação de terceiros (que envolva pagamentos em dinheiro ou em espécie).

7. Fatores de ajustamento. O limite máximo relativo à nova dívida externa não concessional, contraída ou garantida pela administração central, será ajustado para cima pelo financiamento não concessional dos seguintes projetos do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD), até aos montantes respetivamente mencionados:

- a. O estabelecimento do Fundo Nacional de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas – até 10 mil milhões de FCFA acumulados durante o período do programa;
- b. A construção do Hospital Geral de Bissau – até 10 mil milhões de FCFA acumulados durante o período do programa;
- c. A construção de estradas urbanas na cidade de Bissau – até 10 mil milhões de FCFA acumulados durante o período do programa³; desde que o limite máximo possa ser ajustado em alta até um montante máximo de 10 mil milhões de FCFA por ano.

8. Concessionalidade. Para efeitos do programa, uma dívida é concessional caso inclua um elemento de donativo de pelo menos 35% calculado da seguinte forma: o elemento de donativo de uma dívida é a diferença entre o valor atual (VA) da dívida e o seu valor nominal, expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida, no momento da sua contração, é calculado descontando os fluxos futuros de pagamentos do serviço da dívida. No caso de dívidas com um elemento de donativo igual ou inferior a zero, o VA será definido como equivalente ao

² A contração de linhas de créditos (que entram em vigor através da sua utilização a qualquer altura) sem calendários de desembolso predefinidos ou com múltiplos desembolsos também será considerada contração de dívida.

³ Estes projetos foram incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2020–2023. Em consulta com os principais parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e o BOAD, não foram encontradas alternativas de financiamento concessional para estes projetos.

valor nominal da dívida. A taxa de desconto aplicada para este efeito é a taxa de desconto unificada de 5% estabelecida na Decisão n.º 15248-(13/97) do Conselho de Administração. Para qualquer dívida com uma taxa de juro variável sob a forma de uma taxa de juro de referência acrescida de um *spread* fixo, o VA da dívida será calculado usando uma taxa de referência do programa acrescida do *spread* fixo (em pontos base) especificado no contrato de dívida. As taxas de referência do programa para a USD SOFR (taxa de financiamento *overnight* garantida em USD) a seis meses e a EURIBOR (taxa interbancária de oferta do euro) a seis meses são 2,73% e 2,0%, respetivamente, e manter-se-ão fixas durante o período de vigência do programa. Quando a taxa variável está indexada a uma taxa de juro de referência que não a USD SOFR a seis meses e a EURIBOR a seis meses, será acrescentado um *spread* para refletir a diferença entre a taxa de juro de referência e a USD SOFR a seis meses.

9. Requisitos de comunicação de informações. O governo informará o corpo técnico do FMI sobre qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo governo, bem como os respetivos termos.

D. Novos atrasados externos da administração central

10. Definição. Para efeitos desta meta quantitativa, os atrasados externos, com base no teste de moeda, são pagamentos do serviço da dívida que deixaram de ser efetuados nas datas de vencimento (tendo em conta os prazos de carência contratuais, se aplicáveis) e que não tenham sido pagos no prazo de 30 dias após essas datas. Os atrasados que não devem ser considerados como tal para efeitos da meta quantitativa (ou seja, atrasados “fora do programa”), são definidos como: i) atrasados acumulados no serviço da dívida externa HIPC antiga para a qual existe um pedido de reescalonamento ou reestruturação; e/ou ii) os montantes objeto de litígio. Para efeitos deste critério de desempenho quantitativo, a definição de administração central consta do parágrafo 5 acima. Este critério de desempenho quantitativo será aplicado continuamente a partir da data de aprovação do acordo da ECF.

E. Novos atrasados internos da administração central

11. Definição. Por atrasados internos entende-se as contas a pagar (*resto a pagar*) denominadas em FCFA acumuladas durante o ano e ainda não saldadas até três meses após o fim do mês, no caso de ordenados e salários (incluindo pensões) e até três meses após as datas de vencimento, no caso de bens, serviços e transferências. Os atrasados internos também incluem os pagamentos do serviço da dívida denominados em FCFA não realizados nas datas de vencimento (tendo em conta os prazos de carência contratuais, caso existam) e que não tenham sido liquidados no prazo de 30 dias após as datas de vencimento, e contas a pagar, denominadas em outras moedas que não o FCFA, que permanecem não pagas três meses após as datas de vencimento. Para efeitos deste critério de desempenho quantitativo, a definição de administração central consta do parágrafo 5 acima.

F. Despesa social e prioritária

12. Definição. As despesas sociais e prioritárias incluem despesas do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, Família e Coesão Social.

G. Saldo primário interno (ótica de compromissos)

13. O déficit orçamental primário interno numa ótica de compromissos é calculado como a diferença entre a receita pública e a despesa primária interna numa ótica de compromissos. A receita pública inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa primária interna é a soma da despesa corrente e das despesas de capital com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros e todas as despesas de capital financiadas por empréstimos ou donativos para projetos. Os compromissos do governo incluem todas as despesas cuja autorização tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado); e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

H. Despesas não titularizadas (DNT)

14. Definição. Qualquer gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Nacional do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

15. Requisitos de comunicação de informações. O governo irá comunicar as despesas não titularizadas continuamente.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Resumo dos requisitos de comunicação de informações

Informação	Frequência	Prazo de reporte	Responsável
<i>Setor orçamental</i>			
Orçamento da Administração Central e respetiva execução	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE ¹ /MF ²
Donativos orçamentais	Trimestral	30 dias após o final do trimestre	DGPEE/MF
Donativos para projetos	Trimestral	30 dias após o final do trimestre	DGPEE/MF
Variação no stock de atrasados internos	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Créditos por liquidar	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Atrasados de juros	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Produto das obrigações emitidas no mercado regional da UEMOA	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Despesa social e prioritária	Trimestral	30 dias após o final do trimestre	DGPEE/MF
Execução dos 30 maiores projetos com financiamento externo ⁴	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Despesa não titulada	Quando ocorrer		DGPEE/MF
Despesas extraorçamentais por motivo de força maior	Quando ocorrer		DGPEE/MF
Estrutura de custos do setor da castanha de caju	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Todas as decisões e atas dos comités técnicos encarregados de determinar as isenções fiscais e os preços de referência aduaneiros	Quando ocorrer		DGPEE/MF
Resultados do recenseamento trimestral das atividades de pesca	Trimestral	45 dias após o final do trimestre	DGPEE/MF
Relatório financeiro da EAGB	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Saldos de tesouraria de todas as contas bancárias do Tesouro	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Todas as instruções bancárias para o serviço da dívida externa	Semanal	7 dias depois de efetuados os pagamentos	DGPEE/MF
<i>Setor real e externo</i>			
Atualizações das contas nacionais anuais por setor	Anual	30 dias após a aprovação	DGPEE/MF
Dados da balança de pagamentos	Anual	30 dias após a aprovação	BCEAO ³
Dados da balança de pagamentos	Trimestral	45 dias após o final do trimestre	BCEAO
Dados comerciais apresentados de forma pormenorizada, incluindo os montantes das receitas e as isenções para cada importação e exportação	Mensal	45 dias após o final do mês	DGPEE/MF
IPC mensal	Mensal	45 dias após o final do mês	DGPEE/MF
<i>Setor da dívida</i>			
Dívida externa e interna e dívida garantida pelo credor	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Desembolsos	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Amortizações mensais	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Pagamentos de juros	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Stock da dívida externa	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Stock da dívida interna	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Atrasados de juros e capital	Quando ocorrer		DGPEE/MF
Financiamento interno excecional	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPEE/MF
Cópias de novos acordos de empréstimo	Quando ocorrer		DGPEE/MF
<i>Setor monetário/financeiro</i>			
Balanço consolidado detalhado dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO
Contas monetárias	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO
Posição líquida detalhada da Administração Central (PNG/PNT)	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO
Indicadores de solidez financeira	Semestral	90 dias após o final do primeiro semestre	BCEAO
Taxas de juro	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO
Taxas de depósito de todos os tipos de depósito nos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO
Taxas de juro de curto e longo prazo dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO

¹ Direção-Geral da previsão e Estudos Económicos.

² Ministério das Finanças.

³ Banco Central dos Estados da África Ocidental.

⁴ Incluindo dados sobre o desembolso de donativos e empréstimos e sobre despesas. Aplicável após setembro de 2023.



GUINÉ-BISSAU

10 de novembro de
2023

TERCEIRA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDOS DE AUMENTO DO ACESSO, DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO, ALTERAÇÃO DE UM CRITÉRIO DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO – ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovada por
Montfort Mlachila e Allison Holland (FMI) e Abebe Adugna e Manuela Francisco (IDA)

Elaborada pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento^{1, 2}

Guiné-Bissau: Análise Conjunta da Sustentabilidade da Dívida Banco Mundial–FMI	
Risco de sobre-endividamento externo	<i>Alto</i> ³
Risco global de sobre-endividamento	<i>Alto</i>
Granularidade na notação do risco	<i>Sustentável</i>
Aplicação de juízos de valor	<i>Não</i>

Os riscos de sobre-endividamento externo e global da Guiné-Bissau permanecem elevados, tal como na Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD) de janeiro de 2023. O valor atual (VA) da dívida pública e com garantia pública (PGP) em relação ao PIB apresenta uma infração prolongada e considerável do seu limiar indicativo, ao passo que também há infrações significativas dos limiares do VA dos rácios dívida externa/exportações e serviço da dívida externa/exportações. Contudo, considerando que: i) o país beneficia das salvaguardas

¹ A ASD anterior data de 13 de janeiro de 2023 (Relatório do FMI n.º 22/87) e acompanhou o pedido de um acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês).

² A ASD compara a evolução dos indicadores do peso da dívida face aos limiares e às referências determinadas previamente pela capacidade de endividamento do país. Com base na atualização do WEO de outubro de 2023 e na Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA, na sigla em inglês) de 2022 do Banco Mundial, o indicador composto da Guiné-Bissau indica que a capacidade de endividamento do país continua fraca (par. 15).

³ A presente ASD observa a [Nota de orientação do FMI e do Banco Mundial para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida para países de baixo rendimento](#), fevereiro de 2018.

da união monetária da UEMOA que preveem o apoio financeiro e técnico por parte das instituições regionais do mercado da dívida e de membros regionais com uma maior capacidade de endividamento; ii) o VA da dívida pública apresenta uma tendência decrescente constante a partir de 2023 no cenário de base; e iii) os indicadores da ASD externa apresentam uma trajetória descendente coerente com a sustentabilidade a médio prazo, a dívida pública é considerada sustentável com um risco elevado de sobre-endividamento.

Esta conclusão depende do contínuo compromisso das autoridades para com um ajustamento orçamental ambicioso, mas viável, que visa trazer o défice orçamental para 3% do PIB até 2025 – um critério de convergência da UEMOA. Este ajustamento orçamental é apoiado pelo acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF). Os riscos incluem um contexto político adverso, reduzida capacidade, um desempenho menos pujante das exportações da castanha de caju, condições financeiras mais restritivas à escala mundial e regional, o aumento dos preços dos produtos alimentares e do petróleo a nível mundial e catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas. As pressões financeiras nas empresas públicas e o elevado nível de crédito malparado poderão gerar passivos contingentes e colocar riscos macrofinanceiros. A tendência descendente dos indicadores da dívida no cenário de base acentuar-se-ia ainda mais com a plena mobilização dos doadores multilaterais e a mudança para obrigações de dívida em condições concessionais. As autoridades também estão a seguir os conselhos do FMI e do Banco Mundial no que toca à melhoria da gestão da dívida, estando igualmente a envidar esforços para resolver os atrasados externos antigos.

COBERTURA DA DÍVIDA

1. O perímetro da dívida pública está limitado à administração central, ao banco central e à dívida com garantia pública.⁴ As limitações de dados impedem a inclusão de outras unidades da administração pública e das empresas públicas (Quadro 1 do texto). A principal fonte de risco do setor empresarial do Estado é a empresa Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB),⁵ cuja dívida garantida está incluída na ASD e cujas dívidas sem garantias públicas, estimadas em 1,2% do PIB em 2022, estão

⁴ Em julho de 2021, o Conselho de Ministros aprovou os decretos relativos à criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento e à organização e funcionamento da Direção da Dívida, o que reforçou a gestão da dívida. As autoridades utilizam o sistema DMFAS de gestão da dívida e análise financeira para registar a dívida externa e procurar começar a integrar a dívida interna no sistema. O primeiro boletim anual da dívida foi publicado em 2021, seguido de uma versão aprimorada em 2022 e 2023, que irá cobrir, em parte, dívida detida por empresas públicas. Além disso, o Banco Mundial levou a cabo uma avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA, na sigla em inglês) em 2021 que identificou as reformas necessárias para reforçar mais a gestão da dívida, sendo que está em curso assistência técnica neste domínio. A Guiné-Bissau continua a receber assistência técnica do FMI e do Banco Mundial para melhorar a comunicação da dívida às bases de dados *International Debt Statistics* (IDS) e *Quarterly External Debt Statistics* (QEDS). Em 2023, o Departamento de Estatística do FMI prestou assistência técnica com o objetivo de apoiar o alargamento da cobertura dos dados e a melhoria dos dados sobre a dívida pública em conformidade com as orientações internacionais.

⁵ A regularização por parte do Governo da dívida da EAGB ascendeu a 6,6 mil milhões de FCFA em 2017, 2,5 mil milhões de FCFA em 2018, 5,9 mil milhões de FCFA em 2019, 3,6 mil milhões de FCFA em 2020 e 5,2 mil milhões de FCFA em 2023. Além disso, o governo prestou garantias sobre empréstimos à EAGB no valor total de 5,6 mil milhões de FCFA em 2020 e de 7,4 mil milhões de FCFA em 2021, no âmbito de acordos de reestruturação do serviço da dívida celebrados com bancos comerciais locais. Em 2022, as garantias ascenderam a 15 mil milhões de FCFA. Estas garantias estão incluídas na ASD.

incluídas no cenário do choque dos passivos contingentes.⁶ Salvo a EAGB, as outras empresas públicas possuem uma quantidade relativamente pequena de dívida não garantida, com base nas poucas informações disponíveis, e não se espera que representem um passivo contingente significativo.

2. A classificação da dívida segue uma abordagem híbrida na qual a dívida ao Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) é classificada como dívida externa e as obrigações emitidas no mercado regional são classificadas como dívida interna. A dívida denominada em franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA) ao BOAD, que ascendia a 11,9% do PIB no final de 2022, é classificada como externa, ao passo que as restantes fontes de dívida seguem uma classificação baseada na moeda. Os títulos do Tesouro emitidos em FCFA no mercado regional continuam a ser tratados como dívida interna para efeitos da presente ASD.⁷ O stock desses títulos do Tesouro (detidos por bancos locais e regionais) no final de 2022 situava-se em 251,4 mil milhões de FCFA, equivalente a 57% da dívida interna ou 23,5% do PIB.

Subsetores do setor público	Caixa de verificação
Administração central	X
Governos regionais e locais	
Outros elementos da administração pública	
d/q: Fundo de segurança social	
d/q: Fundos extraorçamentais	
Garantias (a outras entidades nos setores público e privado, incl. empresas públicas)	X
Banco central (dívida contraída em nome da administração central)	X
Dívida não garantida de empresas públicas	

3. As autoridades procuram obter assistência técnica a longo prazo junto dos parceiros internacionais para melhorar as suas capacidades em termos de registo, monitorização e gestão da dívida global. O Banco Mundial, através das Ações de Desempenho e Política (PPA, na sigla em inglês) ao abrigo da Política de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (SDFP, na sigla em inglês) da Associação Internacional de Desenvolvimento, está a apoiar as autoridades na publicação e expansão do boletim da dívida (exercício financeiro de 2023) e a prestar assistência técnica sobre a gestão da dívida no seguimento da avaliação de desempenho de gestão da dívida (DeMPA) realizada em 2021.⁸ Além disso, o Banco Mundial está a apoiar a EAGB na implementação de um Plano de Melhoria de Gestão e um Plano de Reestruturação Financeira. Ambos os planos possibilitaram uma avaliação mais exata do stock da dívida da empresa no final de 2022. O Departamento de Estatística do FMI levou a cabo duas missões de

⁶ A dívida não garantida da EAGB em 2022 era composta, sobretudo, por faturas por liquidar à empresa fornecedora de energia (Karpower). Com o aumento das receitas da EAGB e a implementação do plano de reembolso do governo, este montante diminuirá de forma significativa no início de 2024. O resto do balanço da EAGB inclui apenas passivos não relacionados com dívida, tais como atrasados à autoridade tributária e à segurança social e antigos empréstimos de retrocessão do Tesouro, que são consolidados fora do perímetro da ASD. A exclusão destes itens explica a redução do stock da dívida sem garantia pública em relação à ASD de janeiro de 2023.

⁷ Em 2022, os bancos locais detinham 8,4% da dívida interna em circulação emitida no mercado regional.

⁸ As PPA previstas para o exercício de 2024 irão contribuir para os esforços das autoridades tendo em vista a melhoria da gestão da dívida, incluindo por via da preparação e publicação de uma Estratégia de Endividamento a Médio Prazo.

assistência técnica durante 2022–23 com o objetivo de ajudar as autoridades a melhorar o registo da dívida e a alargar a cobertura dos dados.

CONTEXTO

4. A dívida pública da Guiné-Bissau subiu para 80,4% do PIB em 2022. Calcula-se que o rácio dívida pública/PIB tenha aumentado 1,6 pontos percentuais face a 2021. Este aumento verificou-se na componente da dívida interna e explica-se sobretudo por um défice orçamental global superior ao previsto, novas garantias públicas concedidas à EAGB e ao reconhecimento de atrasados antigos. A dívida externa diminuiu em 2022 devido a um melhor controlo da contração de empréstimos não concessionais, ao financiamento sob a forma de donativos do Banco Mundial e outros credores multilaterais na qualidade de país com um risco alto de sobre-endividamento, aos menores desembolsos de empréstimos para projetos e ao recurso a financiamento junto do mercado regional interno. O BOAD e o Banco Mundial são os principais credores da dívida externa da Guiné-Bissau (Quadro 2 do texto). Relativamente à dívida interna, o governo tem recorrido a financiamento junto do mercado regional de títulos do Tesouro (Quadro 2 do texto e Quadro do Perfil dos Detentores de Dívida, no Anexo 1). Parte dos recursos obtidos no mercado regional possibilitaram o pagamento de atrasados internos. O stock da dívida também reflete os esforços das autoridades para resolverem os atrasados externos antigos, seguindo o aconselhamento do FMI e do Banco Mundial.

Quadro 2 do texto. Guiné-Bissau: Total da dívida pública

	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
	Efe.	Efe.	Efe.	Proj.	Efe.	Efe.	Efe.	Proj.
	<i>(mil milhões de FCFA)</i>				<i>(em percentagem do PIB)</i>			
Dívida da Administração Central	680,4	753,6	859,2	913,2	77,7	78,8	80,4	76,5
A nível externo	360,1	385,4	419,0	416,7	41,1	40,3	39,2	34,9
Dívida multilateral	282,7	306,0	335,6	337,7	32,3	32,0	31,4	28,3
FMI	15,7	26,4	25,1	32,1	1,8	2,8	2,3	2,7
AID	78,0	100,4	118,0	119,1	8,9	10,5	11,0	10,0
BOAD	138,6	122,0	127,4	118,2	15,8	12,8	11,9	9,9
BAfD	22,5	27,7	33,4	36,2	2,6	2,9	3,1	3,0
Outros (BID, BADEA, IFAD, etc.)	27,8	29,5	31,8	32,2	3,2	3,1	3,0	2,7
Dívida bilateral	77,4	79,4	83,4	79,0	8,8	8,3	7,8	6,6
d/q atrasados antigos ¹	29,5	3,3	3,5	3,4	3,4	0,3	0,3	0,3
Clube de Paris	8,3	5,9	6,1	5,6	1,0	0,6	0,6	0,5
Não pertencentes ao Clube de Paris ²	69,1	73,5	77,3	73,4	7,9	7,7	7,2	6,1
A nível interno	320,4	368,2	440,2	496,4	36,6	38,5	41,2	41,6
Sistema bancário local	162,8	156,7	177,8	177,3	18,6	16,4	16,6	14,8
BCEAO	109,5	130,5	130,0	129,4	12,5	13,6	12,2	10,8
Empréstimos dos bancos comerciais locais	33,2	12,0	26,6	26,6	3,8	1,3	2,5	2,2
Títulos do Tesouro detidos por bancos locais	20,2	14,2	21,2	21,2	2,3	1,5	2,0	1,8
Títulos do Tesouro detidos por bancos regionais	119,9	179,2	230,2	288,0	13,7	18,7	21,5	24,1
Pagamentos em atraso	27,1	18,9	12,2	11,2	3,1	2,0	1,1	0,9
Garantias	10,6	13,5	20,0	20,0	1,2	1,4	1,9	1,7

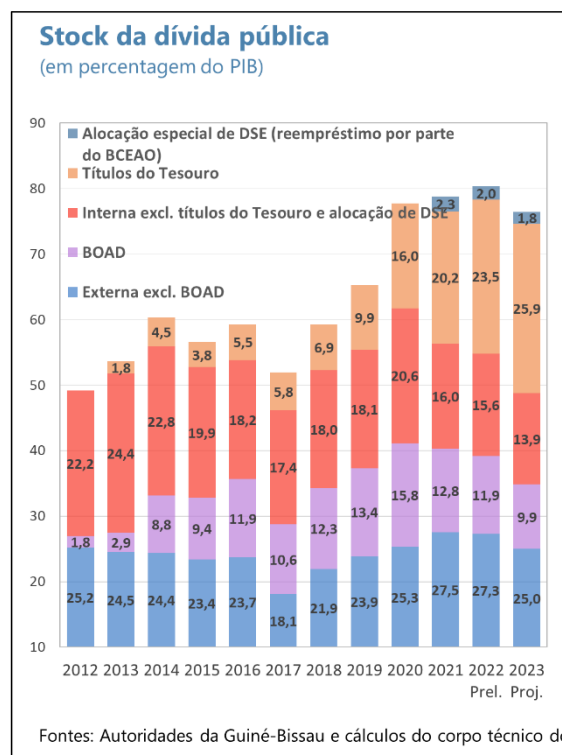
Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os atrasados antigos referem-se ao Brasil, ao Paquistão e à Rússia.

² Não pertencentes ao Clube de Paris: Angola, Exim Bank da Índia, Kuwait, Líbia, Paquistão, Fundo Saudita, Exim Bank de Taiwan, Província da China.

5. A alocação especial de DSE contribuiu para diminuir os custos de financiamento e colmatar o défice de financiamento de 2021 associado à resposta de emergência contra a pandemia.

Em linha com o acordo da UEMOA, o BCEAO procedeu ao reempréstimo da contrapartida da alocação de DSE.⁹ Apesar de ser tratada como dívida interna, a ASD calcula o valor atual do empréstimo para incorporar a sua natureza altamente concessional, o que reduz o seu impacto inicial na avaliação do risco global de sobre-endividamento da ASD.¹⁰ As condições concessionais da operação de retrocessão constituíram uma alternativa a financiamentos mais dispendiosos, como a contração de dívida em condições não concessionais e a emissão de bilhetes do Tesouro no mercado regional da UEMOA. As autoridades utilizaram a maior parte destes recursos para proceder ao reembolso antecipado de dívida não concessional ao BOAD, que vencia no final de 2021 e em 2022.¹¹ A quantia remanescente financiou parte da resposta de emergência à pandemia.



6. As necessidades de financiamento foram essencialmente supridas por um maior recurso ao mercado regional em 2022 (Quadro 2 do texto). A dívida interna da administração central ascendeu a 41,2% do PIB no final de 2022. A maior fonte de financiamento líquido foram os títulos do Tesouro, cujo stock aumentou 3,3 pontos percentuais do PIB entre 2021 e 2022, sendo que a maior parte dos títulos do Tesouro foram comprados por bancos comerciais locais e instituições financeiras da região da UEMOA.

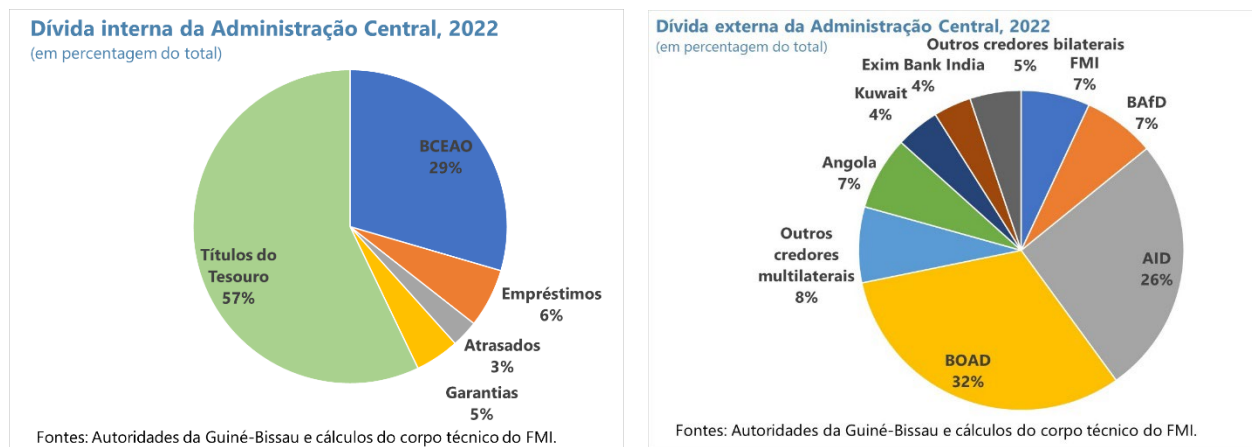
7. O financiamento externo registou um decréscimo em 2022 como resultado do reembolso antecipado de dívida não concessional ao BOAD, da melhoria do controlo do financiamento externo não concessional e dos menores desembolsos de empréstimos para projetos. A dívida ao BOAD diminuiu 0,9 pontos percentuais do PIB em 2022 e o Banco Mundial tem sido a principal fonte de novo financiamento concessional, promovendo grandes projetos regionais de telecomunicações e energia,

⁹A alocação de 27,2 milhões de DSE no final de agosto foi transferida pelo BCEAO como uma operação de recompra de moeda de 21,6 mil milhões de FCFA (2,3% do PIB) com uma maturidade a 20 anos e um único pagamento no final do período. Com uma taxa de juro fixa de 0,05%, esta operação é equivalente a um empréstimo com um elemento de donativo de 62%. Na data de vencimento, esta operação poderá ser renovada por um período de 20 anos a uma taxa de juro indexada à taxa de juro dos DSE.

¹⁰ Em geral, a dívida interna é tratada em termos nominais na ASD.

¹¹ Do montante total, 14,8 mil milhões de FCFA (69%) foram utilizados para proceder ao reembolso de capital ao BOAD que vencia entre setembro de 2021 e dezembro de 2022, enquanto 2 mil milhões de FCFA (9%) foram utilizados para reembolsar antecipadamente os juros ao BOAD que venciam no mesmo período. O montante remanescente, 4,8 mil milhões de FCFA (22%), foi utilizado para financiar despesas relacionadas com a COVID-19.

assim como projetos nacionais para apoiar os transportes rurais.¹² Em conjunto, as instituições multilaterais detinham 80% da dívida externa da Guiné-Bissau no final de 2022. A dívida externa remanescente era de caráter bilateral, sobretudo para com credores não pertencentes ao Clube de Paris. A dívida externa inclui atrasados antigos que as autoridades têm procurado resolver de forma ativa.¹³



8. O serviço da dívida em relação às receitas (excluindo donativos) diminuiu para 64% em 2022, afetado pelo reembolso antecipado ao BOAD em 2021. Além disso, o pagamento de atrasados internos em 2022 representava 5,2% das receitas, sobretudo referentes à regularização de atrasados cruzados devidos aos fornecedores do governo. As autoridades solicitaram no final de 2020 e novamente em 2021 a participação na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês). Mesmo sem qualquer suspensão da dívida, as perspectivas em matéria de sustentabilidade da dívida deverão melhorar mediante o compromisso em: limitar o financiamento não concessional aos níveis acordados ao abrigo dos programas do FMI e às políticas de financiamento não concessional da IDA; e divulgar todos os compromissos financeiros do setor público que impliquem dívida.¹⁴ A materialização dos esforços para reforçar a mobilização das receitas internas, descritos no parágrafo 10, também deverá melhorar o rácio serviço da dívida/receitas a médio prazo.

9. Instituições regionais fortes sustentam a capacidade de gestão da dívida da Guiné-Bissau. As instituições regionais da união monetária da UEMOA, que possuem uma capacidade maior, gerem tanto a dívida emitida pela Guiné-Bissau no mercado regional de títulos do Tesouro (*UMOA-Titres*) como a dívida

¹² O financiamento do Banco Mundial também inclui projetos para apoiar a segurança alimentar, melhorar a prestação dos serviços de saúde, aumentar a qualidade da educação e reforçar as redes de proteção social. Estas operações assumem todas a natureza de donativos em conformidade com a notação de risco da dívida do país.

¹³ A Guiné-Bissau tinha atrasados externos antigos no valor total de 5,7 milhões de USD no final de 2022, com o Brasil, a Rússia e o Paquistão. As autoridades chegaram a acordo com a Rússia para a anulação da dívida (1,5 milhões de USD). As negociações com o Brasil (1,9 milhões de USD) aguardam a aprovação final por parte do Senado brasileiro. Desde novembro de 2021 que têm sido enviados pedidos ao Paquistão numa tentativa de resolver os atrasados externos remanescentes (2,2 milhões de USD). Esta ASD inclui pressupostos de reembolso conservadores que serão revistos quando tiverem sido alcançados os acordos de reescalonamento da dívida.

¹⁴ Relativamente à DSSI, as autoridades recusaram suspender o pequeno serviço da dívida pertinente (0,7% das receitas) e alguns credores não responderam.

detida pelo banco central (BCEAO). Estas duas componentes representam quase 87% da dívida interna da Guiné-Bissau no final de 2022. Além disso, o endividamento da Guiné-Bissau através do mercado de títulos do Tesouro da UEMOA deverá representar uma proporção insignificante do financiamento regional disponível para os oito países nesta união monetária.¹⁵

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

10. As perspectivas de curto prazo apontam para uma recuperação moderada e um crescimento sustentado a médio prazo, mas subsistem riscos de deterioração. As principais alterações face à ASD anterior de janeiro de 2023 (Quadro 3 do texto) incluem uma revisão em baixa do crescimento do PIB real em 2023, uma maior inflação e um agravamento do desequilíbrio externo no curto prazo. Os principais pressupostos macroeconómicos do cenário de base são os seguintes:

- **Crescimento do PIB real.** Após uma forte recuperação do crescimento do PIB na ordem de 6,4% em 2021, o crescimento abrandou para 4,2% em 2022 devido ao atraso nas exportações da castanha de caju, que foi compensado, em parte, por um forte crescimento da produção agrícola e investimentos do setor privado. As projeções para o crescimento do PIB real em 2023 foram revistas em baixa para 4,2%, refletindo o impacto negativo no consumo da diminuição das vendas de castanha de caju.¹⁶ Contudo, o aumento da agricultura de subsistência, impulsionada por uma boa precipitação e um elevado nível de investimentos privados, incluindo no setor da energia, terá um efeito positivo no crescimento. A médio prazo, o crescimento será sustentado pela normalização das exportações da castanha de caju e um contexto político mais estável, sendo que reformas estruturais como a melhoria da gestão das finanças públicas, a mobilização das receitas, o combate à corrupção e o reforço do Estado de direito, e um melhor ambiente de negócios deverão apoiar o crescimento do investimento privado. O crescimento a longo prazo deverá situar-se em 4,1%, em linha com o potencial de crescimento da economia¹⁷, refletindo o impacto das reformas estruturais para reforçar a governação e a eficiência do setor público e para melhorar o ambiente de negócios, incluindo por via de um melhor acesso à eletricidade, o que deverá contribuir para o aumento da produtividade.

¹⁵ A Guiné-Bissau representou apenas 2% do total das emissões regionais em 2022.

¹⁶ As diferenças nas estimativas de crescimento para 2023 entre o *Macro Poverty Outlook* do Banco Mundial para as Reuniões Anuais de 2023 (AM23 MPO; 2,8%) e o WEO (4,2%) decorrem, principalmente, do momento das previsões (o MPO utiliza os dados da primeira metade do ano, ao passo que o WEO utiliza dados mais recentes), assim como dos pressupostos sobre o desenvolvimento do setor da castanha de caju e o contributo da agricultura de subsistência para o crescimento. A taxa de crescimento mais baixa não altera de forma material o resultado da ASD.

¹⁷ Calcula-se que o crescimento potencial se situe em 4,1% com base em técnicas padrão, como o filtro de Hodrick-Prescott Filter e um cálculo utilizando uma função de produção agregada. Estas estimativas baseiam-se em dados históricos sobre os atuais motores da economia: agricultura de subsistência, setor da castanha de caju e comércio.

- Inflação.** A inflação média cifrou-se em 7,9% em 2022, refletindo as pressões sobre os preços dos produtos importados, sobretudo bens alimentares e petróleo. Em 2023, a inflação média deverá atingir 8,0%. Este número é substancialmente mais elevado do que o critério de convergência da UEMOA (3%), refletindo pressões inflacionistas persistentes devido às perturbações na cadeia de abastecimento e à inflação dos produtos alimentares, em especial a escalada dos preços do arroz a nível internacional.¹⁸

Quadro 3 do texto. Guiné-Bissau: Principais projeções macroeconómicas
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	2021	2022 Prel.	2023 Proj.	2024 Proj.	2025 Proj.	2026 Proj.	2027 Proj.	2028 Proj.	Longo prazo ¹
Crescimento do PIB real (em percentagem)									
ASD anterior	6,4	3,5	4,5	5,0	5,0	5,0	5,0	4,5	4,2
ASD atual	6,4	4,2	4,2	5,0	5,0	5,0	5,0	4,5	4,1
Inflação medida pelo IPC (em percentagem)									
ASD anterior	3,3	7,8	5,0	3,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
ASD atual	3,3	7,9	8,0	3,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Saldo orçamental primário									
ASD anterior	-4,0	-4,2	-1,7	-1,0	-0,9	-0,9	-0,8	-0,8	-0,7
ASD atual	-4,3	-4,7	-3,2	-1,0	-0,8	-0,8	-0,7	-1,3	-0,4
Saldo orçamental global (base de compromissos)									
ASD anterior	-5,6	-5,5	-3,9	-3,2	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
ASD atual	-5,9	-6,1	-5,6	-3,5	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-2,9
Receitas fiscais									
ASD anterior	9,8	9,5	9,9	10,2	10,5	10,7	11,0	10,9	12,4
ASD atual	9,8	9,3	9,6	9,7	10,2	10,5	10,8	10,9	12,1
Despesa primária interna									
ASD anterior	14,7	14,9	12,9	12,4	12,6	12,8	12,9	12,9	14,4
ASD atual	14,7	15,0	14,4	13,1	12,3	12,6	12,7	12,8	13,6
Saldo da conta corrente excl. juros									
ASD anterior	-2,1	0,3	-5,2	-3,5	-3,3	-3,2	-3,0	-2,9	-3,1
ASD atual	0,3	-8,9	-7,6	-3,7	-3,7	-3,3	-3,0	-2,8	-2,7
Dívida externa									
ASD anterior ²	40,0	41,2	38,4	36,1	34,1	31,6	29,4	27,8	20,8
ASD atual	40,3	39,2	34,9	33,3	31,6	29,5	27,5	25,9	19,6
Dívida interna									
ASD anterior ²	38,9	39,7	39,8	39,3	38,6	38,6	38,5	39,0	39,8
ASD atual	38,5	41,2	41,6	40,7	40,0	39,9	39,8	39,8	40,5

Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.
¹ A ASD atual abrange o período de 20298-43, e a ASD anterior o período de 2028-42.
² Ajustado com base na reclassificação do BOAD como dívida externa.

- Défice orçamental.** O défice orçamental global agravou-se para 6,1% em 2022. No entanto, o défice orçamental global em 2023 deverá descer para 5,6% do PIB, impulsionado por um nível mais elevado de receitas e de apoio orçamental. Mais concretamente, o valor das receitas fiscais arrecadadas pela Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) superou em 1,3 mil milhões de FCFA a meta definida para junho de 2023, excluindo os impostos relacionados com a castanha de caju. A profissionalização da DGCI através da reafetação dos administradores não qualificados e a execução do plano de reformas irão reforçar esta tendência positiva. Além disso, as despesas com a massa salarial deverão registar uma descida de 11% em termos nominais, passando de 6,2% do PIB para 4,9%, à medida que o novo governo continua a apoiar as medidas corretivas em curso, incluindo o congelamento total das novas contratações, o limite máximo às despesas salariais dos principais ministérios e a redução dos cargos de conselheiro nos principais gabinetes.¹⁹ Aproveitando o efeito catalisador do acordo ao abrigo da ECF, prevê-se que o apoio orçamental seja maior, sustentado por doadores bilaterais e multilaterais.
- A médio prazo, o défice global deverá convergir para a meta regional da UEMOA (3% do PIB) até 2025. Em consonância com o compromisso das autoridades para consolidar e melhorar a sustentabilidade

¹⁸ O FCFA da UEMOA está indexado ao euro, que deverá valorizar 3,3% em relação ao dólar dos Estados Unidos em 2023.

¹⁹ Foram reduzidos cerca de 51 postos de trabalho na Presidência, no Gabinete do Primeiro-Ministro, na Presidência da Assembleia Nacional, nas Presidências do Supremo Tribunal e do Tribunal de Contas e no Gabinete do Procurador-Geral.

da dívida, prevê-se um ajustamento médio anual de 0,9 pontos percentuais do PIB no saldo primário interno (em base de compromisso) ao longo de três anos (2023-26).²⁰ Uma consolidação orçamental equilibrada, duradoura e favorável ao crescimento seria apoiada pelas medidas seguintes:

- **Aumento da mobilização de receitas.** As receitas fiscais deverão subir 0,9 pontos percentuais entre 2023 e 2026. As medidas para aumentar a mobilização das receitas fiscais cobrem tanto reformas da administração das receitas como da política fiscal, incluindo o alargamento da base fiscal, a simplificação do sistema fiscal e o reforço da administração e do cumprimento fiscal. Para acelerar ainda mais a mobilização de receitas e modernizar o regime fiscal, as autoridades irão continuar a fomentar a profissionalização da DGCI, simplificar as isenções fiscais para bens importados e enviar para a Assembleia Nacional a lei revista sobre o Regime Geral de Isenções (indicador de referência estrutural (IRE), final de dezembro de 2023) e as leis revistas sobre o imposto sobre o rendimento e os impostos de selo (IRE, final de junho de 2025). Também irão implementar a nova Lei do IVA e os planos de ação para melhorar a administração aduaneira e tributária, com o apoio da assistência técnica (AT) do FMI.²¹ A execução fiscal tem sido um dos elos mais fracos da DGCI. Dos 149 grandes contribuintes, apenas 9 foram auditados na primeira metade de 2023, sendo que os montantes recuperados foram poucos. Além disso, não foi realizada qualquer auditoria no período julho–setembro. As autoridades vão reativar o programa de auditorias fiscais, começando por auditar os 50 maiores contribuintes. Tendo em vista a melhoria da geração de receitas dos recursos naturais e a transparência das mesmas, as autoridades irão elaborar um plano de ação para criar um registo dos detentores de direitos sobre os recursos e irão levar a cabo um diagnóstico do regime fiscal aplicável aos recursos naturais (IRE, final de junho de 2024) com a assistência técnica do FMI.
- **Reforço da GFP e do controlo da despesa.** O governo está empenhado em diminuir em cerca de 1,8 pontos percentuais do PIB as despesas primárias internas entre 2023 e 2026, dos quais 0,2 pontos percentuais serão obtidos por via de medidas de gestão da massa salarial. Em 2024, a significativa consolidação orçamental reflete uma combinação de mobilização de receitas, controlo da massa salarial e racionalização das despesas discricionárias, incluindo as despesas extraordinárias incorridas em 2023. A missão de 2022 do FAD sobre a gestão da massa salarial apresentou mais opções de reforma para a gestão da massa salarial, protegendo, ao mesmo tempo, as despesas sociais prioritárias.²² O governo adotou uma série de medidas corretivas desde 2022 para fazer face a eventuais derrapagens orçamentais.²³ O governo também tomou medidas complementares de

²⁰ O saldo primário interno exclui donativos e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

²¹ Para mais informações sobre a reforma do IVA, consultar [Relatório do FMI n.º 22/196, Anexo IV](#).

²² A poupança orçamental prevista com o controlo da massa salarial e da despesa é de cerca de 1,9% do PIB até 2027.

²³ Estas medidas incluíram: i) o despedimento de trabalhadores irregulares; ii) o total congelamento das contratações; iii) a introdução de um limite máximo às despesas salariais dos principais ministérios; iv) um inventário completo dos equipamentos da saúde e educação para avaliar as necessidades de pessoal e identificar trabalhadores irregulares; v) a emissão de um novo decreto que estipula que todos os contratos devem ser executados submetendo as vagas autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social e o Ministério das

contenção das despesas em 2023, incluindo um novo recenseamento da administração pública e a redistribuição da carga de trabalho dos funcionários no Ministério da Educação – o ministério com o maior número de funcionários públicos. As autoridades irão melhorar o novo processo de recenseamento exigindo aos ministérios setoriais que validem e aprovelem os resultados do recenseamento. Após o projeto piloto no Ministério da Economia e Finanças (MdEF), também serão colocados dispositivos biométricos nos ministérios setoriais que participam no novo recenseamento. Além disso, as autoridades reforçaram os controles da despesa mediante a reintrodução do processo de controlo dos compromissos. Mais concretamente, o Comité Técnico de Arbitragem das Despesas Orçamentais (COTADO), que retomou as suas atividades em setembro de 2023, controla estritamente todos os compromissos de despesas discricionárias e as suas decisões são escrutinadas pelos mais altos níveis do governo com vista a dar respaldo político. As autoridades levaram a cabo reformas para reconciliar os registos do pessoal e da folha de pagamentos²⁴, reforçar a função de gestão de tesouraria e caixa com a implementação da Conta Única do Tesouro (CUT) e executar despesas a partir da CUT, começando com a massa salarial.

- **Melhoria da fiscalização das empresas públicas e mitigação dos riscos orçamentais.** A missão de AT do FMI sobre a supervisão e os riscos orçamentais das empresas públicas identificou a EAGB como a principal fonte de riscos orçamentais.²⁵ Para atenuar os riscos orçamentais eminentes, a EAGB concluiu em apenas cinco meses a instalação de 32 700 contadores de energia pré-pagos, o que fez com que as receitas mensais subissem de 1,5 mil milhões para 1,9 mil milhões de FCFA. A EAGB tem estado em dia com os seus pagamentos à Karpower desde abril de 2023 e vai adquirir mais 40 000 contadores pré-pagos, a fim de cobrir a maioria dos clientes residenciais que têm contadores pós-pagos. O projeto OMVG, que liga Bissau a uma central hidroelétrica na Guiné-Conacri, está praticamente concluído e irá reduzir de forma considerável os custos de aquisição de energia. Contudo, será necessário um período de transição antes de mudar a fonte de energia da Karpower para o OMVG, porque o projeto “Ring Line” financiado pelo BAfD ainda não finalizou a linha de transmissão que liga o terminal da OMVG à rede de distribuição. Entretanto, o governo continuará a renegociar com a Karpower. O Tribunal de Contas tem registado avanços na auditoria aos contratos de aquisição de energia e respetivas adendas. O governo continuará a exigir a prestação de contas por quaisquer irregularidades no processo de adenda ao contrato após terminar o fornecimento de energia da Karpower.

Finanças; e vi) a eliminação de dois terços dos cargos de conselheiro da Presidência, do Gabinete do Primeiro-Ministro, da Presidência da Assembleia Nacional e das Presidências dos Tribunais Constitucional e de Contas.

²⁴ Tal será apoiado pela implementação da solução baseada na tecnologia de blockchain apoiada pelo FMI. A conceção de soluções de blockchain estará estreitamente interligada com as reformas em matéria de governação.

²⁵ As outras empresas públicas são a Administração dos Portos da Guiné-Bissau (APGB); a Autoridade de Aviação Civil da Guiné-Bissau (AACGB); e a Empresa Nacional de Pesquisa e Exploração Petrolífera da Guiné-Bissau (PetroGuin). As suas dívidas garantidas estão incluídas na ASD e o montante de dívida não garantida é insignificante. Por exemplo, para além da dívida garantida, o balanço da APGB em 2021 só tinha passivos não relacionados com dívida (atrasados fiscais e contas a pagar não verificadas).

- **Salvaguardar as despesas sociais e prioritárias, bem como o investimento.** As autoridades estão empenhadas em salvaguardar as despesas sociais e prioritárias, bem como o investimento público a médio prazo. Durante 2023–28, as despesas sociais e prioritárias deverão subir 0,6 pontos percentuais do PIB por comparação com o período anterior à COVID-19 (2010–19). O investimento público deverá situar-se, em média, em 7,3% do PIB ao ano durante o período 2023–28, 1,4 pontos percentuais acima do valor registado no período anterior à COVID-19 (2010–19). Em especial, prevê-se que as despesas de investimento financiadas com recursos internos sejam superiores à média histórica, impulsionadas pelo espaço orçamental criado.

11. Déficit da conta corrente. O déficit da conta corrente (excluindo juros) cifrou-se em 8,9% do PIB em 2022 e deverá diminuir para 7,6% do PIB em 2023, sendo que deverá manter-se num nível superior ao previsto na ASD anterior. A recente deterioração da conta corrente reflete, essencialmente, choques significativos nos termos de troca decorrentes da descida dos preços da castanha de caju a nível internacional, o que afetou negativamente a campanha de 2023 e causou atrasos substanciais nas exportações, assim como o aumento dos preços dos produtos alimentares importados e dos combustíveis, em especial devido à escalada dos preços do arroz a nível internacional em virtude dos choques na oferta e das restrições às exportações de arroz impostas no Sul da Ásia. A médio prazo, o déficit da conta corrente deverá registar uma melhoria gradual devido à consolidação orçamental sustentada e a termos de troca mais favoráveis.

12. A dívida pública em relação ao PIB deverá diminuir 3,9 pontos percentuais em 2023 devido a um menor déficit orçamental, à valorização da moeda nacional e a um maior PIB nominal. O stock da dívida interna deverá aumentar 0,4 pontos percentuais do PIB face a 2022. As autoridades continuarão a procurar financiar-se através da emissão de bilhetes do Tesouro. Como resultado, o stock de títulos do Tesouro (detidos por bancos comerciais locais e regionais) deverá aumentar 2,4 pontos percentuais do PIB. Em sentido contrário, o stock de outras fontes de dívida interna deverá diminuir em 2023. A dívida ao banco central regional (BCEAO), os empréstimos junto de bancos comerciais locais e os atrasados internos deverão, em conjunto, cair 0,5 pontos percentuais do PIB. O stock da dívida externa deverá registar uma diminuição de 4,3 pontos percentuais do PIB, impulsionada por um calendário de reembolso da dívida concentrado em 2023, em especial a dívida ao BOAD, e um efeito de reavaliação da moeda nacional mais forte.

Quadro 4 do texto. Guiné-Bissau: Plano de financiamento

Dívida externa PGP contraída ou garantida	Volume de nova dívida ¹		Valor atual da nova dívida ¹	
	2023 (em milhões de USD)	20242 (em milhões de USD)	2023 (em milhões de USD)	20242 (em milhões de USD)
Fontes de financiamento da dívida	32,7	38,9	21,2	26,4
Dívida concessional ³	32,7	38,9	21,2	26,4
Dívida multilateral	32,7	38,9	21,2	26,4
Utilizações do financiamento da dívida	32,7	38,9	21,2	26,4
Infraestrutura urbana	12,3	14,2	8,0	9,7
Agricultura	20,4	27,7	13,2	16,8

Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Contratação e garantia de nova dívida, excl. o FMI. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do

2/ Dados preliminares.

3/ Dívida com um elemento concessional de, pelo menos, 35%.

REALISMO DOS PRESSUPOSTOS DO CENÁRIO DE BASE

13. A ASD presume que as autoridades irão implementar uma estratégia de endividamento prudente e, no que respeita aos empréstimos relacionados com investimentos a médio prazo, deverão dar prioridade ao financiamento em condições concessionais. A estratégia de consolidação orçamental ao abrigo da ECF deverá limitar a contração de novos empréstimos. Calcula-se que os desembolsos para projetos anuais, em termos brutos (incluindo empréstimos e donativos), financiem entre 60% e 72% das despesas de investimento, que deverão cifrar-se, em média, em 5,1% do PIB nos próximos cinco anos, devido à baixa capacidade de absorção. No médio prazo, em linha com a política do governo que visa dar prioridade ao financiamento de baixo custo, os credores multilaterais deverão conceder sobretudo financiamento para projetos sob a forma de donativos ou empréstimos em condições concessionais. A percentagem dos créditos concedidos pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento no total da dívida pública externa está estimada em 42% em 2022. Embora o peso de todos os credores multilaterais no total da dívida pública externa seja relativamente elevado (80% em 2022), a dependência até à data de empréstimos não concessionais junto do BOAD, que é o maior detentor de dívida pública externa, irá diminuir consideravelmente a médio prazo. O Banco Mundial e o FMI apoiarão, por via de assistência técnica, as autoridades na elaboração de uma estratégia de endividamento de médio prazo. O endividamento junto do BOAD deverá registar uma diminuição significativa em virtude do facto do calendário de reembolso da dívida estar concentrado no período 2023–2025. O cenário de base presume uma melhoria do planeamento e da execução dos investimentos a fim de garantir uma boa utilização dos recursos e um melhor alinhamento com o processo orçamental. Os títulos do Tesouro com maturidades maiores (3,8 anos em média) deverão suprir a maioria das necessidades de financiamento não relacionadas com investimentos a médio prazo (a partir de 2024), assim ajudando a mitigar os riscos de refinanciamento. Em 2023, as taxas de juro deverão subir para 8,0% para as obrigações com maturidades entre 1 e 3 anos e para 8,3% para as obrigações com maturidades entre 4 e 7 anos. Estas taxas de juro refletem o recente endurecimento das condições financeiras na UEMOA.²⁶

14. O cenário macroeconómico é, em geral, realista. O défice da conta corrente (excluindo juros) em 2023–27 deverá contribuir para a acumulação de dívida externa, em linha com as dinâmicas da dívida ao longo dos cinco anos anteriores. Este vetor da dívida deverá ser compensado por um crescimento sustentado, um maior recurso aos donativos já comprometidos (captados no valor residual dos vetores da dinâmica da dívida na Figura 3)²⁷ e uma inflação superior às expectativas. Pressupõe-se que os doadores multilaterais darão prioridade a desembolsos de donativos tendo em conta a fragilidade estrutural do país, as suas grandes necessidades de desenvolvimento e o acesso limitado a fontes alternativas de

²⁶ Além disso, as taxas de juro para os bilhetes do Tesouro de curto prazo deverão aumentar para 7,7% em 2023, 7,0% em 2024 e 6% a partir de 2025. Calcula-se que as obrigações a longo prazo (4-7 anos) financiem mais de 50% do défice de financiamento no médio prazo (2023-2025), seguidas pelas obrigações a médio prazo (1-3 anos) que representam 32% do financiamento.

²⁷ Relativamente ao período 2018-2022, a reclassificação da dívida do BOAD de interna para externa é responsável pelo grande aumento não explicado da dívida externa (Figura 3). Para o horizonte de previsão a 5 anos, o residual também é afetado pelo financiamento a partir de títulos do Tesouro no mercado regional, que são considerados dívida interna na ASD, mas representam significativas entradas de capital na conta financeira.

financiamento. A consolidação orçamental e as melhorias em matéria de governação também deverão contribuir para uma maior captação de donativos.

15. As dinâmicas da dívida pública total são dominadas pela evolução do saldo orçamental primário e do crescimento do PIB real. Ambos os fatores deverão ter um maior efeito de contenção da dívida do que no passado, devido ao maior compromisso das autoridades para com as reformas orçamentais e de governação, assim como devido a um ambiente político estável mais propício ao crescimento. O ajustamento projetado a três anos no défice primário é um pouco maior do que o percentil 25 observado nos dados históricos dos países de baixo rendimento (PBR) com programas apoiados pelo FMI (Figura 4), o que é coerente com o compromisso das autoridades para com a prossecução da consolidação orçamental durante o programa financeiro do FMI. Porém, os resultados orçamentais reais tendem a ser altamente voláteis na Guiné-Bissau.²⁸ O crescimento do PIB real deverá situar-se em 4,2% em 2023 em linha com um multiplicador orçamental baixo (Figura 4,2), como presumido por um elevado conteúdo de importações da despesa pública e evidenciado por uma correlação praticamente inexistente entre o crescimento do PIB real e as variações no saldo primário orçamental desde 2010.

CLASSIFICAÇÃO DO PAÍS E DETERMINAÇÃO DOS CENÁRIOS DO TESTE DE ESFORÇO

16. Considera-se que a Guiné-Bissau tem uma fraca capacidade de endividamento, uma avaliação que permanece inalterada desde a ASD de janeiro de 2023. A classificação do indicador composto para a Guiné-Bissau é de 2,55, com base nos indicadores macroeconómicos do WEO de outubro de 2023 e da Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) de 2022 do Banco Mundial (Quadro 5 do texto). Esta classificação fica aquém do limiar mínimo de 2,69, assim resultando numa fraca capacidade de endividamento.

²⁸ Os anteriores erros de previsão da dívida explicam-se sobretudo por alterações inesperadas no défice primário decorrentes das campanhas da castanha de caju, do impacto da instabilidade política na implementação das reformas e de grandes investimentos. A fragilidade estrutural do país explica a grande diferença nas variações inesperadas na dívida por comparação com outros PBR. Tendo em conta os esforços de diversificação económica, a estabilidade política recente e os compromissos das autoridades para com a implementação das reformas, os erros de previsões deverão ser menores no futuro. Relativamente ao período 2018-2022, os residuais também contribuíram bastante para um aumento inesperado na dívida pública (Figura 3). Os anos de 2018 e 2020 representam a maior parte destes residuais. Cerca de três quartos dos residuais são explicados pela dívida externa não contabilizada, novas garantias, e a reclassificação da dívida ao BOAD e direitos de membro. É provável que a maioria destes fatores não se volte a repetir.

Quadro 5 do texto. Guiné-Bissau: Cálculo do Índice IC

Componentes	Coefficientes (A)	Valores médios a 10 anos (B)	Componentes da classificação do IC (A*B) = (C)	Contribuição das componentes
CPIA	0,385	2,503	0,96	38%
Taxa de crescimento real (em %)	2,719	4,486	0,12	5%
Cobertura de importação de reservas (em %)	4,052	39,591	1,60	63%
Cobertura de importação de reservas^2 (em %)	-3,990	15,674	-0,63	-25%
Remessas (em %)	2,022	4,69	0,09	4%
Crescimento económico mundial (em %)	13,520	2,889	0,39	15%
Classificação do IC			2,55	100%
Notação do IC			Fraca	

17. A magnitude do choque combinado dos passivos contingentes é normal (Quadro 6 do texto). Esta ASD aplica um teste de esforço com um choque adicional dos passivos contingentes de 5,2% do PIB, em vez dos valores padrão.²⁹ O aumento no choque capta sobretudo os potenciais passivos relacionados com as eventuais necessidades de recapitalização de um banco sistémico que não cumpre os requisitos mínimos de capital da UEMOA. O choque reflete igualmente os potenciais custos orçamentais derivados das perdas operacionais da empresa de eletricidade (EAGB), dos passivos contingentes associados ao aumento das garantias públicas e da possibilidade do stock dos atrasados internos ser superior àquele que já está incluído no stock da dívida (1,1% do PIB no final de 2022).³⁰ A estimativa atual baseia-se em auditorias que ainda carecem de validação pelas autoridades. As autoridades solicitaram apoio ao Banco Mundial para finalizar estas auditorias.

Quadro 6 do texto. Guiné-Bissau: Choque combinado dos passivos contingentes

1 A cobertura de dívida pública do país	Administração central, banco central e dívida com garantia pública		
	Incumprimento	Utilizado para a análise	Razões para desvios às definições padrão
2 Outros elementos da administração pública não captados em 1.	0 percentagem do PIB	0	
3 Dívida de empresas públicas (garantida e não garantida pelo governo) 1/	2 percentagem do PIB	3,2	Aumentou de 2 para 3,2 para refletir a dívida não garantida da EAGB (1,2%) e os potenciais atrasados internos (2%).
4 PPP	percentagem do stock 35 de PPP	0	
5 Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo)	5 percentagem do PIB	7	Aumentou 2% para refletir os potenciais passivos relacionados com as necessidades de recapitalização do banco.
Total (2+3+4+5) (em percentagem do PIB)		10,2	

1/ O choque padrão de 2% do PIB será acionado no caso de países cuja dívida com garantia pública não seja totalmente capturada pela definição de dívida pública do país (1). Se já estiver incluída na dívida do governo (1) e os riscos associados à dívida das empresas públicas sem garantia pública forem avaliados como negligenciáveis, uma equipa do país poderá reduzir este valor para 0%.

²⁹ Desagregação dos choques: recapitalização bancária (2%), dívida da EAGB (1,2%) e potenciais atrasados internos (2%).

³⁰ Estes atrasados a fornecedores, que estão pendentes há várias décadas, necessitaram de um longo processo de auditoria e verificação. As autoridades estão a envidar esforços para delinear estratégias para liquidar em tempo oportuno os atrasados num futuro próximo.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

A. Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa

18. O risco de sobre-endividamento externo da Guiné-Bissau permanece elevado, tal como na ASD de janeiro de 2023. O indicador dívida externa/PIB com base nos rácios ao VA mantém-se abaixo dos limiares indicativos relevantes ao longo do período de projeção (2023-43) no cenário de base. Contudo, o VA do rácio da dívida/exportações mantém-se acima do limiar até 2027, o que representa uma deterioração face à anterior ASD. O indicador dívida/receitas regista uma melhoria ligeira, mas o rácio serviço da dívida/exportações assinala uma deterioração considerável face à ASD de janeiro de 2023 devido aos efeitos prolongados do recente choque negativo das exportações da castanha de caju. Tal como na ASD anterior, os indicadores ultrapassam os limites indicativos no cenário de base, o que implica uma notação mecânica de risco “elevado” (Figura 1 e Quadro 3).³¹ Posto isto, como a Guiné-Bissau faz parte de uma união monetária que agrega as reservas cambiais, o impacto efetivo destes indicadores é algo limitado.

19. Foi concebido um teste de esforço aplicando um choque adverso nos preços das matérias-primas a fim de refletir a vulnerabilidade da Guiné-Bissau às flutuações do preço da castanha de caju. A análise mostra as perspetivas da sustentabilidade da dívida após uma hipotética queda de 25% nos preços de exportação da castanha de caju no primeiro ano da projeção (Figura 1). Este teste de esforço baseia-se na volatilidade histórica do preço da castanha de caju.³²

B. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública

20. O risco global de sobre-endividamento da Guiné-Bissau é considerado elevado. O rácio VA da dívida pública/PIB continua acima do seu limiar indicativo (35%) até 2033, o que constitui uma infração substancial e prolongada (Quadro 4 e Figura 2).³³ Além disso, o serviço da dívida em percentagem das receitas e dos donativos sobe para 88% em 2028 afetado pela necessidade de refinar a dispendiosa dívida de curto prazo contraída no mercado regional e, depois, entra numa trajetória descendente chegando a 54% em 2033. Não obstante as melhorias esperadas em termos de receitas e os esforços das autoridades para mudarem para financiamento concessional, prevê-se este aumento devido à futura maior amortização da dívida existente no médio prazo.

³¹ Para o choque padrão das exportações, o crescimento nominal das exportações é fixado de acordo com a sua média histórica (5,5%) menos um desvio padrão (DP) de 0,5 em vez de um DP de 1 (parâmetro padrão, que equivale a 28% na Guiné-Bissau). Isto reflete o facto de que o desvio padrão diferido a 10 anos do crescimento das exportações (excluindo o choque da COVID em 2020) é metade do desvio padrão histórico. Este cenário resulta numa queda anual de 8,6% nas exportações tanto em 2024 como em 2025 (por oposição a um crescimento médio de 5,8% das exportações no cenário de base).

³² Nos últimos 10 anos, um choque de 25% é aproximadamente um desvio padrão do preço da castanha de caju.

³³ No choque mais extremo (preço das matérias-primas), (equivalente a um choque de 1 DP no preço da castanha de caju) o VA do rácio dívida/PIB aumenta para 74% em 2033 e o VA do rácio dívida/receitas aumenta para 469% em 2026. O impacto do choque mais extremo no rácio serviço da dívida/receitas resulta num aumento deste rácio de 55% em 2023 para 112% em 2028.

21. A sustentabilidade da dívida pública está vulnerável a um choque dos preços das matérias-primas. Após uma queda de 25% nos preços da castanha de caju, o rácio VA da dívida/PIB chega a 73% em 2031 estabilizando neste valor, ao passo que o rácio serviço da dívida/receitas atinge 112% em 2028 antes de estabilizar em torno de 81%.

CONCLUSÕES

22. A dívida pública é considerada sustentável com base, por um lado, no compromisso das autoridades para com a consolidação orçamental com vista ao respeito do critério de convergência do défice da UEMOA e, por outro lado, no apoio prestado pelas instituições regionais com forte capacidade para ajudar a gerir a dívida. Os indicadores do peso da dívida externa da Guiné-Bissau são coerentes com a sustentabilidade, na medida em que seguem uma trajetória descendente a médio prazo, mas o valor atual do rácio da dívida pública total/PIB e os indicadores baseados nos rácios dívida externa/serviço da dívida apresentam grandes e prolongadas infrações das referências indicativas e do limiar, respetivamente. Contudo, o país beneficia do apoio financeiro e técnico das instituições e dos mercados da dívida regionais e dos maiores membros da união monetária regional com maior capacidade de endividamento. O contexto favorável da UEMOA reforça a capacidade de endividamento interno/regional do país para além daquilo que é captado pelo indicador composto padrão. Ponderando todos estes aspetos, conclui-se que a dívida pública da Guiné-Bissau é sustentável, mas depende dos compromissos das autoridades para com políticas sólidas no contexto das suas relações com o FMI e outros parceiros de desenvolvimento. Estas relações devem assegurar a existência de políticas que colocariam a dívida numa trajetória descendente robusta.

23. No cenário de base do corpo técnico, a dívida pública da Guiné-Bissau mantém-se numa trajetória sustentável, com o peso da dívida pública total a ficar abaixo do critério de convergência regional de 70% em 2026. Se a agenda de políticas for executada com êxito e salvo um choque externo inesperado, a dívida pública total cairia de 80,4% do PIB no final de 2022 (segundo as estimativas) para 65,7% do PIB até 2028.

24. Um programa apoiado pelo FMI e uma forte mobilização dos doadores multilaterais irão sustentar as medidas de políticas necessárias para concretizar as projeções do cenário de base. As principais medidas de políticas incluem: i) a prossecução dos esforços de consolidação orçamental, incluindo medidas de aumento das receitas, contenção da despesa corrente a um nível abaixo do crescimento nominal do PIB, uma redução acentuada da massa salarial e a implementação de reformas geradoras de crescimento; ii) políticas prudentes de endividamento, inclusive evitando financiamentos para projetos em condições não concessionais; iii) reforço da gestão da dívida, com uma compilação e monitorização mais rigorosas das estatísticas da dívida, procedimentos melhorados e publicação regular de relatórios sobre a dívida a fim de aumentar a transparência; e iv) melhor gestão da carteira de empréstimos existentes e aplicação de reconhecidos procedimentos de avaliação para assegurar a criticidade dos projetos de investimento. As dinâmicas da dívida no cenário de base podem melhorar mais com a plena mobilização dos doadores conduzindo i) a um aumento substancial dos donativos de instituições multilaterais e ii) a uma reformulação do perfil das obrigações da dívida selecionadas a fim de

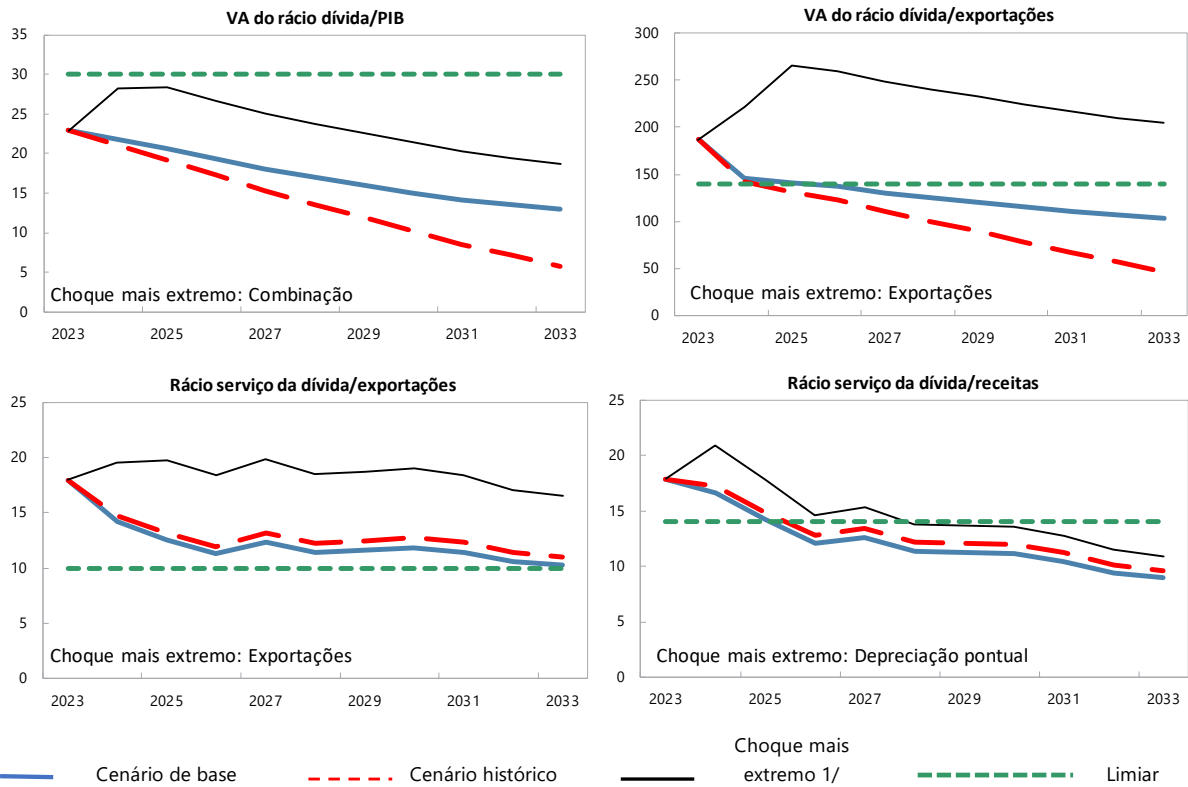
prolongar as maturidades e reduzir as taxas de juro, quando as condições de financiamento forem favoráveis.

25. O cenário de base apresenta riscos de deterioração consideráveis. É necessário um compromisso político forte e sustentado para levar a cabo o ajustamento orçamental a médio prazo incorporado nesta ASD. As perspetivas da dívida continuam extremamente vulneráveis a uma recuperação económica mais ténue, assim como à materialização de passivos contingentes inesperados. Desde a ASD de janeiro de 2023 intensificaram-se os riscos de uma deterioração das perspetivas mundiais. Um maior endurecimento das condições financeiras no mercado obrigacionista regional, um enfraquecimento da procura global e a continuação das pressões cambiais constituem riscos para a sustentabilidade da dívida. Caso se concretizem, estes riscos poderiam resultar em indicadores do peso da dívida pública e externa mais elevados e aumentar o risco de acumulação de atrasados. Os riscos também decorrem do desempenho decepcionante das exportações da castanha de caju devido à descida dos preços ou a fenómenos climáticos, dos elevados preços internacionais dos bens alimentares e do petróleo, incluindo as consequências de uma longa crise de segurança política na Europa e no Médio Oriente, e de catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas. As pressões financeiras nas empresas públicas poderão gerar passivos contingentes, acentuando as pressões orçamentais. Em caso de materialização destes riscos, poderá registar-se um aumento das tensões sociais, o que, por seu turno, poderá condicionar o ajustamento orçamental e aumentar as vulnerabilidades da dívida.

OPINIÃO DAS AUTORIDADES

26. As autoridades subscrevem, em larga medida, as opiniões do corpo técnico sobre a sustentabilidade da dívida e as suas recomendações. Concordam que a sustentabilidade da dívida depende fundamentalmente de políticas macroeconómicas sólidas, incluindo a consolidação orçamental prevista durante o programa. Reafirmaram: i) o seu compromisso para com a trajetória orçamental e as reformas acordadas, recorrendo a empréstimos concessionais e ii) a necessidade de calibrar, cuidadosamente, o financiamento do plano de investimentos públicos e selecionar projetos de investimento que contribuam de forma significativa para o crescimento e estejam alinhados com as metas orçamentais, realçando ainda a necessidade de uma melhor coordenação entre as diferentes entidades envolvidas no Comité da Dívida. As autoridades reconhecem os riscos para as perspetivas da dívida e esperam que o desempenho satisfatório ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) contribua para atenuar o elevado risco de sobre-endividamento do país.

Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2023–33¹



Personalização da configuração padrão		
	Dimensão	Interações
Testes padronizados	Sim	
Teste de esforço adaptado		
PC combinados	Sim	
Catástrofe natural	n.d.	n.d.
Preços das matérias-primas	Sim	Sim
Financiamento de mercado	n.d.	n.d.

Nota: "Sim" indica qualquer mudança na dimensão ou nas interações das configurações padrão dos testes de esforço. "n.d." indica que o teste de esforço não se aplica.

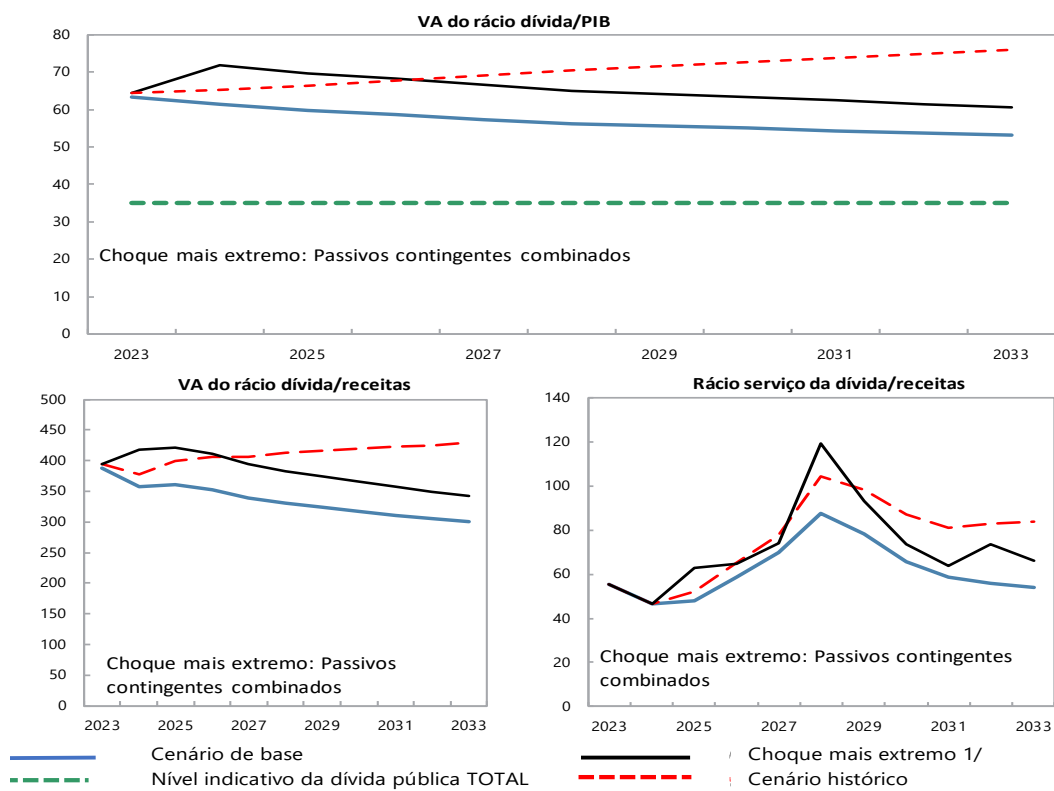
Pressupostos sobre as necessidades de financiamento adicional decorrentes dos testes de esforço*		
	Incumprimento	Definidos pelo utilizador
Percentagem da dívida marginal		
Dívida externa GPG de MLP	100%	
Termos da dívida marginal		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1,2%	1,2%
Taxa de desconto em USD	5,0%	5,0%
Maturidade média (incl. período de carência)	29	30
Período de carência médio	6	10

* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de esforço são cobertas pela dívida externa GPG de MLP na ASD externa. As condições padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de esforço mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2033. Os testes de esforço com incumprimentos pontuais também são apresentados (se existirem), mas tais incumprimentos são descartados para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de esforço com um incumprimento pontual é o choque mais extremo, mesmo após se ignorar tal incumprimento, apenas esse teste de esforço (com um incumprimento pontual) é apresentado.

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2023–33



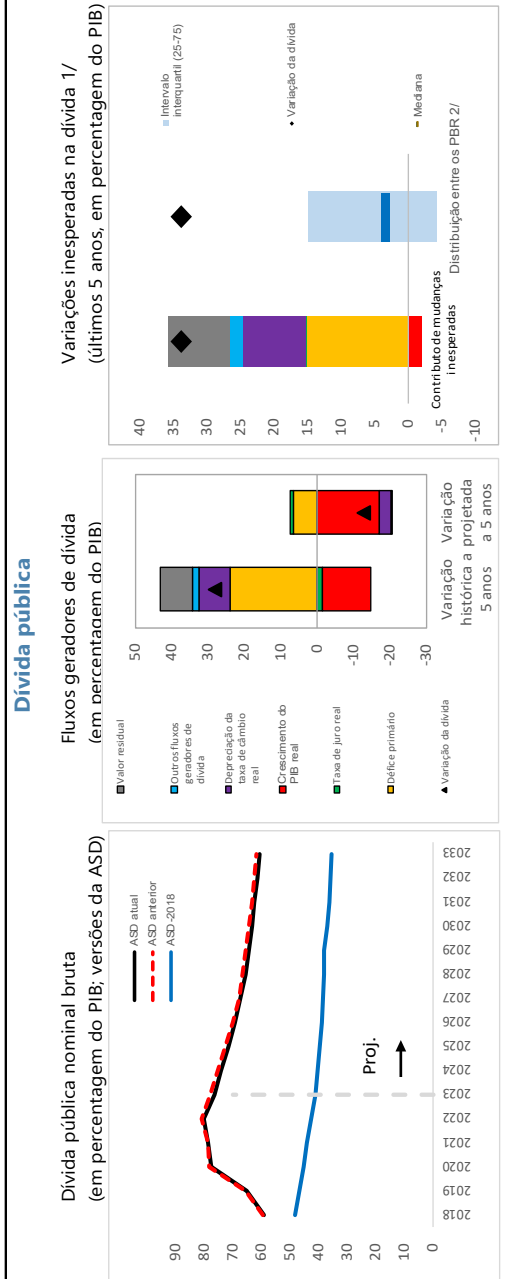
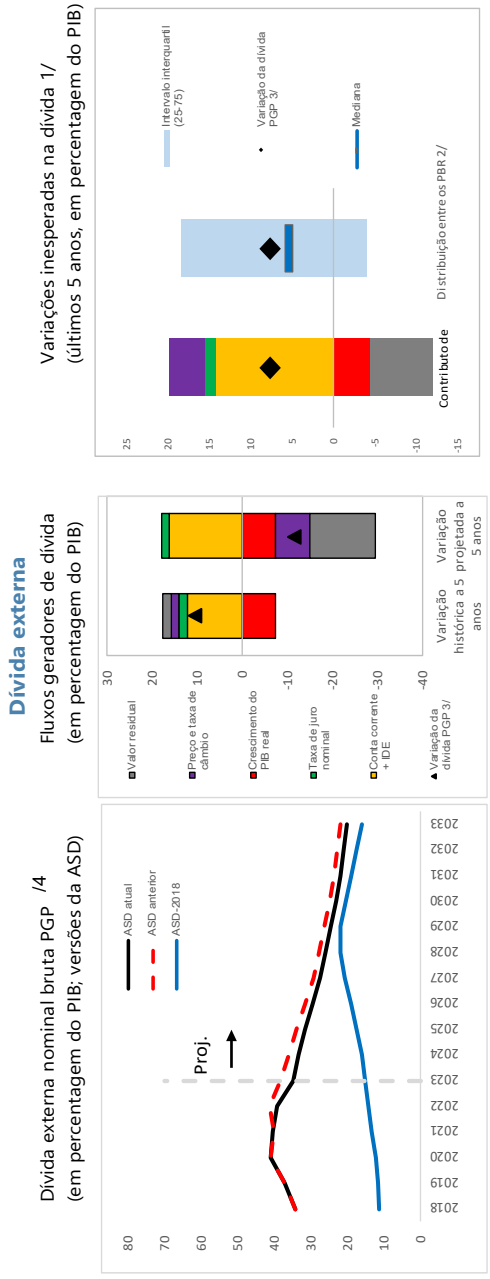
Pressupostos sobre as necessidades de financiamento adicional decorrentes dos testes de esforço*	Incumprimento	Definidos pelo utilizador
Percentagem da dívida marginal		
Dívida externa PGP de médio e longo prazo	17%	17%
Dívida interna de médio e longo prazo	63%	63%
Dívida interna de curto prazo	20%	20%
Termos da dívida marginal		
Dívida externa de MLP		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1,2%	1,2%
Maturidade média (incl. período de carência)	29	30
Período de carência médio	6	10
Dívida interna de MLP		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	3,8%	3,8%
Maturidade média (incl. período de carência)	4	4
Período de carência médio	3	3
Dívida interna de curto prazo		
Taxa de juro real média	3,4%	3,4%

* Nota: A ASD pública permite o financiamento interno para cobrir as necessidades de financiamento adicionais geradas pelos choques no contexto dos testes de esforço na ASD pública. As condições padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de esforço mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2033. Os testes de esforço com incumprimentos pontuais também são apresentados (se existirem), mas tais incumprimentos são descartados para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de esforço com um incumprimento pontual é o choque mais extremo, mesmo após se ignorar tal incumprimento, apenas esse teste de esforço (com um incumprimento pontual) é apresentado.

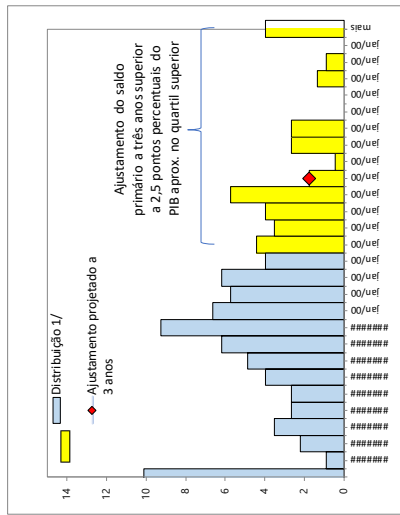
Figura 3. Guiné-Bissau: Determinantes da Dinâmica da Dívida – Cenário de Base



1/ Diferença entre contributos antecipados e reais nos rácios da dívida.
 2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidas ASD PBR.
 3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa nos países de baixos rendimentos, uma variação em pontos percentuais da dívida externa PGP deve ser, em grande medida, explicada pelos impulsionadores da equação da dinâmica da dívida externa.
 4/ Diferença entre a ASD atual e a anterior devido à reclassificação da dívida ao BOAD como externa.

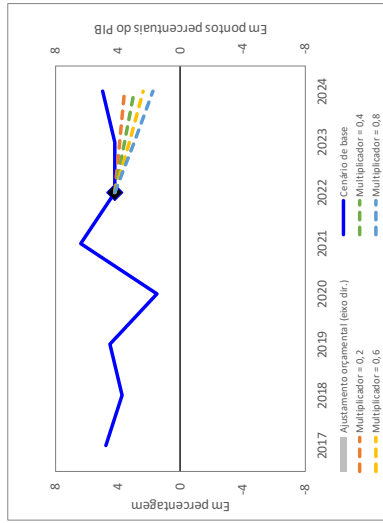
Figura 4. Guiné-Bissau: Ferramentas de Realismo

Ajustamento do saldo primário a 3 anos
(em pontos percentuais do PIB)



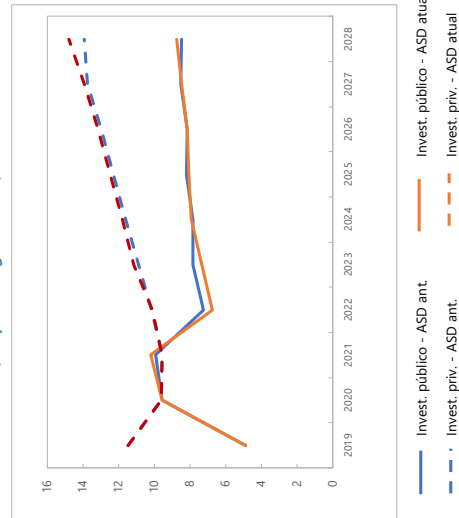
1/ Os dados abrangem programas apoiados pelo FMI para os PBR (excl. financiamento de emergência) aprovados desde 1990. A dimensão do ajustamento a 3 anos desde o início do programa encontra-se no eixo horizontal, a percentagem da amostra encontra-se no eixo vertical.

Ajustamento orçamental e possíveis trajetórias de crescimento 1/

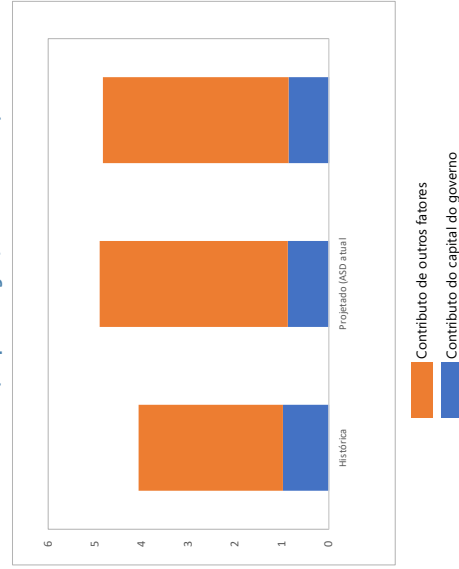


1/ As barras referem-se ao ajustamento orçamental projetado (escala à direita) e as linhas mostram possíveis trajetórias de crescimento do PIB real com diferentes multiplicadores orçamentais (escala à esquerda).

Taxas de investimento público e privado
(em percentagem do PIB)



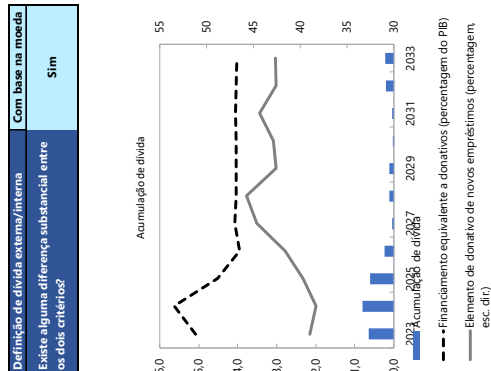
Contributo para o crescimento do PIB real
(em percentagem, média de 5 anos)



Quadro 1. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2020-2043
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efeito										Projeções										Média 8/			
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	Histórica	Projeções	
Dívida externa (nominal) 1/	41,1	40,3	39,2	34,9	33,3	31,6	29,5	27,5	25,9	24,2	22,6	21,0	19,4	17,8	16,2	14,6	13,0	11,4	9,8	8,2	6,6	5,0	3,4	
<i>d/q: público e com garantia pública (PGP)</i>	41,1	40,3	39,2	34,9	33,3	31,6	29,5	27,5	25,9	24,2	22,6	21,0	19,4	17,8	16,2	14,6	13,0	11,4	9,8	8,2	6,6	5,0	3,4	
Variação da dívida externa	3,8	-0,8	-1,1	-4,3	-1,5	-1,8	-2,1	-1,9	-1,6	-1,0	-0,3	0,2	0,9	1,6	2,3	3,0	3,7	4,4	5,1	5,8	6,5	7,2	7,9	
Fluxos líquidos gerados de dívida identificados	0,0	-5,5	8,3	5,2	1,6	1,5	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	
Deflito da conta corrente excluindo juros	1,7	-0,3	8,9	7,6	3,7	3,7	3,3	3,0	2,8	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	
Excessos	13,6	10,6	17,7	16,9	13,4	12,4	11,7	11,4	10,9	9,8	7,6	5,4	3,2	1,0	-1,2	-1,4	-1,6	-1,8	-2,0	-2,2	-2,4	-2,6	-2,8	
Exportações	15,3	19,4	15,4	12,3	14,9	14,6	14,1	13,8	13,6	12,5	10,7	8,5	6,3	4,1	1,9	-0,3	-1,7	-3,1	-4,5	-5,9	-7,3	-8,7	-10,1	
Importações	28,9	30,0	33,1	29,2	28,3	27,0	25,9	25,2	24,5	22,3	18,3	14,3	10,3	6,3	2,3	-1,7	-3,1	-4,5	-5,9	-7,3	-8,7	-10,1	-11,5	
Transferências correntes líquidas (sinal negativo = entrada)	-9,4	-8,8	-7,7	-8,1	-8,4	-7,4	-7,1	-6,9	-6,6	-5,5	-3,8	-2,1	-0,4	1,3	2,6	3,9	5,2	6,5	7,8	9,1	10,4	11,7	13,0	
d/q: oficiais	-3,2	-2,6	-1,9	-2,7	-3,2	-2,3	-2,0	-2,1	-2,0	-1,6	-0,9	-0,2	0,4	0,9	1,4	1,9	2,4	2,9	3,4	3,9	4,4	4,9	5,4	
Outros fluxos de conta corrente (sinal negativo = entrada líquida)	-2,5	-2,1	-1,2	-1,3	-1,3	-1,3	-1,4	-1,5	-1,5	-1,5	-1,2	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	
IDE líquido (sinal negativo = entrada)	-1,4	-1,0	-0,9	-1,4	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	-0,9	
Distribuição endógena da dívida 2/	-0,3	-4,2	0,3	-1,0	-1,2	-1,2	-1,2	-1,2	-1,1	-0,9	-0,6	-0,5	-0,4	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	
Contributo da taxa de juro nominal	0,6	0,6	0,2	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	
Contributo do crescimento do PIB real	-0,5	-2,3	-1,7	-1,4	-1,6	-1,5	-1,5	-1,4	-1,2	-0,8	-0,7	-0,6	-0,5	-0,4	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	
Contributo das variações de preços e da taxa de câmbio	-0,3	-2,5	1,9	
Valor residual 3/	3,8	4,7	-9,4	-9,5	-3,1	-3,3	-3,3	-3,0	-2,6	-2,0	-1,4	-0,8	-0,2	0,4	1,0	1,6	2,2	2,8	3,4	4,0	4,6	5,2	5,8	
<i>d/q: financiamento excecional</i>	-0,2	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Indicadores de sustentabilidade																								
VA do rácio dívida externa PGP/PIB	25,8	22,9	21,8	20,7	19,4	18,1	17,0	15,9	14,8	13,7	12,6	11,5	10,4	9,3	8,2	7,1	6,0	5,0	4,0	3,0	2,0	
VA do rácio dívida externa PGP/exportações	167,6	186,9	146,3	141,3	137,0	130,7	125,2	120,6	116,0	111,4	106,8	102,2	97,6	93,0	88,4	83,8	79,2	74,6	70,0	65,4	60,8	
Rácio serviço da dívida PGP/exportações	14,1	17,8	5,3	17,9	14,2	12,6	11,3	12,3	11,4	10,3	9,4	8,5	7,6	6,7	5,8	4,9	4,0	3,1	2,2	1,3	0,4	-0,5	-1,4	
Rácio serviço da dívida PGP/recitas	18,9	27,1	6,8	17,9	16,7	14,2	12,1	12,6	11,4	10,3	9,0	8,1	7,2	6,3	5,4	4,5	3,6	2,7	1,8	0,9	0,0	-0,9	-1,8	
Necessidade bruta de financiamento externo (em milhões de USD)	37,5	37,3	150,8	166,1	106,0	107,5	99,9	103,6	100,5	123,6	181,8	240,0	298,2	356,4	414,6	472,8	531,0	589,2	647,4	705,6	763,8	822,0	880,2	
Principais pressupostos macroeconómicos																								
Crescimento do PIB real (em percentagem)	1,5	6,4	4,2	4,2	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	4,5	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	
Deflato do PIB em USD (variação percentual)	0,9	6,5	-4,5	10,7	3,6	3,1	3,0	2,4	2,4	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	
Taxa de juro efetiva (em percentagem) 4/	1,6	1,7	0,4	1,2	1,2	1,0	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	
Crescimento das export. de bens e serviços (em USD, em percentagem)	-20,2	44,0	-21,1	-8,1	32,3	6,5	4,4	5,1	5,0	4,7	3,0	1,3	-0,4	-1,1	-1,8	-2,5	-3,2	-3,9	-4,6	-5,3	-6,0	-6,7	-7,4	
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, em percentagem)	-12,4	17,8	9,7	1,7	5,6	3,4	3,5	4,8	3,8	4,2	3,2	2,2	1,2	0,2	-0,8	-1,8	-2,8	-3,8	-4,8	-5,8	-6,8	-7,8	-8,8	
Elemento de donativo dos novos empr. do setor público (em percentagem)	39,0	38,3	39,7	41,6	44,7	45,8	42,7	40,1	37,5	34,9	32,3	29,7	27,1	24,5	21,9	19,3	16,7	14,1	11,5	8,9	
Recitas públicas (excluindo donativos, em percentagem do PIB)	11,4	12,8	11,8	12,3	12,7	13,0	13,3	13,5	13,6	14,4	15,6	16,8	18,0	19,2	20,4	21,6	22,8	24,0	25,2	26,4	27,6	28,8	30,0	
Fluxos de ajuda (em milhões de USD) 5/	156,3	156,3	96,5	100,0	112,3	103,1	107,4	119,6	128,9	166,9	281,5	430,1	578,7	727,3	875,9	1024,5	1173,1	1321,7	1470,3	1618,9	1767,5	1916,1	2064,7	
Financiamento equivalente a donativos (em percentagem do PIB) 6/	5,1	5,6	4,5	4,0	4,1	4,0	4,0	3,9	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,2	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	
Financiamento equivalente a donativos (em percentagem do financiamento externo) 6/	75,7	75,7	76,3	82,0	82,8	83,3	82,4	81,7	80,8	79,9	79,0	78,1	77,2	76,3	75,4	74,5	73,6	72,7	71,8	70,9	
PIB nominal (em milhões de USD)	1,523	1,725	1,718	1,982	2,156	2,335	2,525	2,715	2,905	3,095	3,285	3,475	3,665	3,855	4,045	4,235	4,425	4,615	4,805	4,995	5,185	5,375	5,565	
Crescimento do PIB nominal (em USD)	2,4	13,3	-0,4	15,4	8,8	8,3	8,1	7,5	7,0	6,1	5,2	4,3	3,4	2,5	1,6	0,7	-0,2	-1,1	-2,0	-2,9	-3,8	-4,7	-5,6	
Por memória:																								
VA da dívida externa 7/	25,8	22,9	21,8	20,7	19,4	18,1	17,0	15,9	14,8	13,7	12,6	11,5	10,4	9,3	8,2	7,1	6,0	5,0	4,0	3,0	
Em percentagem das exportações	167,6	186,9	146,3	141,3	137,0	130,7	125,2	120,6	116,0	111,4	106,8	102,2	97,6	93,0	88,4	83,8	79,2	74,6	70,0	65,4	
Rácio do total do serviço da dívida externa/exportações	14,1	17,8	5,3	17,9	14,2	12,6	11,3	12,3	11,4	10,3	9,4	8,5	7,6	6,7	5,8	4,9	4,0	3,1	2,2	1,3	0,4	-0,5	-1,4	
VA da dívida externa PGP (em milhões de USD)	442,9	453,0	469,9	483,2	488,9	490,2	493,1	514,6	546,1	587,6	629,1	670,6	712,1	753,6	795,1	836,6	878,1	919,6	961,1	1002,6	
(VAE-VAE-)/PIBE-1 (em percentagem)	0,6	0,8	0,6	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3	1,4	
Deflito da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	-2,1	0,6	10,0	11,9	5,3	5,5	5,4	5,0	4,4	3,5	2,8	2,1	1,4	0,7	0,0	-0,7	-1,4	-2,1	-2,8	-3,5	-4,2	-4,9	-5,6	

Fuentes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.
 1/ Semente dívida externa do setor público. A cobertura foi alargada relativamente à ASD de 2018 para incluir os atrasados antigos.
 2/ Derivada como $(1 - g - pt + g)/(1 + p + p + g)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo $r =$ taxa de juro nominal, $g =$ taxa de crescimento do PIB real e $p =$ taxa de crescimento do deflato do PIB em USD.
 3/ Inclui o financiamento excecional (ou seja, variações dos atrasados e alívio da dívida, incl. o CCT do FMI em 2020-2022), variações de ativos externos brutos e ajustamentos de valorização. Para as projeções, inclui também o contributo das variações de preços e de taxa de câmbio. O valor residual é também afetado pelos donativos e o financiamento com títulos do Tesouro em mercado regional, o qual é considerado como dívida interna na ASD.
 4/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.
 5/ Definidos como donativos, empréstimos concessivos e alívio da dívida.
 6/ O financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor nominal e o VA da nova dívida).
 7/ Pressupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor nominal.
 8/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeitas à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos 10 anos seguintes.

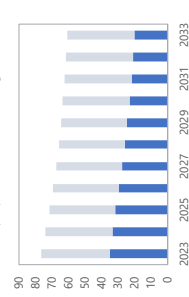


Definição de dívida externa/interna
 Existe alguma diferença substancial entre os dois critérios?
 Com base na média Sim

Quadro 2. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2020–2043
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo										Projeções										Média 6/				
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039		2040	2041	2042	2043
Dívida do setor público 1/	77,7	78,8	80,4	76,5	74,1	71,5	69,3	67,3	65,7	63,8	61,5	59,8	57,2	56,2	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7
<i>d/q; dívida externa</i>	41,1	40,3	39,2	34,9	33,3	31,6	29,5	27,5	25,9	20,2	17,6	16,0	15,1	14,6	14,2	13,8	13,4	13,0	12,6	12,2	11,8	11,4	11,0	10,6	
Variação da dívida do setor público	12,4	1,1	1,6	-3,9	-2,4	-2,5	-2,2	-2,0	-1,6	-0,7	-0,4	-0,3	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	
Fluxos geradores de dívida identificados	6,8	2,9	0,8	-3,9	-2,4	-2,5	-2,2	-2,0	-1,6	-0,7	-0,4	-0,3	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	
Déficit primário	8,1	4,3	4,7	3,2	1,0	0,8	0,8	0,7	0,7	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	
Receitas e donativos	15,4	19,1	15,2	16,3	17,2	16,6	16,6	16,9	17,0	17,7	18,9	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	
<i>d/q; donativos</i>	4,0	6,3	3,4	4,0	4,5	3,6	3,3	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	
Despesas primárias, excl. juros	23,5	23,4	19,9	19,5	18,3	17,4	17,4	17,4	17,7	18,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	19,2	
Dinâmica automática da dívida	-2,1	-2,1	-4,5	-7,1	-3,4	-3,3	-3,0	-2,7	-2,3	-1,1	-0,7	-0,4	-0,3	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	
Contributo do diferencial entre taxa de juro/crescimento	0,4	-5,7	-6,9	-4,8	-3,2	-3,0	-2,8	-2,6	-2,1	-0,7	-0,4	-0,3	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	
<i>d/q; contribuiçao da taxa de juro real média</i>	1,3	-1,0	-3,7	-1,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,8	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	
<i>d/q; contribuiçao do crescimento do PIB real</i>	-1,0	-4,7	-3,2	-3,2	-3,6	-3,5	-3,4	-3,3	-2,9	-2,4	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-2,4	3,6	2,3	
Outros fluxos geradores de dívida identificados	0,8	0,7	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Receitas de privatização (salvo negativo)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Reconhecimento de passivos contingentes (por ex., recapitalização bancária)	0,8	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Alívio da dívida (HIPC e outros)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros fluxos geradores ou redutores de dívida (queira especificar)	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Valor residual	5,6	-1,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Indicadores de sustentabilidade	65,6	63,3	61,5	59,8	58,5	57,2	56,2	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	55,7	
VA do rácio dívida pública/PIB 2/	430,0	387,8	356,9	360,6	352,9	338,4	330,6	300,4	282,2	262,2	242,2	222,2	202,2	182,2	162,2	142,2	122,2	102,2	82,2	62,2	42,2	
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos 3/	58,9	67,7	49,8	55,3	46,3	48,0	58,9	70,0	87,8	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	45,6	
Necessidade bruta de financiamento 4/	17,9	17,9	12,9	12,2	9,0	8,7	10,6	12,5	15,6	10,0	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais	1,5	6,4	4,2	4,2	5,0	5,0	5,0	5,0	4,5	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	
Crescimento do PIB real (em percentagem)	1,6	1,6	0,4	1,2	1,2	1,0	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	
Taxa de juro nominal média sobre a dívida externa (em %)	4,4	0,2	-3,6	-1,6	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	3,7	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em percentagem)	-6,6	9,5	6,5	
Depreciação da taxa de câmbio (em percentagem, + indica depreciação)	-1,0	2,7	7,3	7,2	3,1	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	
Taxa de inflação (deflator do PIB, em percentagem)	34,6	5,6	-11,0	1,8	-1,5	-0,3	5,1	6,3	4,9	4,4	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	
Crescimento da despesa primária real (deflacionado pelo deflator do PIB, em percentagem)	-4,3	3,2	3,1	7,1	3,4	3,3	3,0	2,7	2,3	1,1	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	
Défite primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
VA dos passivos contingentes (não incl. na dívida do setor público)	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.
 1/ Cobertura da dívida: Administração central, banco central e dívida com garantia pública. A dívida externa é definida com base na moeda. Inclui atrasados de pagamentos externos antigos.
 2/ O rácio subjacente ao VA da dívida externa/PIB na ASD pública difere da ASD externa, a magnitude da diferença depende das projeções das taxas de câmbio.
 3/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de curto, médio e longo prazo.
 4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o volume da dívida de curto prazo no final do período anterior e outros fluxos geradores/redutores de dívida.
 5/ Definido como o défice primário menos uma variação do rácio dívida pública/PIB (±); um excedente primário, que se estabilizará o rácio da dívida no ano em questão.
 6/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeitas a disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano de projeção e dos 10 anos seguintes.



Definição de dívida externa/interna	Com base na moeda
Existe alguma diferença substancial entre os dois critérios?	Sim

Quadro 3. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2023–2033 (em percentagem)

	Projeções 1/										
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
VA do rácio dívida/PIB											
Cenário de base	23	22	21	19	18	17	16	15	14	13	13
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	23	21	19	17	15	14	12	10	9	7	6
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	23	23	23	21	20	18	17	16	15	15	14
B2. Saldo primário	23	22	22	20	19	18	18	17	16	15	15
B3. Exportações	23	24	26	24	23	21	20	19	18	18	17
B4. Outros fluxos 3/	23	25	27	25	24	22	21	20	19	18	18
B5. Depreciação	23	27	23	21	20	18	17	16	15	14	14
B6. Combinação de B1-B5	23	28	28	27	25	24	23	21	20	19	19
C. Testes personalizados											
C1. Passivos contingentes combinados	23	23	22	20	19	19	18	17	16	16	15
C2. Catástrofe natural	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C3. Preços das matérias-primas	23										
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Limiar	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
VA do rácio dívida/exportações											
Cenário de base	187	146	141	137	131	125	120	115	111	107	104
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	187	142	131	122	111	100	90	78	67	57	47
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	187	146	141	137	131	125	120	115	111	107	104
B2. Saldo primário	187	149	148	144	138	135	132	128	124	121	120
B3. Exportações	187	222	266	259	249	240	232	224	217	210	205
B4. Outros fluxos 3/	187	169	182	178	171	165	160	155	150	145	142
B5. Depreciação	187	146	124	120	113	108	104	99	94	90	87
B6. Combinação de B1-B5	187	228	175	230	221	213	207	199	193	187	183
C. Testes personalizados											
C1. Passivos contingentes combinados	187	152	149	145	139	137	133	129	125	123	121
C2. Catástrofe natural	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C3. Preços das matérias-primas	187										
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Limiar	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
Rácio serviço da dívida/exportações											
Cenário de base	18	14	13	11	12	11	12	12	11	11	10
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	18	15	13	12	13	12	12	13	12	11	11
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	18	14	13	11	12	11	12	12	11	11	10
B2. Saldo primário	18	14	13	11	12	12	12	12	12	11	11
B3. Exportações	18	20	20	18	20	18	19	19	18	17	17
B4. Outros fluxos 3/	18	14	13	12	13	12	12	13	12	11	11
B5. Depreciação	18	14	13	11	12	11	11	11	11	10	10
B6. Combinação de B1-B5	18	18	18	16	18	16	17	17	16	15	15
C. Testes personalizados											
C1. Passivos contingentes combinados	18	14	13	11	12	12	12	12	12	11	11
C2. Catástrofe natural	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C3. Preços das matérias-primas	18										
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Limiar	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Rácio serviço da dívida/receitas											
Cenário de base	18	17	14	12	13	11	11	11	10	9	9
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	18	17	15	13	13	12	12	12	11	10	10
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	18	17	15	13	14	12	12	12	11	10	10
B2. Saldo primário	18	17	14	12	13	12	11	11	11	10	9
B3. Exportações	18	17	15	13	13	12	12	12	11	10	10
B4. Outros fluxos 3/	18	17	15	13	13	12	12	12	11	10	10
B5. Depreciação	18	21	18	15	15	14	14	14	13	11	11
B6. Combinação de B1-B5	18	18	17	14	15	13	13	13	12	11	10
C. Testes personalizados											
C1. Passivos contingentes combinados	18	17	14	12	13	12	11	11	11	10	9
C2. Catástrofe natural	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C3. Preços das matérias-primas	18	17	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Limiar	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.
 1/ Um valor a negrito indica o incumprimento do limiar.
 2/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflador do PIB (em dólares dos Estados Unidos), a conta corrente excluindo juros em percentagem do PIB e os fluxos não queradores de dívida.
 3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Quadro 4. Guiné-Bissau: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2023–2033 (em percentagem)

	Projeções 1/										
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
VA do rácio dívida/PIB											
Cenário de base	63	62	60	59	57	56	56	55	54	54	53
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	64	65	66	68	69	70	72	73	74	75	76
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	64	66	68	67	67	66	67	67	67	67	68
B2. Saldo primário	64	67	69	68	66	65	64	63	62	61	61
B3. Exportações	63	64	65	63	62	61	60	59	58	58	57
B4. Outros fluxos 3/	63	65	66	64	63	62	61	60	59	59	58
B5. Depreciação	64	65	62	60	57	55	54	52	51	49	48
B6. Combinação de B1-B5	64	64	64	61	60	58	57	56	56	55	54
C. Testes personalizados											
C1. Passivos contingentes combinados	64	72	70	68	67	65	64	63	62	61	61
C2. Catástrofe natural	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C3. Preços das matérias-primas	64										
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Nível indicativo da dívida pública TOTAL	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
VA do rácio dívida/receitas											
Cenário de base	388	357	361	353	338	331	325	318	311	305	300
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	394	378	399	407	407	412	416	419	422	425	429
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	394	377	400	398	387	384	383	380	378	376	376
B2. Saldo primário	394	387	418	409	392	382	373	364	356	348	341
B3. Exportações	388	370	390	381	365	356	349	342	334	327	322
B4. Outros fluxos 3/	388	376	397	388	371	362	356	348	340	333	328
B5. Depreciação	394	387	381	366	344	330	319	307	295	284	275
B6. Combinação de B1-B5	394	377	387	369	353	343	336	327	318	311	306
C. Testes personalizados											
C1. Passivos contingentes combinados	394	417	421	411	394	382	374	365	357	348	342
C2. Catástrofe natural	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C3. Preços das matérias-primas	394										
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Rácio serviço da dívida/receitas											
Cenário de base	55	46	48	59	70	88	78	66	58	56	54
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	55	47	52	65	78	104	98	87	81	83	84
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	55	48	52	65	77	98	90	79	72	70	70
B2. Saldo primário	55	46	55	69	75	104	100	77	65	67	68
B3. Exportações	55	46	48	60	71	88	79	66	59	56	54
B4. Outros fluxos 3/	55	46	48	60	71	88	79	66	59	56	54
B5. Depreciação	55	46	49	58	69	85	76	65	58	55	53
B6. Combinação de B1-B5	55	45	48	63	71	88	86	69	59	56	58
C. Testes personalizados											
C1. Passivos contingentes combinados	55	46	63	65	74	119	93	73	64	74	66
C2. Catástrofe natural	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C3. Preços das matérias-primas	55	46									
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Um valor a negrito indica um incumprimento do limiar.

2/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o deflador do PIB e o défice primário expresso em percentagem do PIB.

3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Anexo I. Quadro do Perfil dos Detentores de Dívida

Guiné-Bissau: Decomposição da dívida pública e do serviço da dívida por credor, 2022–24^{1/}

	Stock da dívida (fim do período)			Serviço da dívida					
	2022			2022	2023	2024	2022	2023	2024
	(em milhões de USD)	(percentagem do total da dívida)	(percentagem do PIB) ⁵	(em milhões de USD)			(em percentagem do PIB)		
Total	1.387,0	100,0	80,4	129,7	177,8	130,7	7,5	9,0	6,1
A nível externo	676,4	48,8	39,2	13,9	43,5	45,1	0,8	2,2	2,1
Credores multilaterais ²	541,8	39,1	31,4	10,9	39,7	41,1	0,6	2,0	1,9
FMI	40,5	2,9	2,3						
Banco Mundial	190,6	13,7	11,0						
BAfD	53,8	3,9	3,1						
BOAD	205,6	14,8	11,9						
Outros credores multilaterais	51,3	3,7	3,0						
<i>d/q: Banco Islâmico de Desenvolvimento</i>	21,9	1,6	1,3						
<i>BADEA</i>	9,4	0,7	0,5						
Credores bilaterais	134,6	9,7	7,8	3,0	3,8	4,0	0,2	0,2	0,2
Clube de Paris	9,8	0,7	0,6	0,3	0,5	1,3	0,0	0,0	0,1
<i>d/q: Brasil</i>	1,9	0,1	0,1						
<i>Rússia</i>	1,5	0,1	0,1						
Não pertencentes ao Clube de Paris	124,8	9,0	7,2	2,7	3,3	2,7	0,2	0,2	0,1
<i>d/q: Angola</i>	49,1	3,5	2,8						
Kuwait	28,9	2,1	1,7						
A nível interno	710,5	51,2	41,2	115,8	134,2	85,6	6,7	6,8	4,0
Detida por residentes, total	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Detida por não residentes, total	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Bilhetes do Tesouro regionais	405,8	29,3	23,5	83,6	126,9	63,2	4,9	6,4	2,9
BCEAO	209,8	15,1	12,2	1,2	1,2	1,2	0,1	0,1	0,1
Empréstimos dos bancos comerciais locais ³	75,2	5,4	4,4	20,3	4,4	4,4	1,2	0,2	0,2
Atrasados de pagamentos	19,7	1,4	1,1	10,7	1,7	16,7	0,6	0,1	0,8
Por memória:									
Dívida garantida ⁴	0	0,0	0,0						
Passivos contingentes	32,2	2,3	1,9						
Garantias públicas	32,2	2,3	1,9						
PIB nominal	1.717,8			1.717,8	1.981,6	2.156,1			

1/ Conforme reportado pelas autoridades nacionais de acordo com a sua classificação dos credores, que inclui credores oficiais e comerciais. A

2/ Por "credores multilaterais" entende-se instituições com mais de um acionista oficial, mas tal designação não está necessariamente alinhada com a

3/ Incluindo garantias públicas.

4/ Uma dívida é garantida quando o credor possui direitos sobre um ativo ou fluxo de receitas que lhe permitam, em caso de incumprimento por parte do mutuário, utilizar o ativo ou fluxo de receitas para assegurar o reembolso da dívida. Um empréstimo é garantido quando o mutuário concede ao mutuante um direito real de garantia sobre determinados ativos existentes ou créditos futuros a receber como forma de assegurar o reembolso do empréstimo. Uma garantia é "não ligada" quando não tem relação com um projeto financiado pelo empréstimo. Um exemplo seria um empréstimo para financiar o défice orçamental, garantido por receitas petrolíferas. A nota conjunta do FMI e do Banco Mundial para o G20 intitulada "Collateralized Transactions: Key Considerations for Public Lenders and Borrowers" contém uma análise das questões ligadas ao uso de garantias.

5/ Calculado com base nos montantes em francos CFA.

**Declaração dos Sr. Sylla, Administrador para a Guiné-Bissau, Sr. Matungulu,
Administrador Suplente para a Guiné-Bissau e Sr. Lopes Varela, Assessor do
Administrador para a Guiné-Bissau**

29 de novembro de 2023

INTRODUÇÃO

Em nome das autoridades guineenses, gostaríamos de expressar a nossa gratidão ao Conselho de Administração e à Direção-Geral do FMI pelo seu apoio contínuo na promoção da estabilidade económica, do crescimento e do desenvolvimento do país. Agradecemos igualmente as discussões abertas e honestas mantidas com as autoridades em matéria de políticas, bem como os esforços constantes e inestimáveis envidados pelo corpo técnico para ajudar o país a enfrentar os complexos desafios económicos com que se depara.

As autoridades da Guiné-Bissau estão fortemente empenhadas em garantir a estabilidade política e em empreender reformas económicas específicas que apoiem o crescimento. Após um período de instabilidade política, a Guiné-Bissau transitou sem grandes percalços para um governo liderado pela oposição em agosto deste ano, indicando um forte compromisso por parte do país em alcançar uma estabilidade sociopolítica sólida. Importa notar que o novo governo já tomou medidas consideráveis para garantir a estabilidade económica, assegurar a sustentabilidade da dívida e proteger as populações vulneráveis, mesmo num contexto externo difícil caracterizado por choques graves nos termos de troca, por condições financeiras mais rigorosas e pelo aumento dos preços dos produtos alimentares. Apesar destas pressões externas e da incerteza global acrescida, as novas autoridades estão firmemente empenhadas em cumprir a sua agenda política e de reformas apoiada pelo FMI ao abrigo do acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF). No entanto, as crescentes necessidades da balança de pagamentos decorrentes da deterioração do setor externo levaram as autoridades a solicitar um aumento do acesso ao abrigo do acordo. Esperam obter apoio contínuo do FMI e de outros parceiros de desenvolvimento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Apesar da conjuntura interna e externa difícil, o desempenho do programa no período em apreço foi satisfatório, uma vez que foram envidados esforços significativos para atingir as metas do programa definidos para o final de junho. Quatro dos oito critérios de desempenho quantitativos foram cumpridos e todos os indicadores de referência estruturais, à exceção de um, foram observados. As metas quantitativas não atingidas dizem respeito ao limite mínimo para a mobilização de receitas fiscais e ao limite máximo para a massa salarial (não cumpridos por uma

margem muito pequena), ao saldo orçamental interno e ao limite máximo dos atrasados externos. Entre os fatores subjacentes estão as receitas de castanha de caju inferiores ao previsto, a redução das poupanças devido ao recenseamento da função pública em 2022, a derrapagem de outras despesas correntes e os atrasos registados no serviço da dívida externa. O governo tomou várias medidas corretivas, incluindo a intensificação dos esforços para melhorar a cobrança de receitas e o seu cumprimento (ou seja, a profissionalização da DGCI), reforçar o controlo das despesas e assegurar o pagamento atempado do serviço da dívida. O único indicador de referência estrutural que não foi cumprido no final de junho foi o da aprovação do plano de recursos humanos a médio prazo, que foi adiado para março de 2024 para ficar alinhado com o orçamento de 2024.

EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPETIVAS ECONÓMICAS

Desenvolvimentos recentes

Os resultados e as projeções recentes em matéria de crescimento foram afetados por uma conjuntura económica mundial desfavorável, pelo aumento da inflação e pelo enfraquecimento da posição externa. Projeta-se que a economia cresça 4,2% em 2023, um valor inferior aos 4,5% anteriormente estimados, devido à redução das receitas das exportações de castanha de caju, apesar de se ter registado um aumento da produção agrícola global e dos investimentos privados. O aumento dos preços dos produtos alimentares e as perturbações presentes no mercado mundial do arroz estão a contribuir para a subida da inflação média que, segundo as projeções, se situa atualmente em 8%. Num contexto de deterioração dos termos de troca, alimentada nomeadamente pela queda dos preços das exportações de castanha de caju e do aumento das importações de produtos alimentares e combustíveis, prevê-se que o défice da balança corrente aumente 1,9 pontos percentuais do PIB em 2023, em comparação com uma estimativa de 6,9% do PIB aquando da segunda avaliação.

As autoridades estão a tomar medidas ambiciosas para racionalizar as despesas e reforçar a sustentabilidade orçamental. Comprometeram-se a cumprir as metas do programa em matéria de receitas fiscais e de massa salarial até dezembro de 2023. Entre as medidas tomadas pelas autoridades para alcançar este objetivo está a redução das despesas discricionárias mensais em cerca de 20% dos níveis registados nos últimos meses, o que contribuiu para conter a derrapagem das despesas. Estas medidas, bem como as melhorias alcançadas na administração tributária e a aplicação rigorosa da política de congelamento de contratações das autoridades, deverão ajudar a reduzir o défice orçamental em 0,9% do PIB nos últimos meses do ano, limitando o défice orçamental primário a 2,2% do PIB em 2023, contra 3,1% do PIB em 2022. Em termos prospetivos, a implementação contínua destas mudanças positivas irá apoiar as melhorias previstas na posição orçamental e sustentar o esforço do país no sentido da estabilidade orçamental e macroeconómica global a médio prazo.

O setor bancário melhorou significativamente em 2022: todos os bancos cumprem agora os requisitos prudenciais regionais e mantêm níveis de capital adequados, à exceção de um banco subcapitalizado. A rápida resolução por parte do Estado de atrasados cruzados com devedores do banco subcapitalizado levou a uma queda notável do rácio de empréstimo malparado bruto, de 19,4% em 2021 para 10,4% em 2022. Além disso, as vulnerabilidades financeiras geradas pela dívida soberana e pela evolução desfavorável das taxas de câmbio são agora mínimas, o que demonstra uma maior estabilidade do mercado. Estes resultados refletem o empenho das autoridades em manter a estabilidade financeira e garantir o cumprimento dos requisitos regulamentares.

Perspetivas e riscos

As autoridades concordam com o parecer do corpo técnico sobre as perspetivas económicas do país. Prevê-se que a economia cresça em média 5% ao ano a médio prazo, com base nos pressupostos de uma recuperação das exportações de castanha de caju, de um maior envolvimento dos doadores e de melhores políticas de governação. A inflação deverá estabilizar-se em 2%, enquanto o défice da balança corrente deverá diminuir, em consonância com os esforços de consolidação orçamental em curso e com a melhoria dos termos de troca.

As autoridades estão conscientes dos riscos potenciais decorrentes das flutuações nos termos de troca, dos padrões climáticos imprevisíveis e do agravamento das condições financeiras na região. Estes riscos podem ter um impacto significativo nos preços dos produtos alimentares, aumentando assim os riscos de insegurança alimentar, bem como reduzir a entrada de fundos estrangeiros e comprometer a estabilidade financeira. Por forma a atenuar esses efeitos, as autoridades comprometeram-se a intensificar os esforços de consolidação orçamental – nomeadamente através da contenção das despesas correntes – e a cobrir as necessidades de financiamento com recursos maioritariamente concessionais.

POLÍTICAS E REFORMAS PARA 2024 E PERSPETIVAS A MÉDIO PRAZO

O governo reconhece a importância de tomar medidas ambiciosas para garantir a consolidação orçamental, mas deixa alguma margem de manobra para o aumento das despesas sociais e de desenvolvimento. Para atingir este duplo objetivo, as autoridades da Guiné-Bissau pretendem aumentar a mobilização de receitas, melhorar a eficiência das despesas, reforçar a governação e a transparência orçamentais e, simultaneamente, resolver as vulnerabilidades dos setores energético e bancário. A adoção de medidas políticas decisivas nestes domínios críticos ajudará a garantir a sustentabilidade da dívida e abrirá caminho a um crescimento mais robusto e inclusivo.

Reformas orçamentais e política de endividamento

A consolidação orçamental deverá ganhar ímpeto no próximo ano, sendo sustentada pelo alinhamento do projeto de orçamento para 2024 com importantes indicadores do programa. Prevê-se que o saldo primário interno melhore em 1,8 pontos percentuais do PIB em 2024, refletindo os esforços acrescidos de mobilização de receitas, o controlo mais rigoroso da massa salarial e a prossecução da racionalização das despesas não prioritárias. As autoridades deverão manter-se firmes com estas medidas orçamentais nos próximos anos de modo a reduzir o défice orçamental global e a dívida pública abaixo dos limiares da UEMOA de 3% e 70% do PIB, respetivamente, até 2025 e 2026.

Para atingir os objetivos orçamentais supramencionados, as autoridades estão a tomar medidas para reforçar a mobilização de receitas e melhorar a aplicação da legislação fiscal.

Entre as medidas críticas realizadas nas entidades responsáveis pela arrecadação de receitas inclui-se a introdução de sistemas de avaliação do desempenho para identificar os administradores com fraco desempenho e substituí-los por administradores recrutados através de um concurso público. Estão também a ser desenvolvidos esforços para melhorar a aplicação da legislação fiscal através de auditorias a alguns grandes contribuintes selecionados em função dos riscos associados. As autoridades apreciam a assistência técnica prestada pelo FMI no domínio da administração tributária e na gestão das entidades responsáveis pela arrecadação de receitas.

Relativamente às despesas e à gestão das finanças públicas, as autoridades estão a adotar novas medidas para conter os gastos, reduzir o crescimento da massa salarial e melhorar a gestão da função pública.

O Comité Técnico de Arbitragem das Despesas Orçamentais (COTADO) tem desempenhado um papel preponderante na racionalização das despesas não prioritárias, com o Primeiro-Ministro a assegurar um controlo *ex-post* que visa garantir a sua continuidade. As autoridades planeiam eliminar os trabalhadores “fantasma” e gerar poupanças significativas na massa salarial através de um novo recenseamento dos trabalhadores da função pública. Além disso, a conclusão, este ano, da fase experimental do projeto de *blockchain* apoiado pelo FMI e a sua implementação noutros ministérios até 2024 deverão permitir melhorar significativamente a gestão dos salários da função pública. Outrossim, as autoridades estão a tomar medidas para promover a diversificação económica e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade através de uma gestão mais eficiente das despesas, de uma maior afetação de recursos às despesas não salariais, da introdução de um apoio sustentável aos insumos agrícolas e do reforço da transparência e da prestação de contas em matéria orçamental.

Apesar de a Guiné-Bissau se encontrar em elevado risco de sobre-endividamento, a sua dívida pública continua a ser sustentável, graças aos diversos compromissos assumidos pelas autoridades com a tomada de políticas sólidas e ao forte envolvimento dos doadores.

O stock da dívida pública e com garantia pública deverá diminuir para 76,5% do PIB em 2023,

contra 80,4% em 2022. Apesar de estarem no bom caminho, as autoridades estão conscientes de que não há margem para complacência e continuarão a cumprir o critério de desempenho quantitativo do programa que estipula a não contratação de novos empréstimos não concessionais, em conformidade com o seu plano de endividamento externo, para garantir que os rácios da dívida continuem a melhorar. Além disso, as autoridades recorrerão, na medida do possível, a recursos concessionais como parte da sua estratégia de financiamento global.

Medidas para atenuar os riscos orçamentais

O novo governo está a tomar medidas decisivas para restaurar a viabilidade financeira da empresa de serviços públicos EAGB. Foram instalados mais de 32 700 contadores de energia pré-pagos em apenas cinco meses, o que resultou num aumento significativo das receitas mensais da EAGB e ajudou a empresa a cumprir as suas obrigações de pagamento de faturas ao seu fornecedor de energia. O governo tenciona instalar mais 40 000 contadores pré-pagos em várias partes do país nos próximos meses. Além disso, o projeto hidroelétrico regional (OMVG) está em vias de conclusão, o que contribuirá para reduzir os custos de aquisição de energia. No entanto, as autoridades reconhecem que é necessário fazer mais para concluir o projeto “Ring Line” e estão a tomar todas as medidas necessárias para o efeito. Em relação às reformas do setor da eletricidade, o governo está a renegociar o contrato que tem com o fornecedor de energia, com a assistência jurídica e técnica do Banco Mundial. As autoridades estão a efetuar uma auditoria às transações efetuadas para a compra de energia no âmbito do contrato existente e comprometeram-se a responsabilizar os administradores relevantes pelas irregularidades e abusos detetados.

Reforço da governação e luta contra a corrupção

O novo governo está totalmente empenhado em dar prioridade à transparência, à luta contra a corrupção e às reformas do Estado de direito. O Tribunal de Contas publicou recentemente no seu sítio Web o relatório de auditoria solicitado pelo Alto Comissariado para a COVID-19 e está a fazer grandes progressos na auditoria das operações relacionadas com o combate à COVID-19 de outras entidades. Além disso, a Direção-Geral dos Concursos Públicos (DGCP) está a alargar a divulgação de informações sobre os beneficiários efetivos a todos os contratos públicos através da sua participação no COTADO. Com a assistência técnica do FMI, as autoridades poderão reforçar os seus esforços em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, em conformidade com o plano de ação revisto baseado na lei de 2023 relativa à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo da UEMOA. As autoridades estão conscientes de que a falta de infraestruturas constitui um desafio para o setor da justiça. Por conseguinte, o orçamento de 2024 dá prioridade à construção de infraestruturas básicas para garantir o funcionamento do setor, o que constitui um passo na

direção certa. As autoridades estão confiantes de que, com o apoio dos parceiros, designadamente do FMI, poderão alcançar progressos significativos neste domínio crítico.

Reforçar a integridade do setor financeiro

O novo governo está a fazer progressos na sua estratégia de saída do banco

subcapitalizado. As autoridades estão a tentar vender a participação do Estado a um investidor estratégico que irá recapitalizar o banco para que este cumpra as normas regulamentares aplicáveis. O investidor manifestou um interesse renovado pelo banco, tendo sido acordadas as condições definitivas do acordo proposto. A proposta será, em breve, apresentada à Comissão Bancária Regional da UEMOA para apreciação. Caso a venda não se concretize, o governo indicou estar disposto a seguir qualquer recomendação considerada necessária pela Comissão Bancária. Além disso, as autoridades tencionam solicitar uma avaliação da situação financeira do banco e uma auditoria independente completa da sua carteira de empréstimos. O governo preparará, em seguida, um relatório com um plano viável para garantir a recapitalização, resolução ou liquidação do banco.

CONCLUSÃO

O novo governo está a tomar medidas significativas no sentido de reforçar a estabilidade política e a sustentabilidade orçamental através da aplicação do Estado de direito, da introdução de medidas fiscais e de despesa essenciais e do reforço da transparência e da prestação de contas na gestão dos recursos públicos. O governo está também a fazer progressos na mitigação dos riscos orçamentais. Com o apoio dos parceiros, as autoridades estão confiantes de que atingirão gradualmente, mas com firmeza, os seus objetivos no âmbito do programa apoiado pelo ECF, num contexto marcado por maiores necessidades de financiamento. Neste sentido, e tendo em conta o desempenho globalmente satisfatório do programa das autoridades e as medidas que tomaram para resolver as deficiências identificadas na implementação do programa, solicitamos aos Administradores que apoiem a conclusão da terceira avaliação do programa apoiado pelo ECF da Guiné-Bissau, o pedido das autoridades para um aumento do acesso, bem como o pedido de dispensa do cumprimento de critérios de desempenho e a revisão de um critério de desempenho.